

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WASHINGTON FRANCISCO LONDRES

JOALHEIROS, MODISTAS E KLIENTELSHIK: A PRESENÇA E A
MEMÓRIA JUDAICA EM JUIZ DE FORA (1870 - 1950)

JUIZ DE FORA

2024

WASHINGTON FRANCISCO LONDRES

TÍTULO

**JOALHEIROS, MODISTAS E KLIENTELSHIK: A PRESENÇA E A
MEMÓRIA JUDAICA EM JUIZ DE FORA (1870 - 1950)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para qualificação.

Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

JUIZ DE FORA

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Londres, Washington Francisco.

JOALHEIROS, MODISTAS E KLIENTELSHIK : A PRESENÇA E A MEMÓRIA JUDAICA EM JUIZ DE FORA (1870 - 1950) /

Washington Francisco Londres. -- 2024.

100 f. : il.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Imigração judaica. 2. Memória. 3. Sociabilidade. 4. Rede. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

Washington Francisco Londres

Joalheiros, modistas e klientelshik: a presença e a memória judaica em Juiz de Fora
(1870-1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 13 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Marcos Olender

Dr. Marcos Olender – Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF

Dr. Rodrigo Christofolletti

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Dra. Eva Alterman Blay

Universidade de São Paulo - USP

Dedico este trabalho à memória daqueles que já não estão mais entre nós, mas que me apoiaram e foram essenciais para que se materializasse: Saul Geftter, Nissim Kayat, Vanda Arantes do Vale, Yossef Yehuda e Sebastião Londres (Efraim).

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos, são feitos muita das vezes de palavras combinadas, tentando parecer formal e esperando certa aceitação. Eu poderia vir aqui agradecendo primeiramente a Deus e dizendo quem sem Ele nada disso seria possível, mas certamente eu estaria mentindo para mim mesmo se eu não lhes contasse esta história antes...

Há muitos anos atrás, uma jovem mãe passeava com seus dois filhos pelas ruas do bairro em que moravam, quando de repente uma senhora que era vizinha da região se aproximou fazendo elogios às crianças, e na sequência perguntou por seus nomes, e a jovem mãe respondeu-a prontamente, pois não lhe parecia estranho a pergunta; e então disse: “*Roberta e Washington*”. Espantada a senhora elogiou o nome da menina, mas mostrou um certo desconforto com o nome do garoto dizendo: “Nossa, que nome difícil! Será que ele vai saber escrever? Se eu fosse você, ensinava-o a logo como se escreve, porque é um nome muito difícil e corre o risco d’ele não aprender.”

Então, já espantada, a jovem mãe se mostrou realmente preocupada com a possibilidade de seu filho nunca aprender a escrever seu próprio nome, afinal de contas eram dez letras e sete delas consoantes, e tudo isso era culpa de seu pai, pois foi ele quem havia escolhido o tal nome estrangeiro do tal presidente e do tal radialista.

O esforço dessa jovem mãe para ensinar o filho de cinco anos e com nome estrangeiro a escrever sua própria alcunha foi hercúleo, afinal de contas, como explicar para uma criança o que dáblui (W), tem som de u, mas, às vezes pode ser de vê (V), e que ele, a criança era “uash” e não “vash”. Pensem também na dificuldade para explicar a reprodução dos sons das consoantes encarreiradas “n-g-t”, uashing, só lhe restou alívio mesmo para explicar sobre as últimas três letras, exatamente a última sílaba “ton”, que de certa forma foi mais fácil, até mesmo porque eram a partir delas que ele era chamado pelos outros numa variação de: ton, tota e otto.

Não sabemos ao certo por quanto tempo isso durou, mas vale dizer que em 1987, quando eu entrei para a escola infantil no final dos meus cinco anos, espantosamente eu já sabia escrever meu nome “*Washington*”, e não foi apenas copiar as letras ou espelha-las, mas foi também falar sobre cada uma delas, cabalisticamente usando exemplos do dia a dia, como: a de avestruz, s de sapo, h de hipopótamo e estamos até hoje esperando a biologia nos oferecer algum animal cujo nome comece com a letra W.

Por estes e outros motivos é que eu dedico o primeiro agradecimento desta dissertação a minha mãe Regina Londres, que foi, sem dúvidas, a minha primeira professora.

Porém eu não poderia deixar de citar outros nomes que de uma certa forma, contribuíram para o nascimento deste projeto a começar por aqueles que já não estão mais entre nós como: Saul Gefter, Nissim Kayat, Vanda Arantes, Yossef Yehuda e Sebastião Londres (Efraim) meu pai e a todos de abençoada memória.

Aos que eu ainda posso ter o prazer de abraçar e agradecer muito pelas contribuições, pela força e pelo apoio: Bruno Blanco e Maciel Fonseca meus fiéis escudeiros; a Isaac e Regina Kayat, Israel Blajberg, Daniel Israel, Jacques Ernest Levy, Frida Garbati, Roberto Dilly, Pablo Mendes, Dy Eiterer, Anne Benchimol, Leonardo Rauthier, Luiz Fernando, Messias Valverde e Ernesto Giudice.

Aos entrevistados, Ida Kosminsky, Ester e Rebeca Roter, Aletheia Westerman, Jayme Brener, Charles Kocerginsky, Mariana Zemel, Judith Hajdenwurcel, Viktor David Sallis, Zilda Kojuck, Jaco Golberg, Jairo Grinberg, Marcos Tucherman, Alberto Blass, Guilherme Moretzsohn e Sagrado Lamir o primeiro a abrir suas memórias para mim, mesmo em um momento tão delicado da sua saúde.

Às instituições eu agradeço ao Museu Judaico do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Israelita Mineiro, o Instituto Granbery, Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Comitê Israelita do Amazonas, a Biblioteca do Club Hebraica de São Paulo, o Projeto Marajó Sefardi, a Associação Scholem Aleichem, Sinagoga Israelita de Petrópolis, aos amigos da Biblioteca Hebraica de Juiz de Fora (todos) e a Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial ao Programa de Pós Graduação em História, por ter acolhido o meu projeto.

Aos meus professores e orientadores Marcos Olender e Eva Alterman Blay, os meus mais sinceros agradecimentos.

À CAPES, por ter financiado parte deste projeto.

E por fim, aos meus amores, minha mãe Regina, aos meus irmãos Roberta, Bruno e Moisés.

Ana Mabile, amor eterno.

Ele era judeu.

“De onde ele veio? De um gueto. Ele foi um dos milhões de seres humanos que ainda vivem sob a Constituição ditada por Moisés do alto do Sinai. Para maior clareza, importa acrescentar que atualmente vivem também na Galiza, na Bucovina, na Bessarábia, na Transilvânia, na Ucrânia e nas montanhas de Marmaroche. Por outras palavras, sem deixarem de pertencer unicamente a Deus, são, pela malícia dos homens, são polacos, romenos, russos, húngaros e checoslovacos.”¹

Albert Londres.

¹ Tradução livre de: “*C’était un Juif.*

D’où venait-il ? D’un ghetto. Il faisait partie de ces millions d’êtres humains qui vivent encore sous la Constitution dictée par Moïse du haut du Sinai. Pour plus de clarté, il convient d’ajouter qu’à l’heure présente ils vivent aussi en Galicie, en Bukovine, en Bessarabie, en Transylvanie, en Ukraine et dans les montagnes des Marmaroches.

Autrement dit, sans cesser d’appartenir uniquement à Dieu, ils sont, par la malice des hommes, sujets polonais, roumains, russes, hongrois et tchécoslovaques.

O texto pode ser encontrado no seguinte link: <

https://fr.wikisource.org/wiki/Le_Juif_errant_est_arriv%C3%A9/Un_personnage_extravagant>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RESUMO

Esta dissertação realiza um estudo sobre a história da imigração judaica em Juiz de Fora, com enfoque temporal entre as décadas de 1870 e 1950, e o enfoque espacial no referido município localizado em Minas Gerais. Justifica-se o recorte temporal por ter sido aquele em que o fluxo migratório foi maior, ou melhor documentado, já que a pesquisa se baseou, sobretudo, em documentos e recortes de jornais, para além das entrevistas com descendentes que vivenciaram, de algum modo, esse contexto. Neste sentido, buscou descrever, analisar e entender as dinâmicas estabelecidas por esses imigrantes, sobretudo no que diz respeito à sua assimilação na cultura local que, embora fosse cosmopolita em sua essência de polo cafeeiro e industrial, era conservadora. Para tal, foram realizadas pesquisas na imprensa local, que está disponibilizada digitalmente na rede mundial de computadores, além de acessar documentos públicos e privados, como certidões de casamento, de óbito, de nascimento, processos de naturalização, carteirinhas de clubes e associações, livros de registros de instituições, atas de reuniões, documentos administrativos, processos cíveis e criminais e entrevistas com membros remanescentes das famílias dos imigrantes. Percebeu-se, com isso, que existiram alguns núcleos familiares de imigrantes de origem judaica em Juiz de Fora e que participaram ativamente na vida política, econômica e social do município, inclusive, ajudando a subvencionar obras de ações e construções promovidas pela Igreja Católica da cidade.

Palavras-chave: Imigração judaica. Memória. Sociabilidades. Rede.

ABSTRACT

This dissertation conducts a study on the history of Jewish immigration in Juiz de Fora, with a temporal focus between the 1870s and 1950s, and a spatial focus on the aforementioned municipality located in Minas Gerais. The time frame is justified because it was the one in which the migratory flow was greater, or better documented, since the research was based, above all, on documents and newspaper clippings, in addition to interviews with descendants who experienced, in some way, this context. In this sense, it sought to describe, analyze and understand the dynamics established by these immigrants, especially with regard to their assimilation into the local culture which, although cosmopolitan in its essence as a coffee and industrial hub, was conservative. To this end, research was carried out in the local press, which is available digitally on the world wide web, in addition to accessing public and private documents, such as marriage, death and birth certificates, naturalization processes, club and association cards, books from institutional records, minutes of meetings, administrative documents, civil and criminal proceedings and interviews with remaining members of the immigrants' families. It was realized, therefore, that there were some family groups of immigrants of Jewish origin in Juiz de Fora and that they actively participated in the political, economic and social life of the municipality, including helping to subsidize works and constructions promoted by the Catholic Church of city.

Keywords: Jewish immigration. Memory. Sociability. Networks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Livro financeiro da WIZO – Juiz de Fora	22
FIGURA 2 – Lista nominal dos imigrantes de Görgen.....	23
FIGURA 3 – Ficha de inscrição na loja maçônica Fidelidade Mineira/JF	25
FIGURA 4 – Jazigo da família Levy – Cemitério Municipal de Juiz de Fora	27
FIGURA 5 – Entrega de título de naturalização em Juiz de Fora – MG.....	30
FIGURA 6 – Recorte do jornal “ <i>O Pharol</i> ” – Liquidação de fim de ano	63
FIGURA 7 – Publicidade da Relojoaria Colucci	70
FIGURA 8 – Reportagem sobre o assassinato de Anitta Levy.....	73
FIGURA 9 – Localização de Belo Horizonte, em Minas Gerais	80
FIGURA 10 – Localização de Nilópolis, no Rio de Janeiro	83
FIGURA 11 – Localização de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Lista com os nomes dos descendentes entrevistados.....	28
TABELA 2 – Descritores e ocorrências de dados na HDBN.	33
TABELA 3 – Descendência da família Levy em Juiz de Fora.....	61
TABELA 4 – Instituições para as quais a família Levy prestava auxílio séc. XIX.	64
TABELA 5 – Registros de comerciantes judeus em Juiz de Fora no século XIX.	67
TABELA 6 – Empresas e comércios de judeus em Juiz de Fora.....	67
TABELA 7 – Características das levas de imigrantes judeus no Brasil.....	84
TABELA 8 – Periodização da imigração judaica no Brasil	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Associação Israelita Brasileira

AIU – Alliance Israélite Universelle

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

HIAS – Hebrew Immigrant Aid Society

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Jewish Colonization Association

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IMG – Instituto Metodista Granbery

IHIM – Instituto Histórico Israelita Mineiro

JOINT – Joint Distribution Committee

WIZO – Women's International Zionist Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1 – UM OLHAR A PARTIR DO OUTRO: PESQUISA HISTÓRICA SOBRE A IMIGRAÇÃO JUDAICA EM JUIZ DE FORA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O XX	 18
1.1 Entre fontes, memórias e registros: os desafios e as potencialidades da pesquisa sobre a imigração judaica em Juiz de Fora.....	20
1.2 Credores, deíctas e avarentos: a imagem do judeu sob o olhar da imprensa juiz-forana.....	32
 CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS, RETALHOS E REGISTROS: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA JUDAICA EM JUIZ DE FORA.....	 45
2.1 Judeus em Juiz de Fora: notas sobre suas origens.....	47
2.2 Klienteltshik, joalherias e outros negócios: a assimilação de judeus em Juiz de Fora e o estudo de caso da família Levy	58
 CAPÍTULO 3 – MÚLTIPLAS FORMAÇÕES EM DIFERENTES ESPAÇOS: AS COMUNIDADES JUDAICAS DE BELO HORIZONTE/MG, NILÓPOLIS/RJ E CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	 76
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 95
 REFERÊNCIAS	 97

INTRODUÇÃO

Antes mesmo de ingressar na vida acadêmica, os levantamentos para este trabalho já eram realizados. Motivado pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho para a subsistência, permaneci praticamente vinte anos afastado do ambiente acadêmico após a conclusão da minha graduação, o tornou um pouco mais desafiadora a retomada de fôlego para se pensar em um projeto de Mestrado. Visitar e revisitar autores, novas abordagens e perspectivas e, além disso, enfrentar um campo completamente diferente daquele escolhido como formação. Da saúde para as ciências humanas, prevaleceu o meu amor e zelo pela temática da imigração, que me é tão cara justamente pela minha vivência de mais de quarenta anos tendo conhecido pouquíssimos judeus na cidade.

No ano de 2015, incentivado por alguns amigos e apoiadores, comecei a organizar de forma mais sistematizada o acervo do que viria a ser a “Biblioteca Hebraica de Juiz de Fora”, entre aspas, pois ainda não teve os trâmites burocráticos formalizados. Trata-se de um nome afetivo que escolhi atribuir a um conjunto com pouco mais de mil e quinhentos livros sobre a temática judaica, em sua maioria, ou de autoria de judeus e que disponibilizo para a consulta de todos aqueles que se possam se interessar pelo assunto. Incrivelmente, ao longo desses anos, tive a oportunidade de ser procurado por várias pessoas, de todos os perfis possíveis e, como resultado, estabeleci uma rede de amizades que transcendeu os limites de Juiz de Fora, de Minas Gerais e até mesmo do Brasil.

A partir dessas redes, consegui reunir objetos antigos, fotografias, instrumentos litúrgicos e alfaia o que me instigou a saber mais. Tudo isso, sem a devida apuração técnica de um historiador, apenas movido por entusiasmo e pela vontade de ver os meus questionamentos solucionados.

Flertei por um tempo com a possibilidade de tentar ingressar no PPGH-UFJF, tanto pela praticidade de ter acesso a um programa de excelência na cidade onde resido, quanto para ter uma orientação mais apurada sobre os métodos de pesquisa e os caminhos a percorrer. Após me sabotar por algumas vezes, decidi que tentaria o processo seletivo, mesmo sabendo que iria competir com jovens historiadores de formação recém-egressos da graduação. Para a minha surpresa, fui aprovado, e tive o privilégio de receber a orientação de um professor que é referência internacional nos estudos sobre memória.

Naquele mesmo ano vivenciei estarecido a dizimação de milhões de pessoas em função da pandemia da Covid-19. Tive a companhia de pouco mais de sete bilhões de

peessoas, muitas das quais compartilharam perdas, sofrimentos, esperanças e indignações. O país, extremamente polarizado política e socialmente, se dividiu entre aqueles que banalizaram milhares de mortes diárias e outros tantos que abdicaram de relações, amores e trabalho para tentar conter o avanço do flagelo e proteger seus entes queridos.

Vi o fechamento de instituições, umas definitivas, outras temporárias. Vivenciei perdas de pessoas amigas e me vi instigado a repensar a minha carreira que eu até então seguia. Foram muitos estímulos decisivos, em curto espaço de tempo, recheado de incertezas e instabilidades, parecendo um cenário apocalíptico (que de fato o foi, para as vítimas que tiveram suas vidas ceifadas e para aqueles que permaneceram vivos para chorar por seus mortos, já que mal podiam enterrá-los).

Descrevi essa breve trajetória com o objetivo de demonstrar que, embora a experiência tenha sido uma das melhores que já vivenciei, ela não foi fácil. A primeira barreira encontrada foi justamente os arquivos fechados. Como veremos adiante, o estudo da imigração judaica contemporânea já é algo desafiador, pois carece de fontes. Menos ainda são aquelas encontradas em municípios que não sejam capitais, como é o caso de Juiz de Fora.

Nestes casos, a metodologia habitual é a de entrevistas, para explorar, no melhor sentido da palavra, as vivências e informações prestadas por pessoas mais velhas que consigam compartilhar de suas lembranças, ajudando a encaixar as peças do mosaico da história. Aí me choco com a segunda barreira: uma das parcelas da população mais atingida pelo vírus da Covid-19 eram justamente os idosos, enquadrados naquilo que convencionou se chamar “grupo de risco”. Alguns dos historiadores em potencial faleceram neste percurso; os que sobreviveram, tiveram a necessária blindagem por parte dos familiares para evitar uma possível contaminação, o que poderia ser fatal. Outros tantos contraíram a vírus e, embora sobrevivessem, passaram a enfrentar uma das principais sequelas: a perda de memória.

Tudo parecia conspirar contra o meu trabalho, há tanto tempo idealizado e desejado. Aproveitei esse ensejo inicial para me inteirar sobre a bibliografia geral e específica para o estudo do fenômeno da imigração judaica no Brasil contemporâneo. Fiquei, assim como bilhões de pessoas, na expectativa de que o cenário caótico desaparecesse na mesma rapidez com a qual foi instaurado. Passaram dias, semanas, meses, anos. Não se falava em outra coisa que não fosse o “novo normal”, muitas pessoas se “reinventaram” e muitos outros eufemismos foram empregados para mascarar o desespero da população que cada vez se tornava mais empobrecida, desempregada e

desamparada, já que a principal autoridade do país e os seus apoiadores não escondiam o desprezo pela ciência, nem a indiferença pelas pilhas de corpos que se amontoavam diariamente.

Foi quando, após muita luta e pressão, as vacinas chegaram e com elas, a flexibilização. As novas tecnologias, naquela altura, já estavam enraizadas na população, que contou com diversos *softwares* e aplicativos que facilitavam a comunicação e impulsionavam o sedentarismo da humanidade. Assim, mesmo com a resistência e/ou a imperícia de alguns historiadores em utilizar as ferramentas tecnológicas, consegui reunir um arcabouço de entrevistados, por meio de gravações realizadas via plataforma *Streamyard*.

A pesquisa avançou, não tão rápido quanto o prazo para a entrega desta dissertação, ao mesmo tempo em que diversas fontes foram aparecendo. Uma rede de historiadores surgiu, muitos ávidos para falar, outros, ludibriados pela memória, não conseguiram fornecer tantos contributos quanto gostariam.

Não tive tanta sorte com as fontes primárias, embora eu já tivesse a ideia de que seria difícil. Se nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, pesquisadores enfrentam relativa escassez de fontes sobre famílias de imigrantes judeus, o que dizer da conservadora e interiorana Juiz de Fora? Embora muito acolhedora, a cidade soube se valer de sutilezas para suprimir, de certo modo, os registros sobre a presença judaica no seu território. A busca precisou ser feita pela tangente, tateando instituições onde, por ventura, pudessem ter deixado algum lastro, como em lojas maçônicas e associações comerciais. Outros documentos, como os processos de naturalização, também foram boas materializações. Algumas gratas surpresas, que serão esmiuçadas mais adiante, também contribuíram para o entendimento de parte da historiografia da imigração judaica, que está intimamente ligada com a história do Brasil.

Mencionei que ao abrir as portas da minha biblioteca e ao iniciar as entrevistas, estabeleci redes de contato inimagináveis, com pessoas que eu sequer pensava existir. Isso diz muito sobre o meu objeto de pesquisa, que se vale do estudo das redes de sociabilidade para entender a constituição de determinado grupo de imigrantes judeus em Juiz de Fora. Ao fazer a leitura do material bibliográfico, percebi que as redes de solidariedade foram essenciais para a manutenção de muitas famílias e para o acolhimento de tantas outras. Por tudo o que já expus até aqui, acredito ter deixado explícito que este trabalho, para além das suas obrigações protocolares acadêmicas, é também a

materialização da minha construção pessoal, pelo tanto que fui influenciado pelo que li e vivi em função da pesquisa.

A proposta deste trabalho foi a de apresentar um panorama acerca da presença judaica em Juiz de Fora durante o período de transição do século XIX para o século XX. Especificamente, o recorte se debruça entre as décadas de 1870, momento em que ficou registrada a presença da primeira família de imigrantes judeus, os Levy, em Juiz de Fora e a década de 1950, que registra a presença de mais de uma dezena de famílias israelitas no município, simultaneamente. Embora, inicialmente, o recorte temporal pareça extenso, ele nos permite perceber constâncias e inconstâncias no fluxo de imigrantes semitas que se instalaram na cidade, alguns com estadias efêmeras, outros com a permanência definitiva.

A já mencionada carência de fontes somada à ausência de uma comunidade judaica estabelecida nesta cidade, fez com que muitas lacunas ainda necessitem ser preenchidas. A bibliografia consultada demonstra que nos municípios interioranos é quase uma regra que as comunidades judaicas vivam uma efervescência sociocultural até o momento em que enfrentam um declínio, provocado pela evasão das gerações seguintes para as capitais em busca de melhores oportunidades e o natural falecimento dos pioneiros, muitos dos quais já em idade avançada.

Para atingir seus objetivos, esta dissertação foi dividida em três capítulos – ou sessões – com os seus respectivos subitens. De antemão, atento para o fato de que, ao contrário do que vem sendo feito exaustivamente nas pesquisas sobre a imigração judaica no Brasil, não foram aprofundadas questões relativas ao contexto das perseguições na Rússia e leste europeu, assim como as perseguições da ditadura Vargas, os efeitos nocivos do Ação Integralista Brasileira ou o tradicional nazifascismo europeu, embora sejam temáticas mencionadas quando necessárias. A intenção, que espero ter sido acertada, foi a de aprofundar o trabalho no âmago da vivência juiz-forana. Como as fontes encontradas não apontavam para essas temáticas, foi decidido não redundar este trabalho com a referida temática, já muito bem trabalhada ao longo das últimas duas décadas.

O primeiro capítulo foi intitulado “um olhar a partir do outro: pesquisa histórica sobre a imigração judaica em Juiz de Fora na transição do século XIX para o XX”. Ele foi subdividido em dois subitens que buscam apresentar, respectivamente, os desafios da pesquisa histórica sobre a imigração judaica em Juiz de Fora e a forma como a imprensa local via e retratava os judeus, tendo vista ser o jornal o principal meio de impulsionar os

discursos da intelectualidade que, na ocasião, não demonstravam ser tão favoráveis aos judeus.

O segundo capítulo foi intitulado “Memórias, retalhos e registros: uma reflexão sobre a trajetória judaica em Juiz de Fora”. Divido em dois subitens, este ponto analisa a trajetória da imigração judaica em Juiz de Fora no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Para isso, foi utilizado como paradigma a família Levy. Oriundos da região de Alsácia-Lorena, vieram aos montes para o Brasil para não se submeter à Alemanha, que venceu a França no contexto da guerra franco-prussiana e incorporou a região francesa aos seus territórios. A escolha, além de tudo, foi pelo relativamente rico acervo encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponibilizada na rede mundial de computadores, por meio do qual foi possível acessar o jornal “*O Pharol*”, de Juiz de Fora.

O terceiro capítulo foi intitulado “múltiplas formações em diferentes espaços: as comunidades judaicas de Belo Horizonte/MG, Nilópolis/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ”. Este tópico apresenta três contextos de imigração judaicas como paradigmas para ajudar a compreender o fenômeno juiz-forano, entendendo as semelhanças e diferenças. São as realidades de Belo Horizonte/MG, Nilópolis/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ. Uma capital e duas cidades de interior, que vivenciaram diferentes formas de ocupação, momentos de ascensão e o declínio das coletividades judaicas.

CAPÍTULO 1 – UM OLHAR A PARTIR DO OUTRO: PESQUISA HISTÓRICA SOBRE A IMIGRAÇÃO JUDAICA EM JUIZ DE FORA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O XX

Encontrei-o em Juiz de Fora, na estação Leopoldina.

Isso aconteceu numa manhã de inverno tipicamente brasileira.

[...]

Ainda era cedo e nos dirigimos até o restaurante para tomar um café. Mal tive tempo de levantar a xícara até a boca quando meu acompanhante me deu um puxão, que fez derramar meu café.

- O senhor está vendo? -, disse-me quase em tom de segredo – Está vendo aquele tipo? Nunca o senhor pensaria que é um dos nossos, um filho de Israel. Igual figura certamente jamais se viu aqui no Brasil. Contudo, isso é um judeu!²

Abrimos este capítulo com um trecho do conto intitulado “Moral”, de autoria de Adolfo Kischinhevsky. A narrativa, ambientada em Juiz de Fora do início do século XX, retrata uma realidade que este muito presente no contexto de imigração contemporânea: as dinâmicas de interação social com outros grupos culturais. Esse conto, em específico, é muito emblemático por retratar temas como casamentos arranjados, fraudes, divulgação da imagem de um Brasil como destino ideal para imigrantes, imigrantes estabelecidos no país trazendo os seus familiares, entre outros. São informações que sintetizam o que veremos ao longo deste trabalho.

Este capítulo apresenta e analisa o processo de elaboração desta pesquisa histórica.

Foram escolhidos os fenômenos de imigração judaica em Juiz de Fora, município localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, cujo desenvolvimento fez com que fosse considerada uma das, se não a, mais importante cidade do Estado no final do século XIX.

E o que tornava a região atrativa? A qualidade de vida em uma cidade de interior equipada com as tecnologias de uma capital. Além disso, a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro fez com que Juiz de Fora se tornasse uma cidade onde a elite econômica visitasse com frequência. Dessas visitas, relações comerciais eram estabelecidas, casamentos arranjados, contratos selados e um grande potencial de consumidores se revelava, em função da riqueza concentrada na região que era produtora de café. Com tanto dinheiro retido e/ou circulando, a cidade se tornou alvo de imigrantes que buscavam o conforto de uma capital por um custo menor.

² KISCHINHEVSKY, Adolfo. Novos lares: contos e cenas da vida dos judeus no Brasil. Trad. Nachman Falbel, Sara Morelenbaum. São Paulo: Editora Cultura, 2008, p. 90.

Pesquisar a imigração judaica é diferente de realizar a pesquisa da imigração de territórios. Difere, portanto, das imigrações alemã, italiana, portuguesa, francesa, espanhola... e tantas outras. O judeu é, acima de tudo, um judeu, não importando a sua nacionalidade: um judeu russo, é mais judeu do que russo; um judeu francês, é mais judeu do que francês; um judeu polonês, é menos polonês do que judeu. Portanto, é necessário que sejam empreendidas as pesquisas históricas sobre os judeus no Brasil por conta dos inestimáveis contributos que trouxeram para o país. A professora e pesquisadora Eva Alterman Blay entende que a sintomática lacuna nos trabalhos sobre a imigração judaica no país fortalece preconceitos e ignorância, tendo em vista o desconhecimento que a população tem acerca dessa temática³.

O fenômeno histórico da imigração judaica foi responsável por criar um rearranjo cultural em muitos grupos por diversos motivos: a assimilação cultural pela necessidade de se adaptar à nova realidade; a fuga da violência que acarretaria em seu extermínio; a miscigenação cultural em função de relações sociais, como o casamento; o abandono gradual e voluntário da sua cultura pelo simples gostar da outra. Muitas são as possibilidades e varia conforme o perfil do imigrante, a sua origem, o seu destino e as suas redes estabelecidas. Os imigrantes judeus viviam em constante processo de fragmentação, o que demandou um grande esforço de adaptação. Rachel Mizrahi, ao pesquisar a imigração de judeus do Oriente Médio para o Brasil, assinalou que

Deixar a terra de origem onde a família, por séculos, havia se estruturado em sólidas raízes culturais não era iniciativa fácil de ser tomada. A decisão implicava ruptura total, porque interferia com questões relacionadas às seculares tradições religiosas, à preservação da língua materna e ao domínio do cotidiano. O “ato de emigrar”, embora sedutor, constituía-se em uma difícil decisão que fragmentava as bases fundamentais dos vínculos humanos: a família e a comunidade de origem.⁴

Talvez essas fragmentações e rupturas, que foram constantes por milênios, tenham sido as responsáveis por esperar uma rápida adaptação por parte dos israelitas nas novas realidades a eles impostas. Vivendo em um quase eterno desterro, esses grupos precisaram ser versáteis no trabalho e sólidos na fé, para manter viva a identidade cultural sem perder de vista a subsistência material.

³ BLAY, Eva Alterman. O Brasil como destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 21.

⁴ MIZRAHI, Rachel. Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 56.

Nesse eterno caminhar, os judeus foram vistos pelo olhar “do outro” e sobre quem “o outro” criou imagens, raramente fidedignas, baseadas no medo, no estigma, na discriminação e no ódio, sem que, contudo, houvesse uma tentativa real de aproximação “do outro” para melhor compreensão. Nos subitens a seguir, serão trabalhadas algumas questões a partir “do outro”, se contrapondo com as vivências, narrativas e as realidades descritas pelos imigrantes.

1.1 Entre fontes, memórias e registros: os desafios e as potencialidades da pesquisa sobre a imigração judaica em Juiz de Fora

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória⁵.

A temporalidade assinalada permite evidenciar diversos perfis dos imigrantes semitas, dados os múltiplos eventos que ocorreram ao longo da centúria aqui trabalhada: a guerra franco-prussiana; as constantes perseguições e massacres aos pogroms no então Império Russo do século XIX e alguns países do leste europeu; conflitos sociais e pontuais motivados por crises financeiras no continente europeu; a busca por melhores condições de vida; e, por fim, a Segunda Guerra Mundial e as perseguições políticas que antecederam esta hecatombe. Não obstante os diferentes contextos que motivaram a chegada desses imigrantes na cidade, é possível, também, destacar que compartilhavam algumas características específicas, sobretudo relacionadas às formas de trabalho: o fato de serem prestamistas, trabalhadores do comércio e varejistas locais.

Em maior ou menor escala, os israelitas que se instalaram em Juiz de Fora gozavam da calma de uma cidade do interior, ao mesmo tempo que desfrutavam das vantagens oferecidas por uma urbe em expansão, dotada dos mais atuais aparatos da modernidade latente e da efervescência cultural possibilitada pela proximidade com a então capital brasileira, o Rio de Janeiro. A profícua cidade mineira acolheu grupos de diversas etnias e nacionalidades, dotando sua cultura com uma miscelânea de tradições que ainda hoje, quase dois séculos depois de sua formação, estão entranhadas na população.

⁵ LEGOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1990. p. 476.

Portanto, interessou nesta pesquisa perceber se existiu uma ampla rede de apoio entre os imigrantes israelitas em Juiz de Fora e, em caso afirmativo, de que forma se deu essas redes de sociabilidades, buscando valorizar o perfil dos indivíduos que compuseram essas possíveis redes. Dadas as especificidades das tradições judaicas, em especial, os valores aos ritos e ao amparo oferecido aos seus pares, partiu-se do pressuposto que tenha havido sim, uma rede de solidariedade, ainda que em menor projeção social se comparado às redes mutuais de outros grupos de imigrantes na cidade, como os alemães, portugueses e italianos.

Grande foi o aparato documental utilizado para identificar os traços da cultura judaica em Juiz de Fora. Para além de documentos em papel, muitos foram os registros deixados para a posteridade e que se relacionam aos processos de memória, esquecimento e silêncio desses grupos⁶.

O recurso proporcionado pela imprensa local, em especial o jornal “*O Pharol*”, com o qual já trabalhamos na sessão anterior, é disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional por meio da Hemeroteca Digital e mostrou que na década de 1870, na jovem Juiz de Fora, já havia sido consolidada a presença da família Levy, proveniente da França, que se destacaram no comércio de joias na cidade⁷.

Dentro da plataforma da Hemeroteca Digital, como descritores nas palavras-chave, foram utilizados os seguintes descritores: “judia”, “judeu”, “israelita”, “semita”, “Levy”, “Cohen”, “Jacob”, “Abraam”, “Salomão”, “synagoga” e “Yom Kipur”. A

motivação das escolhas, para além dos termos usualmente utilizados para designar os grupos de judeus, se deu também em função dos nomes e sobrenomes mais comuns entre os imigrantes e, através deles, observar as relações entre os seus possíveis pares. Por fim, foram destacados os nomes do templo utilizado para os ritos judaicos, bem como uma das mais emblemáticas festividades do calendário judaico, a fim de tentar verificar se existiram atividades festivas com a temática e a possível congregação de grupos semitas.

O aparato associativista dos grupos judaicos de Juiz de Fora tem como principal expoente a *Women’s International Zionist Organization* (WIZO). Trata-se de um grupo de assistência mútua fundado no ano de 1920, na Inglaterra por Lady Rebecca Sieff, Dra. Vera Weizmann, Edith Eder, Romana Goodman e Henrietta Irwell⁸. O grupo,

⁶ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

⁷ Disponível na rede mundial de computadores através do link: <http://memoria.bn.br/docreader/>.

⁸ CHERMONT, Lucia. **Revista aonde vamos?** Rede ideológica e institucional. Cadernos de Língua e Literatura Hebraica. Universidade de São Paulo. N. 20, 2021. P.36.

inicialmente, se mobilizou a fim de amparar mulheres judias que enfrentavam dificuldades financeiras. Para isso, iniciaram com a criação de creches, permitindo o cuidado das crianças para que a mãe pudesse exercer as suas atividades com o mínimo amparo. Posteriormente, o grupo se difundiu para os demais continentes, inclusive chegando na América do Sul.

No Brasil, a WIZO foi fundada no ano de 1926, no Rio de Janeiro, na residência de Scylla e Jacob Schneider, sendo Scylla a primeira presidente. A organização, contudo, foi coibida durante o Estado Novo, por meio do Decreto-Lei nº 383, de 1938, que, na iminência de eclodir a Segunda Guerra Mundial e enrijecendo a política nacionalista de Getúlio Vargas, proibiu as manifestações políticas de caráter estrangeiro no país. Somente na década de 1940, a situação foi revertida e a WIZO se expandiu para outras cidades brasileiras, como foi o caso de Juiz de Fora, cujo registro inicial remete ao ano de 1946⁹. A presença e atuação da WIZO em Juiz de Fora será melhor explorada na terceira seção desta dissertação.

FIGURA 1 – Livro Financeiro da WIZO - Juiz de Fora

22-10 Transporte 515 00 Donativo Sr. Alberto Boab 50 00 Cha' S. Linba (29-11) 745 00 Formatura D. Maurício (11-12) 220 00 1.530 00 14^a Remessa - Caixa: 14-4-50 Janêiro 220 00 Fevereiro 205 00 Março 165 00 Donativos: Perez Rzytylski 590 00 e Francisco Reitenberg de Lavaras (60,00 e 60,00) 120 00 Henrique Rozenfeld 10 00 Jayme Golombkow 20 00 740 00	15^a Remessa - Caixa: 5-7-50 Janêiro 10 00 Fevereiro 20 00 Março 60 00 Abril 225 00 Mai 205 00 Junho 185 00 705 00 Donativos: D. Regi- na Chirag: 50,00 e 25,00 75 00 27/5 Cha' D. Bela 550 00 1/7 Cha' D. Regina Chirag 400 00 3/7 Aniversário D. Per. Chirag 560 00 10 lanche 20 00 2.500 00 16^a Remessa - Caixa: 10-10-50: maio 20 00 junho 40 00 60 00
--	--

Fonte: Acervo da Biblioteca Hebraica de Juiz de Fora. 10 jun. 2022.

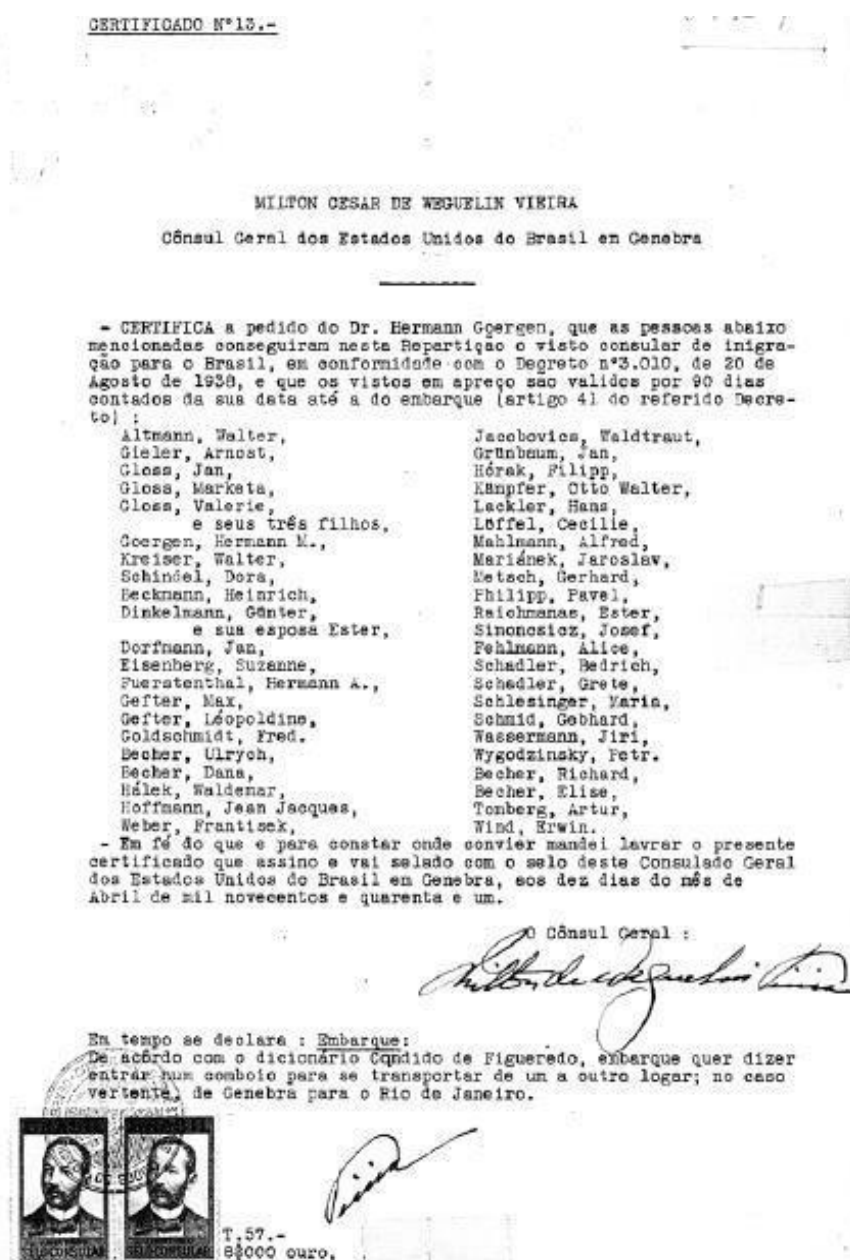
⁹ Idem, Ibidem.

Outra importante fonte que registra a memória da presença judaica em Juiz de Fora se encontra no material bibliográfico que diz respeito à chegada de um grupo de judeus na cidade no ano de 1941, fugidos das perseguições nazistas, com o auxílio do filósofo alemão, Hermann Mathias Görgen. Tal documento dinamiza e diversifica o perfil individual dos israelitas na cidade, ainda que a sua grande maioria não tenha se instalado na cidade, de forma definitiva. Muitos deles se dispersaram para os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A lista com os nomes, os detalhes da fuga e os registros dos grupos organizados para tal, se encontram disponíveis em PDF, no acervo de Dora Schindel: Arqshoah/Leer-USP, no Arquivo Virtual “ARQSHOAH: HOLOCAUSTO E ANTISSEMITISMO”¹⁰. A atuação de Görgen se assemelha ao do personagem Oskar Schindler, que foi imortalizado nas telas dos cinemas através do filme “A Lista de Schindler”, produzida por Steven Spielberg, em 1993. Na obra, o empresário Oskar Schindler simula, e executa, a criação de uma fábrica de painéis no intuito de incorporar a mão de obras de judeus que seriam exterminados nos campos de concentração e salvá-los da morte iminente. Da mesma forma, Görgen criou uma indústria de fachada em Juiz de Fora, de nome “Indústrias Técnicas LTDA” de modo a oferecer trabalho para dezenas judeus. A referida fábrica ficava localizada à Av. Francisco Bernardino, próximo à Estação Leopoldina, no centro da cidade.

¹⁰ Arqshoah. Arquivo Virtual. **Iconografia. Hermann Mathias Görgen.** Disponível em: <<https://arqshoah.com/iconografia/5758-ico-1393-hermann-mathias-goergen>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FIGURA 2 – Lista nominal dos imigrantes de Görden



Fonte: Acervo Dora Schindel, Arqshoah/Leer-USP.

A obra “Salvo erro ou omissão” de José Procópio Filho se trata de um livro contendo pequena biografia de diversos homens que viveram em Juiz de Fora desde os seus primórdios até a data de sua publicação, na década de 1970¹¹. Com ele, por meio da busca de nomes e sobrenomes, foi possível identificar os nomes de homens não-judeus que se casaram com mulheres judias durante o período assinalado. Naturalmente, a obra contempla, em sua maioria, homens proeminentes que se destacaram por sua atuação política e social, predominando aqueles detentores de grande capital econômico.

¹¹ TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

Tal obra, juntamente somada aos demais aportes referenciais, permitiu construir uma prosopografia em nível local, que será explorada na terceira seção desta dissertação. O objetivo foi, justamente, entender as redes de sociabilidades dos grupos judaicos de Juiz de Fora ao longo do recorte temporal proposto, de modo a compreender a sua mobilização e a sua estruturação no contexto social local. Essa metodologia de estudo foi balizada pelo teórico Lawrence Stone, que propôs elaborar uma biografia coletiva como forma de observar características comuns em determinados grupos de indivíduos. Mais precisamente:

A prosopografia é usada como uma ferramenta para atacar dois dos problemas mais básicos da história. O primeiro diz respeito às raízes da ação política; [...] O segundo diz respeito à estrutura social e à mobilidade social; um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, e especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (geralmente de elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, titulares de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; [...]¹²

No Instituto Teuto-brasileiro Willian Dilly, em Juiz de Fora. Trata-se de um acervo que congrega parte significativa dos registros das famílias oriundas dos territórios germânicos e que imigraram para a cidade. A busca foi motivada na expectativa de encontrar fotografias, diários e relatos que permitissem identificar lastros dos caminhos percorridos pelos grupos semitas. Infelizmente, caso exista alguma fonte, a mesma não foi encontrada/disponibilizada para esta pesquisa.

Nos arquivos das lojas maçônicas Fidelidade Mineira e Benso di Cavour. Através dos depoimentos de alguns descendentes que estiveram em Juiz de Fora na década de 1940, foi narrado que, na ausência de uma sinagoga, alguns eventos eram realizados nos salões das lojas maçônicas, mediante o aluguel do espaço. Os arquivos dessas instituições também mostram que alguns judeus que a elas se filiaram, não sendo espaço exclusivo dos cristãos.

¹² STONE, Lawrence. **The past and the presente revisited**. Routledge, 1987. P. 45. Tradução nossa do texto: Prosopography is used as a tool with which to attack two of the most basic problems in history. The first concerns the roots of the political action; [...]The second concerns social structure and social mobility; one set of problemas involves analysis of the role in Society, and especially the changes in that role over time, of especific (usually elite) status groups, holders of titles, members of professional associations, officeholders, occupational groups, or economic classes.

FIGURA 3 – Ficha de inscrição na Loja Maçônica Fidelidade Mineira/JF

NOME ABRAHAM ROTER **N. de Ordem** 10.009

Residência Rua Nova Pimbeleiro, 37 - Apt 301 **Profissão** Contador

Natural de LAGUNA - POLONIA **Estado** POLONIA

Nascimento 21.09.08 to 1912 **Estado civil** Casado **Filhos** 3

Esposa Ida Roter

Filiação Berel Roter e Ester Roter

Grado	Data	Histórico	Cadastro N°
1	31/01/41	Filição em 8 de novembro de 1908 - vindo da ESQUADRA E	10.009, válido até 10/12/77
2	11/01/42	FORVIR DO ORI. de MANAUS.	
3	10/12/42		
4	10.6.1943		
5	13.11.1943		
6	10.7.1944		
7	23.12.1945		
8	22.9.1945		
9	10.3.1948		
10	03/12/75		
11	03/02/77		

EMÉRITO HISTÓRICO

Em sessão de 10/12/77, foi declarado o grau de EMÉRITO, de acordo com o art. 46 do R.O.

Em 10/12/77, foi declarado o grau de EMÉRITO, de acordo com o art. 46 do R.O.

Em sessão de 12/3/73, recebeu a Med. de 1ª. Cent. da Loja Fid. Mineira.

Fonte: Ficha de Inscrição de Abraham Roter. Arquivo da Loja Maçônica Fidelidade Mineira. Juiz de Fora. 20 de maio de 2022.

No Cemitério Municipal de Juiz de Fora, onde foram encontradas algumas lápides cujas características artísticas tumulares evocam temas eminentemente do contexto judaico, como a Estrela de David e as Tábuas da Lei. Tal característica se destoa das pranteadoras, das figuras angelicais, das evocações cristãs e de diversos outros elementos decorativos que evocam o calvário de Cristo ou personagens do imaginário cristão, muito comum nestes espaços, reflexo da religião predominante no Brasil. Além disso, esses túmulos foram mencionados na obra do casal Egon e Frieda Wolff, do ano 1983, intitulada *Sepulturas de Israelitas II*¹³.

¹³ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Sepulturas de israelitas II**. Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas. Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983. p. 176.

FIGURA 4 – Jazigo da família Levy – Cemitério Municipal de Juiz de Fora



Fonte: Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Jazigo da Família Levy. Autoria: Leandro Gracioso de Almeida. Data: 12 de outubro de 2013.

Para além de uma edificação tumular, nota-se que esse túmulo se apresenta como um elemento de resistência e permanência da memória de um grupo cultural presente na cidade, ainda que dentro do silêncio pétreo de suas ligas de alvenaria e pó de pedra. Sobre estudar os cemitérios enquanto Patrimônio, Yussef Campos e Mariana Rosa entendem que:

Eles [os cemitérios], de uma forma geral, e seu mobiliário, de forma particular, está relacionado a busca de dignidade e a possibilidade de perpetuar a memória. Assim, os silêncios e esquecimentos devem ser observados de forma central quando nos relacionamos com esses espaços¹⁴.

Igualmente relevante, ao longo da elaboração desta pesquisa, foram entrevistadas diversas pessoas que tiveram contato direto com os grupos de imigrantes semitas em Juiz de Fora, a partir da década de 1930. Muitos deles se estabeleceram na cidade até certo ponto, mudando-se para os grandes centros urbanos do Brasil ou, até mesmo, para o território de Israel. Portanto, a história oral foi amplamente utilizada neste trabalho, mostrando as suas potencialidades no que diz respeito ao processo de reconstituição da memória judaica que se fez presente no município em comento. Não significa, contudo, que as limitações no uso das fontes orais passaram despercebidas, pelo contrário, foram complementadas e corroboradas por meio de fontes primárias e secundárias. Isso porque:

[...] para que a pesquisa oral desempenhe plenamente seu papel, precisa reconhecer seus limites e, até, fazer deles uma força. Explico-me: estou convencido de que a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos; mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes mesmos limites talvez continuem um de seus principais interesses¹⁵.

Essas entrevistas foram realizadas com filhos, filhas, esposas, netos e netas dos judeus que viveram em Juiz de Fora entre as décadas de 1930 e 1960. Por meio de suas lembranças de vivências e daquilo que ouviam de seus ascendentes, foi possível criar pontos de locução entre as demais fontes exploradas. Com isso o comércio, a residência, os locais de estudos, de festividades, de enterramentos, de entretenimento, lazer, recreação, enfim, parte significativa da dinâmica social dos grupos judaicos na cidade pôde ser descortinada em função dessas falas. Segue abaixo uma lista com os entrevistados, muitos dos quais contribuíram cabalmente para o preenchimento de algumas lacunas históricas.

¹⁴ CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; ROSA, Mariana Antão de Carvalho. **Cada sepultura, uma história: arte tumular e Patrimônio no Cemitério de Conceição da Boa Vista, Recreio-MG**. Revista Memória em Rede, pelotas, v. 14, n. 26, Jan/Jun 2022. Pp. 322-323.

¹⁵ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. P. 34.

TABELA 1 – Lista com os nomes dos descendentes entrevistados

Nome do Entrevistado/da	Vínculo com Imigrantes
Entrevistada	Judeus
Adriana Aboab	Neta
Aletheia Westermann	Neta
Ana Marlene Starec ¹⁶	Filha
Charles Ckocerginskis	Filho
Ester Rotter	Filha
Guilherme Moretzsohn	Bisneto
Ida Rotter	Filha
Jacob Goldberg	Filho
Jairo Grinberg	Filho
Jayme Brenner	Neto
Judith Hajdenwurcel	Filha
Marcos Tucherman	Filho
Mariana Zemel	Neta
Viktor David	Imigrante
Zilda Kojuck	Filha

Fonte: Entrevistas concedidas ao autor, entre os meses de janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

Ao serem analisadas as entrevistas, foi possível perceber que muitos dos indivíduos entrevistados não tiveram contato uns com os outros em sua infância ou ao longo de sua estadia em Juiz de Fora. Entretanto, a grande maioria das narrativas constroem um diálogo conciso e coeso, evidenciando a veracidade das falas. Isso permitiu concluir que, não necessariamente, havia uma associação entre os imigrantes judeus que congregasse a sua totalidade. Tal constituição nas falas dos entrevistados revela importantes facetas das histórias provenientes da memória coletiva, consolidando um testemunho dentro da narrativa de cada um dos sujeitos. Ou seja, história e memória coletiva, imbricadas e se complementando, de modo a construir as múltiplas vivências através dos olhares dos indivíduos. Conforme assinalou Le Goff nas palavras a seguir:

[...] porque há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente

¹⁶ Foi presidente da Women's International Zionist Organization - WIZO - Nacional, em sua entrevista colaborou sobre as informações da instituição judaica de ajuda mútua no Brasil. Embora seja de descendência judaica, não guarda relações diretas com Juiz de Fora.

e o passado. [...] A história deve esclarecer a memória e ajuda-la a retificar os seus erros.¹⁷

A orientação dada pela fala de Le Goff permite entender que a memória coletiva representa o elo estabelecido entre presente e passado de uma sociedade, através das múltiplas experiências vivenciadas pelos indivíduos. Assim, é possível que a memória coletiva busca inserir as experiências individuais dentro de uma coletividade, construindo comunidades que compartilham de lembranças e constroem uma, ou mais, identidades, fortificando os seus laços por meio de uma mística que confere maior confiabilidade nas lembranças.

É diante dessas lembranças coletivas que a comunidade internaliza as memórias individuais, fazendo com que as experiências, mesmo que não vividas por todos, sejam compartilhadas pela comunidade. Isso porque, ao serem internalizadas, as rememorações se tornam idealizadoras das realidades, como reflexo do seu compartilhamento entre os pares. Nas palavras de Maurice Halbwachs: “mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”¹⁸.

Por fim, foram analisados diversos registros de processos de naturalização em Juiz de Fora, todos disponíveis para consulta no Arquivo Público da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com essa documentação foi possível o acesso às famílias israelitas que se instalaram na cidade, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950. A utilização de processos de naturalização como fontes de pesquisa ganhou fôlego com o recente trabalho publicado por Cássila Cavaler Pessoa de Mello, em sua dissertação de mestrado intitulada “Ser estrangeiro no Império: Direitos, restrições e processos de naturalização (1822 – 1854), onde a pesquisadora buscou compreender as possíveis motivações que levaram os estrangeiros a optarem pela cidadania brasileira¹⁹. Abaixo, segue exemplo de documento referente a um título de naturalização fornecido em Juiz de Fora, em 1954.

¹⁷ LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. p. 30

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990. p. 25.

¹⁹ MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no Império: Direitos, restrições e processo de naturalização**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2018. 214 p.

FIGURA 5 – Entrega de título de naturalização em Juiz de Fora - MG



Fonte: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dezembro de 2021.

É importante destacar que muitas dessas famílias tiveram os seus nomes e sobrenomes “aportuguesados”, possivelmente pela motivado pela barreira linguística existente entre os oficiais de justiça brasileiros, na condição de ouvinte, e os imigrantes, na condição de falantes. Tal fenômeno foi registrado pela professora de Linguística da Universidade de São Paulo, Beatriz Raposo de Medeiros, em uma recente comunicação publicada na rede mundial de computadores, no sítio virtual da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (ANOREG/SP). O grupo, que congrega 1.546 Cartórios distribuídos por todos os municípios de São Paulo, convidou a professora para discorrer sobre a percepção da fala e os seus reflexos nos nomes dados aos filhos dos imigrantes entre os séculos XIX e XX. Segundo a matéria:

Durante este processo, que culminou na geração de novos descendentes, um importante passo para consumir aquela criança era o ato de registrá-la. No momento que estes mesmos imigrantes se deslocavam aos cartórios de Registro Civil espalhados pelo País, muitos não levavam seus documentos de identidade e, na maioria dos casos, isso ocorreria simplesmente porque eles não os possuíam. Assim, o registro de seus filhos e descendentes eram realizados utilizando-se da única forma possível na época: a fala²⁰.

Ante o exposto, é possível justificar a relevância desta pesquisa, uma vez que traz em seu bojo o estudo de um determinado grupo étnico cuja trajetória transcende um único território ou nação, e que, ao mesmo tempo, são indivíduos providos de um senso de unidade. Nas palavras de Fania Fridman:

Nas primeiras décadas do século XX, a identidade do imigrante israelita no Brasil, sefardis e asquenazes²¹, se fez pela resistência. Impedidos de gozar dos mesmos direitos dos brasileiros e sem conhecer o idioma, essa resistência deu origem a um sentimento de unidade entre iguais²².

Portanto, apresentados os registros deixados para a posteridade que foram legados a Juiz de Fora, foi possível dar continuidade e embasamento para esta pesquisa. O material não somente representa os elos de permanência da comunidade judaica na memória local, como também fornece subsídios que podem se desdobrar em diversas pesquisas.

²⁰ ANOREG. Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (ANOREG/SP). ARPEN/SP – **A influência da fala no registro do nome e a retificação por erro evidente**. Publicado em 16 set. 2021. Disponível em: < <https://www.anoregsp.org.br/noticias/70201/strongarpensp-a-influencia-da-fala-no-registro-do-nome-e-a-retificacao-por-erro-evidentestrong> >. Acesso em 10 jun. 2022.

²¹ Segundo o dicionário judaico de lendas e tradições, o termo “sefardim”, que também pode ser “sefaradim”, “sefaradi” ou “sefaradita”, diz respeito aos judeus de origem espanhola e portuguesa que se espalharam pelo norte da África, Império Otomano, parte da América do Sul, Itália e Holanda após a expulsão dos judeus da península Ibérica no fim do século XV. Por sua vez, o termo “ashkenazim”, que também pode ser referenciado como “asquenazitas” ou “ashkenazitas” diz respeito aos judeus das regiões onde hoje está localizada a Alemanha. Como a maioria dos judeus nos países Cristãos da Europa ocidental, central e oriental, da Idade Média aos tempos modernos, eram cultural e demograficamente descendentes dos judeus franco-alemães, o termo ashkenazim veio a ser aplicado a todos eles. Para mais informações, ver: UNTERMAN, Alan. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Trad. Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

²² FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 18-19.

1.2 Credores, deicidas e avarentos: a imagem do judeu sob o olhar da imprensa juiz-forana

“Toda gente sabe que os judeus são vingativos.” [...]

“O cobre do judeu, como um demônio implacável, conseguiu assenhorear-se do santo refúgio dos frades, expulsos pela impiedade e pela demagogia do espírito hodierno de uma nação que, Deus queira, não se tenha de arrepender desses atos de apressada insensatez, com que vai pondo em derrocada o seu refulgente passado, quando ela era ainda uma sincera e entusiasta aliada da religião.” [...]

“O dinheiro do judeu pode comprar os conventos, mas decerto não compra nem suborna os representantes da religião e a crença do povo.”²³

O subitem deste primeiro capítulo é iniciado com três citações presentes na mesma matéria que foi publicada no dia 11 de novembro de 1905 pelo jornal *O Pharol*. Intitulado “Cenas e Fatos”, o texto tinha por objetivo narrar a compra de um convento franciscano por um grupo de judeus. Contudo, não foi especificada a localização ou por quem tal convento foi comprado.

Chama-nos a atenção a construção narrativa apresentada pela matéria que é iniciada com a afirmação de que “toda gente sabe que os judeus são vingativos”. Outro ponto que merece ser salientado é que a “culpa” imputada aos compradores do referido convento se reverbera para toda a “nação” judaica, o que pode ser observado no trecho a seguir: “**O cobre do judeu**, como um demônio implacável, conseguiu assenhorear-se do santo refúgio dos frades, expulsos pela impiedade e pela demagogia do espírito hodierno **de uma nação** que, Deus queira, não se tenha de arrepender desses atos de apressada insensatez...”. (grifo nosso). Destacamos aqui, portanto, a forma como generalizações eram feitas sem demonstrar preocupação com as consequências.

Parte substancial desta pesquisa foi pautada na pesquisa do jornal *O Pharol*, que está disponibilizado em meio digital na rede mundial de computadores pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Tido como o periódico mais antigo de Minas Gerais, esteve em plena atividade entre os anos de 1866 e 1939. Contudo, estão disponíveis em formato digital apenas o recorte temporal entre 1876 e 1933. Realizamos um levantamento inicial com sete descritores, conforme podem ser observados na tabela abaixo (tabela 2):

²³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 11 de novembro de 1905. Edição 00269.

TABELA 2: Descritores e ocorrências de dados na HDBN

	Descritor	Número de ocorrências
1	Hebrew	0
2	Hebreu	29
3	Jewish	0
4	Judeu/Judeo	216
5	Israelita	37
6	Israelense	0
7	Israel	181

Fonte: levantamento do autor através do sítio virtual da HDBN.

Para fins didáticos e melhor fluidez da leitura, os sete descritores serão enumerados com as respectivas justificativas.

– *Hebrew*: O objetivo de pesquisar o termo em inglês foi o de tentar abranger as ocorrências, sobretudo no tocante às instituições internacionais de ajuda aos imigrantes, como é o caso da HIAS - *Hebrew Immigrant Aid Society* [Sociedade Hebraica de Auxílio aos Imigrantes]. A pesquisadora Ethel Mizrahy Cupers Schmid, ao analisar o fenômeno da imigração judaica em Belo Horizonte no início do século XX, apresenta, através de relato oral concedido em 1991 pelo imigrante David Kuperman, que a HIAS existia no Rio de Janeiro e auxiliava aqueles imigrantes que não possuíam uma rede imediata de apoio²⁴. Segundo a autora, a HIAS foi:

Criada em 1909 com objetivo de prestar assistência aos imigrantes judeus aos Estados Unidos. A organização expandiu-se rapidamente e, durante a Primeira Guerra Mundial, abriu sucursais inclusive no Extremo Oriente, para assistência aos imigrantes a caminho dos Estados Unidos, Canadá e América do Sul.

Por sua vez, o sítio virtual da instituição, disponível na rede mundial de computadores, traça um histórico cuja origem remonta à segunda metade do século XIX, com os predecessores daquilo que viria a se tornar a HIAS, atuando na mitigação da mendicância de judeus que imigravam para Nova Iorque²⁵. Com isso, buscamos verificar se existiu alguma relação dessa associação com Juiz de Fora ou se houve alguma menção de sua atuação por parte da imprensa, o que não foi confirmado segundo o levantamento d'*O Pharol* e do *Jornal do Comércio*, ambos em circulação no período.

1 - Hebreu: A busca por este descritor revelou somente vinte e nove ocorrências, sendo elas relativas às parábolas bíblicas ou a alguma nota relacionada a eventos litúrgicos do cristianismo, como a Paixão de Cristo. Quando eram retratadas as cenas bíblicas da via sacra, os redatores do jornal não teciam juízo de valor em relação aos

²⁴ CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922 – 1961)*. 1ª edição. Belo Horizonte: Marketing Aumentado, 2013, não paginado. ²⁵ HIAS. *Hebrew Immigrant Aid Society*. 2023. Disponível em: < <https://hias.org/who/our-history/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

judeus, que ao longo da história foram comumente acusados de deicídio por cristãos em função da crucificação de Jesus.

Em certa ocasião foi publicada na edição de 18 de fevereiro de 1915 o poema intitulado “A serenata do Pierrot”. Na descrição quase onírica do personagem, foi apresentado que: “Apareces me em sonho... Ardente e louca, / Os olhos lindos e o perfil hebreu, ...”, sem deixar claro se ter o “perfil hebreu” se trata de algo positivo ou negativo, o que acentua a aura de mistério do conto.

Em reportagem do dia 11 de novembro de 1915, no auge da Primeira Guerra Mundial, a primeira página do periódico narra a quase heroica história de um grupo de voluntários composto por “filhos de Israel”, que formaram uma unidade militar à parte, “comandados em hebreu por oficiais da sua raça”. O grupo era composto, segundo o jornal, por jovens sionistas que estavam estabelecidos na Palestina e realizaram o seu alistamento militar no batalhão “British-Palestine”.

3- Jewish: a utilização deste descritor seguiu a mesma lógica prevista no item 1, ou seja, tentar tornar ainda mais abrangente para o contexto internacional. O foco foi o de buscar diálogo com duas importantes associações: Jewish Colonization Association [Associação de Colonização Judaica] (ICA) e o Joint Distribution Committee ou American Jewish Distribution Committee [Comitê Judaico Americano de Amparo aos Imigrantes] (JOINT). Do mesmo modo, não foram encontradas ocorrências.

4 – Judeu/Judeo: Com ambas as grafias, o sistema reconheceu as mesmas ocorrências, totalizando duzentas e dezesseis. Dentre os sete descritores levantados, este foi o que se mostrou mais profícuo em relação às informações resultantes, já que forneceu um panorama sobre a forma como o judeu era visto – ou como a sua imagem era criada – a partir dos artigos jornalísticos.

Com posições que variavam entre o senso comum do ódio aos judeus e a indignação ante ao antissemitismo que grassava na Europa e Ásia, *O Pharol* demonstrou que em Juiz de Fora não existia um projeto institucionalizado contrário ao judaísmo ou aos judeus. De maneira oposta, explicitou que a elite juiz-forana tateava no escuro quando se tratava de assumir uma posição mais enérgica de abraçar o antissemitismo.

5 e 6 – Israelita e Israelense, respectivamente. Através do primeiro descritor, foram encontradas trinta e sete ocorrências, por meio das quais também eram referenciados os judeus. Fato interessante é que o adjetivo “israelita” não era empregado nos textos que depreciativos, como é o caso das tradicionais narrativas pascoais contra Judas Iscariotes, sobre quem se alimentava um ódio e a quem era atribuída a desgraça

de todos os judeus, já que o personagem teria traído Jesus. “Israelita”, portanto, estava associado a algo positivo, em situações em que alguma figura judaica, fictícia ou não, fosse exaltada por algum feito ou virtude.

O segundo descritor, “Israelense”, não apresentou ocorrências. A sua utilização se justifica pela tentativa de expandir ainda mais os adjetivos utilizados para referenciar os judeus. Entretanto, a realidade de *O Pharol* demonstrou que não era usual a utilização deste adjetivo em Juiz de Fora.

7 – Israel. Por fim, o último descritor para as buscas deste subitem foi o substantivo “Israel”. O termo tanto faz referência ao território²⁶, quanto às pessoas, já que eram chamados de “povos de Israel”. Totalizando cento e oitenta e uma ocorrências, a pesquisa não foi tão profícua, já que nem todas elas tratavam especificamente sobre a temática. Muitos nomes próprios apareceram dentro das ocorrências, e variavam desde anúncios de escravizados à venda, até a anúncios de advogados oferecendo os serviços, ambos com o nome de “Israel”.

Por sua vez, as ocorrências relativas a Israel enquanto nação/território giravam em torno do processo de debate sobre o sionismo e a criação de um Estado dentro da Palestina. Em tais ocorrências, os textos não teciam opiniões ou se aprofundavam na temática, não assumindo, portanto, uma postura favorável ou contrária.

De modo geral, foram essas as ocorrências encontradas nas páginas do jornal *O Pharol*, principal veículo de comunicação de Juiz de Fora entre as décadas de 1860 e 1930. Entre as diversas publicações sobre o mito do judeu errante²⁷ e outras histórias tendo algum personagem judeu, nos deparamos com as seguintes temáticas: peças teatrais com personagens judeus, em sua maioria estereotipados como alguém rico e avaro; efemérides bíblicas, geralmente em datas festivas do calendário cristão, destacando algum feito heroico de personagens ou acusando a figura de Judas por ter sido o protagonista na

²⁶ Para melhor compreender as diferenças conceituais entre território, nação e Estado, ver: HOBBSAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge University Press; 2nd ed., 2012.

²⁷ Diversas são as narrativas sobre esse mito. Dentre os nomes a ele atribuídos, podemos encontrar: Cartáfilo, Asvero, Ahasverus, Ashver ou outros semelhantes. Segundo as primeiras lendas que remontam à Idade Média, enquanto Jesus seguia carregando a Cruz em direção ao Gólgota (ou Calvário), o “errante” o teria negado ajuda, inclusive, forçando cruelmente que Jesus prosseguisse à Via Sacra. Em resposta, segundo a lenda, Jesus lhe disse que caminhava rumo à crucificação, mas que o “errante” caminharia, sem descanso, pela eternidade. Ao longo dos séculos essa narrativa ganhou novos contornos, existindo, inclusive, algumas que dizem se tratar de um soldado romano e não um judeu. Contudo, em meados do século XV, a narrativa foi fortemente cristianizada a fim de servir como base para as perseguições aos judeus na Europa. Algumas dessas narrativas podem ser vistas na versão portuguesa da revista *National Geographic*, disponível em: < https://www.nationalgeographic.pt/historia/o-misterio-do-judeu-errante-culpado-por-todos-os-seculos-dos-seculos_3025>. Acesso em: 20 dez. 2023.

morte de Jesus; poemas, contos, chistes e demais histórias sobre judeus credores e os seus supostos métodos para sempre obter vantagens econômicas sobre os outros.

Encontramos, também, alguns textos aparentemente humorísticos, com enredos nos quais a figura do judeu é sofre algum tipo de revés, ainda que esteja com a razão. É o que pode ser visto na publicação de 22 de maio de 1885 intitulada “O mau pagador”, onde é criado o estereótipo do judeu agiota que, fazendo a justa cobrança ao seu devedor, não obtém sucesso. Como argumento para não pagar a dívida, o devedor utiliza a passagem da crucificação de Jesus entendendo ser legítima a apropriação indébita do dinheiro alheio.

DESCULPA DE MAU PAGADOR

Um quidam²⁸ devia certa quantia a um judeu;
pedindo-lha o credor, ele lhe respondeu com a poesia seguinte:
Na segunda não te pago
Para mal não me estrear;
A terça é dia aziago,
Também não posso pagar,
Na quarta, Cristo acusaste
Foi na quinta que o prendeste
Na sexta o crucificaste;
O sábado guardas tu;
O domingo guardo eu;
Busca outro dia, judeu,
Que não seja desta conta,
Para livrar-me da afronta,
E te pagar o que é teu²⁹.

Citando outros exemplos, destacamos os seguintes: para a construção das imagens do judeu avaro ou apegado ao dinheiro, a matéria publicada no dia 27 de maio de 1910, dado um contexto específico sobre uma crítica política, disse que a pessoa “é de uma ganância que faria inveja a um judeu.”. Seguindo essa linha, no dia 01 de janeiro de 1911, foi publicado que “o sr. Francisco Salles, com um zelo de um judeu pelo cobre do povo, demitiu vinte ou trinta funcionários desidiosos...”. Na ocasião, Francisco Salles foi Ministro da Fazenda na gestão de Hermes da Fonseca, entre os anos de 1910 e 1913.

Ainda falando sobre Hermes da Fonseca, em publicação datada de 01 de agosto de 1909 e intitulada “Ei-lo, o traidor”, estampada na primeira página, são tecidos comentários depreciativos contra a figura do marechal Hermes da Fonseca que, segundo o jornal, teria traído a confiança de Afonso Pena ao se candidatar para a presidência da

²⁸ Indivíduo aleatório, sem relevância.

²⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 22 de maio de 1885, p. 2, edição 00115.

República, situação que foi consumada nas eleições daquele mesmo ano de 1909. Na construção narrativa da reportagem, Hermes da Fonseca é associado à figura de Judas, por seu ato de traição a Jesus. Chama a atenção que nas linhas seguintes é apresentado o reconhecimento do estigma social que era lançado sobre os judeus, inclusive, reverberando em toda a “nação”, como se a ação praticada por Judas, segundo os textos bíblicos, fosse um salvo-conduto para legitimar as hostilidades.

As gerações do passado o amaldiçoaram [Judas], assim como o amaldiçoam as gerações atuais e assim como, também, as gerações porvindouras o amaldiçoarão.

E o estigma que envolve o nome do traidor reflete-se de tal arte sobre a terra de seu nascimento que **o nome judeu nos inspira indissimulável repulsa.**

Nada tem que ver um povo inteiro com os atos de um representante da sua raça. Mas, **a traição de Judas foi tão grande que não escapou do julgamento sereno da história** e à maldição inexorável dos povos e, como uma eterna maldição, paira por sobre os destinos judaicos³⁰.

Nessa citação, observamos com atenção que a existe um sentimento de antisemitismo na população, refletida pela redação do jornal, ao dizer que “o nome judeu nos inspira indissimulável repulsa”. Não sendo o bastante, a matéria ainda atribuiu os ataques e as perseguições sofridas pelos judeus ao longo da história a um castigo provocado em reação à ação de Judas, por ter traído Jesus. De certo modo fatalista, o trecho demonstra o quão arraigado estava a discriminação na sociedade que, embora reconhecesse que nada tinha a ver com os seus contemporâneos, era justificada por conta de um mito religioso.

É interessante perceber que para demonizar a figura do judeu nas narrativas construídas, sobretudo aquelas em que a imagem de Jesus fosse colocada como vítima, omitia-se o fato de que o ícone cristão também tivesse origem judaica. É o que pode ser visto na publicação do dia 06 de abril de 1887, no texto intitulado “Paschoa”. O texto discorre sobre a narrativa cristã da Páscoa presente nos evangelhos bíblicos, em específico, a passagem em que o apóstolo Judas Iscariotes traiu Jesus. Ambos os personagens são judeus, porém, somente na construção da imagem atribuída a Judas é que utilizam a palavra “judeu”. Assim, é possível perceber a existência de uma tendência a associar a figura judaica ao mal, à barbárie, ao satânico; enquanto Jesus, embora também judeu, não fosse apresentado como tal, tendo a sua origem judaica omitida, inclusive.

³⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 01 de agosto de 1909, edição 00180. Grifo nosso.

Alta noite na sala mais secreta Dos
passos pontifícios, discurriam
Sobre o bárbaro alvitre e a crua empresa,
Quando um servente anunciou da escada
A presença de Judas. Resolvido
Estava o tredo e pérfido problema:
Satã lhes dera a chave. Alguns instantes
Sucederam de lúgubre silêncio,
Depois abriu-se novamente a porta,
E o sóbrio judeu entrou na sala
Com serenas feições, olhar sereno
Modos corteses e um sorrir tártareo
Viram-lhe fundo n'alma os sacerdotes.
- Sabemos que vens, - fala e não temas.
Rejeitas os preceitos e as doutrinas
Do Mestre nazareno? - Sim! ... rejeito,
Judas responde com sinistro gesto [...] ³¹

As narrativas sobre a páscoa e a sua relação com judeus não estavam restritas ao território brasileiro. Algumas publicações demonstravam o antissemitismo praticado em outros países. Nesses casos, em regra, a redação do jornal juiz-forano se colocava em posição de criticar esses atos, ainda que, como vimos anteriormente, assumisse posições de legitimação à discriminação aos judeus. Na publicação do dia 18 de julho de 1922, podemos ver a seguinte narrativa:

O jornal russo “Segodnia” anunciou que o tribunal revolucionário de Moscou julgou um pobre velho, um hebreu acusado de “assassinio ritual”. Entre certas classes do povo russo acha-se ainda bastante **difundida a superstição de que os hebreus cometeriam tais delitos para celebrarem a Páscoa**, trucidando em lugar de um leitão uma criança cristã. Acontece que o infeliz velho havia sido preso numa praça quando a atravessava sobraçando dois cadáveres de crianças embrulhados em papel. Os cadáveres conservavam os vestígios de dentadas. Sem demora, o acusado foi rodeado por grande massa de curiosos, que lhe imputou logo o crime. Não foi sem dificuldade que os policiais evitaram o seu linchamento e o conduziram até o posto. No processo o hebreu pode provar a sua profissão e, outrossim, que os cadáveres eram de criancinhas mortas de fome, abandonadas, que os porcos principiavam a devorar na rua; ele envolvera-os em papel, como é hábito entre as classes que não dispõem de meios para comprar caixões. Foi absolvido, mas **o caso vem demonstrar como a velha crença dos russos, a despeito das suas teorias futuristas, permanece inalterada**, na própria capital dos Soviets³². (grifo nosso)

Rússia, Polônia e Áustria-Hungria figuravam entre as três principais nações cujo antissemitismo era denunciado pela imprensa juiz-forana. Em nenhuma das reportagens o periódico se manifestou solidário, conivente ou em apoio a esses países, mantendo uma

³¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 06 de abril de 1887, edição 00076.

³² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 18 de julho de 1922, edição B00060, p. 2. Grifo nosso.

postura de aparente consternação mediante aos atos praticados contra os judeus. É o que pode ser conferido na publicação do dia 06 de janeiro de 1885, quando é publicado um texto em tom de denúncia sobre a situação de crueldade vivenciada por judeus russos:

Os judeus na Rússia

Sobre a condição dos judeus na Rússia, dá a Russische Revue informações tristíssimas, **parecendo impossível que no estado atual da civilização uma casta de homens sob pretexto de religião, seja submetida a leis draconianas.**

Só em raras circunstâncias podem os judeus russos morar onde lhes apraz, sendo confinados em certas províncias, e exclusivamente nas cidades.

Entretanto, uma lei de 1865 melhorou um pouco o estado daqueles infelizes, permitindo aos operários mudarem-se de seu lugar de nascimento para outro, na prática, porém, depende esta faculdade de tantas formalidades que quase se tornaria ilusória.

Deve primeiramente o judeu obter um passaporte, que se lhe nega às vezes pelo motivo mais fútil. Precisa mais de uma licença para habitar na nova cidade a que se dirige. Pode levar consigo a mulher e os filhos, mas nem um ou outro parente o deve acompanhar. Se morrer em sua nova residência, a família tem obrigação de voltar à antiga, sendo também ele obrigado ao mesmo no caso de lhe ser impossível ganhar os meios de existência.

Enfim, em quase toda a Rússia os judeus não podem comprar nem cultivar terras, sendo-lhes interditas além disto outras profissões³³. (Grifo nosso)

Semelhante situação de violência contra judeus na Rússia foi descrita em uma publicação datada de 18 de junho de 1887. A matéria apresenta uma publicação do jornal Daily News, sem data referenciada, mas sobre a páscoa russa. Segundo o periódico, em Kiev houve uma onda de violência contra judeus perpetrada por um cidadão antissemita, que assassinou quatro judeus, espancou dois e tentou assassinar um outro, em sequência e em pontos diferentes. Ao final da matéria o periódico juiz-forano se solidariza com a situação, tecendo o seguinte comentário: “alguns judeus quiseram fazer justiça por suas próprias mãos, mas a polícia impediu esse ato de justa vingança contra tão terrível inimigo.”

Essa aparente fluidez da imprensa juiz-forana, que ora tendia a manifestar um antissemitismo velado, ora se solidarizava com as agruras da vida dos judeus que viviam do outro lado do oceano faz com que seja difícil categorizar os seus responsáveis técnicos e mantenedores como pessoas eminentemente antissemitas. James William Goodwin Junior, ao analisar a imprensa e a modernidade na belle époque juiz-forana, afirmou que, naquele momento: “A imprensa produzida pelas elites cultas locais chamou a si a

³³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 06 de janeiro de 1885, edição 00004, p. 2. Grifo nosso.

responsabilidade de ser “missionária” e “guardiã” da civilização: a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar caminhos para que a cidade se modernizasse³⁴.

De fato, por diversas vezes, ao narrar algum episódio de violência contra judeus em outros países, era questionada a civilidade do país que praticasse tal ato. Quase de forma catequética, é possível perceber no texto de 04 de julho de 1882 uma mensagem cuja interpretação aparente aponta para a igualdade entre as pessoas. Em um diálogo fictício entre pai e filho, fica demonstrado que o tão temido “judeu”, na verdade, é uma pessoa como outra qualquer, podendo ser até um “de nós”. É o que pode ser visto no trecho a seguir:

Um pai mostrou a seu filho um judeu, dizendo-lhe:
 - Aquele é judeu.
 O rapaz depois de ver o judeu atentamente, olhou para o pai e disse-lhe:
 - Parece-se muito com você, papai.³⁵

A leitura e análise das reportagens n’*O Pharol* apontaram para uma realidade muito positiva para as pesquisas. Isso porque a imprensa enquanto objeto de estudo tem demonstrado ser uma referência exitosa no âmbito da pesquisa acadêmica, sobretudo no campo da História, por fornecer elementos que permitem identificar hábitos e trajetórias das sociedades, contextualizando as suas múltiplas vivências dentro daquele recorte temporal. É o que pode ser entendido com a fala abaixo:

[...] o estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para a reconstrução da história, que através do seu intermédio pode aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro dos diversos setores que compõem uma sociedade de forma dinâmica. Dessa maneira a imprensa tornou-se uma fonte rica e diversificada de conhecimentos, não apenas para construção de uma história da imprensa, mas abrindo a historiografia para outras possibilidades de estudo fugindo assim da historiografia tradicional³⁶.

Recentemente, em 2023, a pesquisadora Cristiane da Silva Portugal defendeu Dissertação de Mestrado cujo objetivo foi o de analisar a formação de uma ampla rede de sociabilidades por meio de relações de afetos e apoio político a partir do escritor Plínio

³⁴ GOODWIN JÚNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, 2007, p. 98.

³⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 04 de julho de 1882, edição 00070, p. 2.

³⁶ KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O Jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011, pp. 02-03.

Salgado (1895-1975), um dos principais expoentes do movimento integralista. A ferramenta de análise da pesquisadora foi a imprensa, espaço majoritariamente utilizado como canalizador para o fortalecimento do vínculo de pessoas que afetas a esse movimento, que vislumbrava um projeto nacionalista autoritário, focado no antissemitismo.

Cristiane Portugal demonstra que o periódico *A Offensiva* contou com a colaboração massiva de intelectuais brasileiros que aderiram ao movimento integralista, ao passo em que militavam pela difusão do antissemitismo. Para tal intento, contou com o apoio de editores, redatores e colaboradores, dentre os quais, destaca-se o jurista e historiador Gustavo Barroso (1888 – 1959). Segundo a autora:

Em seus textos, em uma linguagem explícita e agressiva, os judeus eram apresentados aos leitores a partir de estereótipos negativos, marcados por ações supostamente relacionadas ao dinheiro e ao poder e associados a manipulação, intriga, avareza, hipocrisia, arrogância, desonestidade, deslealdade, exploração, injustiça e impiedade. Gustavo Barroso demonstrava seu desprezo e ódio aos judeus a partir do emprego dos termos “raça parasita”, “racismo judaico”, “monstros”, “monstrenhos”, “vermina judaica”, “aborto nacional”.³⁷

Embora as publicações que foram apresentadas ao longo deste subitem não tenham sido escritas no mesmo contexto cronológico, é possível perceber que o tom pejorativo e/ou estereotipado direcionado aos judeus não foi muito diferente. Ao procurar pelo descritor “Gustavo Barroso”, são apresentadas doze ocorrências, as quais destacam a sua forte atuação enquanto deputado federal brasileiro. Já no ano de 1916, em publicação datada do dia 12 de setembro no jornal *O Pharol* é postado uma matéria falando sobre o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados por Barroso, impedindo a entrada no país de “aleijados da guerra e das mulheres desacompanhadas”, o que foi seguido pela opinião emitida pela imprensa juiz-forana dizendo que “está direito: nem coxos, nem coxas.”.

Desse episódio, podemos destacar dois apontamentos: o primeiro deles é que, no ápice da Primeira Guerra Mundial que estava em curso no ano de 1916 o ultranacionalismo brasileiro era gestado nos espaços de intelectualidade e diluídos pela/para a população por meio da imprensa, que acompanhava estarecida o desmoronar da Belle époque. Isso pode ser demonstrado através da propositura de medidas que

³⁷ PORTUGAL, Cristiane da Silva. Gustavo Barroso, a imprensa integralista e o antissemitismo (1933-1937). 137f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2023, p. 121.

dificultavam a vinda de imigrantes para o país, sobretudo de dois grupos específicos que naquela ocasião, na leitura de Barroso, não ofereciam vantagens para a movimentação da força de trabalho brasileira: feridos de guerra e mulheres desacompanhadas. Para além das questões de gênero que não serão aqui aprofundadas, a mulher estava condicionada à categoria de acessório masculino, sendo destituída de qualquer tipo de valor, o que impedia a sua acolhida no território nacional.

O segundo apontamento, e que já nos diz muito, é que a imprensa juiz-forana, mantida e lida pela intelectualidade local, não estava alheia ao projeto de nacionalismo que se deflagrava entre as elites políticas e culturais que conduziam o país. Não por acaso, os pesquisadores Leandro Pereira Gonçalves e Vanessa Aparecida Lobo Amancio analisam a formação e o desenvolvimento da ideologia integralista em Juiz de Fora na década de 1930, no Instituto Metodista Granbery, por meio de três palestras desenvolvidas por Barroso na cidade³⁸.

Juiz de Fora, outubro de 1933. A Princesinha de Minas entrava de forma notória para a história do integralismo nacional. Esta pode ser considerada a data marco da influência e do desenvolvimento do ideal integralista em terras juizforanas (sic). A esse momento deve-se a relação do integralismo com uma instituição de ensino, o Instituto Granbery da Igreja Metodista. Como propulsor dessa empreitada ideológica esteve à frente o professor do instituto e mediador da vinda de um dos militantes mais destacados da Ação Integralista Brasileira, Oscar Machado. Ao lado dessa iniciativa, esteve presente uma figura de grande peso na época, o então Presidente da Academia [Brasileira] de Letras, uma das principais influências ideológicas dentro do movimento integralista, Gustavo Barroso³⁹.

Contudo, o Instituto Metodista Granbery (IMG), curiosamente, foi a instituição de ensino escolhida pelos imigrantes judeus em Juiz de Fora para que seus filhos pudessem realizar os cursos de formação no ensino fundamental e médio, pois era uma alternativa “progressista” em vista das demais instituições de ensino básico privado na cidade, em sua quase totalidade orientada pela religião católica e administrada por religiosos. Um desses filhos de imigrantes foi Jacob Pinheiro Goldberg, que estudou no IMG na década de 1940 e nos concedeu entrevista que será melhor explorada nos capítulos seguintes.

³⁸ GONÇALVES, Leandro Pereira; AMANCIO, Vanessa Aparecida Lobo. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora. CES Revista, v. 24, Juiz de Fora, 2010.

³⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira; AMANCIO, Vanessa Aparecida Lobo. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora. CES Revista, v. 24, Juiz de Fora, 2010, p. 178.

Em entrevista fornecida por Jacob Pinheiro Goldberg, que lá estudou nas décadas de 1930 e 1940, ele afirma que o filossemitismo em Juiz de Fora permeabilizava as relações sociais. Tinha uma transformação de ordem cultural, política e ideológica com a presença dos missionários protestantes em torno do Instituto Granbery, principalmente com o democrata humanista, prof. Walter Moore⁴⁰. Passa a existir uma outra ótica em questão da relação da presença judaica brasileira⁴¹.

⁴⁰ Walter Harvey Moore (1886-1961). Foi um missionário estadunidense que fixou residência no Brasil, foi professor, diretor e reitor do Instituto Metodista Granbery na primeira metade do século XX. Ver: TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979, p. 320.

⁴¹ Entrevista concedida a Washington Londres por Jacob Pinheiro Goldberg no dia 14 de abril de 2021, via plataforma Google Meet.

CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS, RETALHOS E REGISTROS: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA JUDAICA EM JUIZ DE FORA

Um dos capítulos significativos da história judaica no Brasil, e que deve merecer a atenção dos pesquisadores interessados nessa área de estudos, é a formação e a atuação das sociedades que foram criadas para facilitar a absorção do imigrante judeu vindo, em particular, do Velho Continente ao nosso país. Por via de regra, as comunidades israelitas, no momento em que se organizavam ou institucionalizavam nos centros urbanos mais importantes do nosso território, entre outras instituições (sinagogas, escolas e demais) procuravam criar uma entidade que devesse ter como finalidade facilitar a vinda e a adaptação do imigrante ao novo solo onde ele deveria se radicar⁴².

Nesta sessão da dissertação são apresentadas as múltiplas vivências dos diferentes grupos judaicos que migraram, imigraram e emigraram para/do município de Juiz de Fora ao longo do período já mencionado. Os traços deixados na cultura local, em maior ou menor proporção, permitem o aprofundamento no estudo da construção de uma memória comunitária a partir das múltiplas experiências vivenciadas por grupos, sejam pequenos ou grandes, mas que se alinham na transmissão das memórias, tradições ou outros vestígios de sua existência para a posteridade, ainda que de forma involuntária.

Sobre este processo, é mister ressaltar a contribuição da professora e pesquisadora Eva Alterman Blay. Judia, a autora se valeu do uso de relatos dos imigrantes de origem judaica para fundamentar o seu trabalho, no ano de 1980, tendo em vista o enfretamento das ausências no que diz respeito às produções relativas às imigrações judaicas no Brasil. Desde aquele momento, Blay percebeu que, ao observar em conjunto as distintas vidas e formas de viver, encontrava muitas semelhanças, pois todos esses grupos compartilhavam a condição de judeus, não importando a sua origem ou o seu destino de partida. Nas palavras da autora:

Todos nós, imigrantes e filhos de imigrantes, temos uma memória que se estende além de nossas próprias vivências. E a Memória das experiências ouvidas, narradas por aqueles com quem convivemos. Nossa vida é acrescida de outras emoções, tensões, esperanças. Encontrei, nas histórias de vida que me foram contadas por judeus brasileiros e imigrantes, sínteses destas múltiplas experiências. Observei que pessoas de origens nacionais distintas trouxeram na bagagem outros costumes, valores, sofrimentos, alegrias, parentescos, antigos e visões políticas. Contudo, uma experiência era comum a todos: pobreza e perseguição⁴³.

⁴² FALBEL, Nachman. Judeus no Brasil: estudos e notas. São Paulo: Humanitas. EDUSP, 2008. p. 299.

⁴³ BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila. Org. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 26.

Entretanto, dessas diversas dinâmicas, foram deixados fragmentos na memória da sociedade local, tanto por meio de lembranças e vivências, quanto por meio de materiais e objetos que apontam os vestígios dessa presença, como é o caso dos túmulos, fotografias, livros, imóveis, documentos públicos e privados, diários e/ou outras fontes e registros para a posteridade. Neste sentido, as subseções abaixo apresentam as considerações acerca da trajetória da presença judaica em Juiz de Fora, contadas por esses vestígios.

Tais vestígios, de certo modo, configuram os lugares de memória, presentes nas mais distantes relações sociais. Esses lugares transcendem o tangível e o palpável, e se estabelecem também no simbólico. Para Pierre Nora:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre⁴⁴.

Cabe ressaltar que a memória, as lembranças e as recordações e o seu processo de transposição para um caderno de anotações, gravador de voz/vídeo ou entrevista, pode ser alvo de uma série de embaraços ou entraves, condicionados aos mais singulares meandros de seu guardião. Durante o seu expurgo, as memórias podem vir enevoadas, comprometidas ou distorcidas, mas são clareadas de acordo com que vão sendo vertidas na fala do indivíduo. É o que nos mostra Ecléa Bosi, ao afirmar que:

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar, ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito⁴⁵.

Enfim, para além das múltiplas lembranças e toda a subjetividade que as envolve, os artefatos materiais, monumentalizados e patrimonializados pelos grupos que se veem

⁴⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993., pp. 21-22.

⁴⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 3.

representados nesses bens, também descrevem trajetórias. No contexto das memórias das famílias judaicas em Juiz de Fora, trata-se daquilo que Maurice Halbwachs chama de “unidades dentro da multiplicidade”⁴⁶. Ou seja, quando a significação, a perda, as conquistas, os símbolos, emblemas, mitos e demais manifestações inerentes a esse grupo em específico, é sacralizado tão somente por seus pares, que convivem em um contexto mais amplo dentro de uma sociedade com numerosas narrativas e diferentes locais de pertencimento.

2.1 Judeus em Juiz de Fora: notas sobre suas origens

Ao chegar ao Brasil, esses imigrantes sofreram um processo de readaptação de sua anterior identidade frente às condições concretas da nova realidade social. Tudo isso implicou um recomeço desde o aprendizado da língua portuguesa até o vestuário – totalmente inadequado ao clima tropical brasileiro –, às mais complexas formas de estruturação das instituições comunitárias que deveriam ser regidas de acordo com a legislação brasileira vigente e, ao mesmo tempo, deveriam funcionar para manter os judeus resguardados do processo de assimilação e da perda do substrato judaico⁴⁷.

A imigração judaica enquanto fenômeno sociocultural vem ganhando maior amplitude na medida em que o acesso ao ambiente acadêmico se intensifica. Nota-se que, até meados da primeira década dos anos 2000, as produções acerca de imigração judaica partiam da produção genealógica empenhada por familiares, ou de materiais laudatórios sobre determinadas figuras que se destacaram em seus respectivos contextos locais. Essas produções, que em nada merecem ser desabonadas, foram reflexos da vontade de registrar as memórias, ainda latentes, de imigrantes e seus descendentes, que muitas vezes não tiveram acesso aos processos metodológicos empregados no ambiente acadêmico⁴⁸.

A partir da década passada, foi possível perceber um crescendo na produção acadêmica que se debruça no estudo dos múltiplos fenômenos da imigração judaica no Brasil a as suas singularidades em cada parte do território. Para além do habitual e conservador eixo de produção que se concentra no Rio de Janeiro e São Paulo,

⁴⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990, p. 135.

⁴⁷ LEWIN, Helena. Da Colônia à República: judeus construindo sua identidade brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019. p. 152

⁴⁸ A título de exemplo, sobre memórias de colonos judeus no Rio Grande do Sul, ver: FAERMANN, Martha Pargendler. **A promessa cumprida**: histórias vividas e ouvidas de colonos judeus no Rio Grande do Sul (Quatro Irmãos, Baronesa Clara, Barão Hirsch e Erebangó). Porto Alegre: Metrópole, 1990.

pesquisadores vem desenvolvendo uma série de trabalhos no Norte e Nordeste do país, que teve forte influência dos imigrantes sefardins oriundos do Marrocos⁴⁹.

Sobre a imigração judaica em Minas Gerais, cabe destaque para as pesquisas Ethel Mizrahy Cuperschmid e Júlia Calvo. Ambas as autoras propuseram estudar os primórdios da imigração judaica em Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX. A pesquisadora Débora Balabram, neste mesmo eixo da capital mineira, estudou os padrões da mortalidade judaica, trazendo uma abordagem inovadora sobre o tema⁵⁰. Não obstante a riqueza de informações trazidas nas três pesquisas, as mesmas se limitam ao território belo-horizontino, não estabelecendo relações com os demais municípios mineiros. Por este motivo, esta pesquisa reforça a sua importância, justamente por situar o contexto da imigração judaica em Minas Gerais fora do eixo da capital, ao passo em que estabelece relações com outros municípios mineiros.

A ocupação israelita em território brasileiro é datada já no período imperial, quando a Família Real portuguesa, fugida da invasão napoleônica, chegou ao país em 1808. A partir de então, seus portos foram abertos para as “nações amigas”, em especial, a Inglaterra, principal interessada em expandir seu comércio de produtos manufaturados ao passo em que ampliaria o acesso aos diversos produtos de matéria prima produzidos no país. A presença inglesa veio acompanhada da pluralidade religiosa e, o mais importante, a possibilidade de manifestar a religiosidade sem que os seus adeptos fossem alvos do Tribunal da Inquisição. Neste sentido, sobre a invasão napoleônica em Portugal e a fuga da Família Real para o Brasil, é compreendido que:

A Inglaterra, o aliado secular, logo tirou proveito disso, começando aqui a arribam os primeiros viajantes e imigrantes. Um tratado comercial, assinado

⁴⁹Sobre o contexto da imigração judaica na Região Norte, em específico no Pará, ver: FÁBIO, Fabiana Gomes. **Judeus em Óbidos-PA: imigração, história e ressignificação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade. Santarém: UFOPA, 2019. 128 f. Sobre a presença judaica no Nordeste brasileiro, em específico Pernambuco, ver: KAUFMAN, Tânia Neumann. **Passos Perdidos, História Recuperada: a presença judaica em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2000.

⁵⁰Sobre as obras mencionadas acerca da imigração judaica em Belo Horizonte, ver: CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. **Primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG: Marketing Aumentado, 2013. Ver também: CALVO, Júlia. **Entre fazer a América e construir a cidadania: os judeus em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2014. 265 f. Sobre os padrões de mortalidade dos grupos judaicos em Belo Horizonte durante o século XX, ver: BALABRAM, Débora; GOBBI, Helenice. **Padrão de Mortalidade da comunidade judaica de Belo Horizonte no século XX**. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 52, p. 409-412, 2006.

em 1810, assegurava pelo seu artigo 12, aos súditos britânicos a liberdade de religião, livrando-os de uma eventual perseguição por parte da Inquisição⁵¹.

O fluxo imigratório no país teve uma intensificação durante os séculos XIX e XX, em um contexto de transição da mão de obra escravizada para a mão de obra assalariada que, paralelamente, contribuía também para o processo de embranquecimento da população que foi posto em prática naquele momento. Assim, segundo Boris Fausto⁵², o movimento imigratório brasileiro teve sua expressão consolidada em três momentos distintos, os quais corresponderam os anos de 1818 a 1960 perdurando, portanto, por mais de um século o fluxo de pessoas que chegavam ao Brasil.

Entretanto, ao longo desse período de incorporação da força de trabalho imigrante no Brasil, foi possível perceber que em muitas vezes existiam conflitos por parte de políticas nacionalistas vigentes no país. Tal postura se mostrou um tanto quanto contraditória, uma vez que ao longo de mais de um século, agentes brasileiros aliciaram imigrantes de diversas etnias para que se instalassem no país, na expectativa de promover não somente a assimilação cultural brasileira, como também a regeneração da raça por meio do embranquecimento. Assim, aqueles imigrantes que não se enquadravam nestes requisitos, eram tidos como indesejáveis e inaptos ao convívio no território nacional. Foi o que ocorreu, por exemplo, ao longo da ditadura varguista, num contexto em que:

Os judeus assim como os japoneses, alemães, italianos, entre outros grupos de imigrantes, seriam classificados como os mais inclinados à formação de quistos étnicos, avessos à cultura do país que os retém, por estarem sempre ligados aos hábitos e símbolos de sua nação originária, dispostos a contribuir com ela econômica e politicamente. Tais grupos não seriam “bem-vindos”, pois, poderiam causar problemas à empreitada do Estado Novo de Vargas⁵³.

Ao longo do século XIX, o cientificismo se adentrou de forma pujante nos discursos da intelectualidade, que passou não somente a tratar de assuntos relacionados aos avanços nos campos da medicina, microbiologia, engenharia, urbanismo e demais assuntos afetos à higiene pública, como também passou a versar sobre aspectos sociais, principalmente no que dizia respeito às “raças”, pretensiosamente divididos entre “boa”

⁵¹ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Judeus no Brasil imperial**. Uma pesquisa nos documentos e no noticiário carioca da época. Centro de Estudos Judaico, Universidade de São Paulo. 1975. p. XXIV.

⁵² FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 14-15.

⁵³ MILAGRES, Lucas Henrique Dias. **Impactos do nazismo em Juiz de Fora**. Legislação repressiva contra imigrantes alemães durante o Estado Novo. Juiz de Fora: Editar Editora Associada LTDA, 2019. p. 59.

e “ruim”. Como paradigma, o homem branco europeu ocidental ou estadunidense figurava como aquele ideal de boa raça, enquanto todos os demais do leste europeu, do continente asiático e do continente africano, seriam inferiores. Foi neste contexto que o antisemitismo foi permitido e incentivado por diversas autoridades europeias naquele contexto, existindo, inclusive, os partidos ultranacionalistas que se empenhavam por fazer campanha a favor da emancipação social dos semitas⁵⁴.

Acerca das pesquisas com a temática da imigração judaica no Brasil, os trabalhos publicados por Egon e Frieda Wolff são basilares. O casal de alemães, que imigraram para o Brasil fugidos da Gestapo, em 1935, dedicou sua vida na produção de uma profícua coleção biográfica acerca dos judeus imigrantes que se instalaram no território brasileiro, desde os primórdios do Império, até a segunda metade do já consolidado regime republicano. Em sua obra intitulada “Os judeus no Brasil imperial”, o casal lançou mão de uma profusão de fontes relativas ao comércio, atividades exportadoras e processos de naturalização de judeus no país. Sobre a vinda desses grupos semitas para Minas Gerais, em específico Juiz de Fora, os Wolff destacaram que:

Poucos residentes de origem judaica foram localizados em Minas Gerais, exceto em Juiz de Fora.

[...]

Minas Gerais era um vasto campo para o negociante ambulante vindo da Corte. Um sem número de despachos da Polícia, autorizando viagens para o interior, para Minas Gerais, foram concedidos. E não é estranho que um outro tenha ficado ou voltado para lá, abrindo a sua loja, ou dedicando-se às exportações de café. Belo Horizonte ainda não existia e Juiz de Fora, nada pequena, era uma cidade próspera com bastante fazendas ao redor; ela atraía o imigrante, entre outros, o francês judeu, o qual se punha aí a mercadejar, ainda de mascateação⁵⁵.

A partir das fontes até então levantadas, foi possível perceber que a presença judaica em Juiz de Fora foi primeiramente registrada em 1861, por meio do periódico “Diário do Rio de Janeiro”, datado de 24 de outubro daquele ano. Trata-se da publicação de uma nota redigida por Feliciano Coelho Duarte em desfavor do “mascate de joias” francês, Alexandre Levy, que teria passado uma ordem de pagamento a um terceiro de forma indevida, acarretando prejuízos ao autor da publicação⁵⁶. A família Levy, ao que

⁵⁴ FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 17.

⁵⁵ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Judeus no Brasil imperial**. Uma pesquisa nos documentos e no noticiário carioca da época. Centro de Estudos Judaico, Universidade de São Paulo. 1975. pp. 498- 499.

⁵⁶ Idem. pp. 499-500.

as fontes acessadas até então indicam, foi a primeira família de judeus que se instalaram em Juiz de Fora, cabendo o destaque para o comércio de joias e a exportação de café.

É importante ressaltar que no ano de 1915, por meio da icônica obra “Álbum do Município de Juiz de Fora”, de autoria de Albino Esteves, foi elaborado um robusto material em comemoração ao aniversário de 65 anos de Juiz de Fora e da gestão do então Presidente da Câmara⁵⁷, Oscar Vidal Barbosa Lage. Ao fazer menção dos distritos, fazendas e demais localidades do entorno, foram relatados elementos que levam a crer que havia a presença judaica nos arredores de Juiz de Fora logo no curso do século XIX, especificamente na localidade denominada “São José do Rio Preto”, hoje conhecido como “São José das Três Ilhas”. Ao trabalhar a genealogia dos fazendeiros proprietários das terras que deram origem àquela localidade, Esteves, baseado em elementos da oralidade, descreveu que:

As famílias das Flores (tronco Domingos Antônio) da Várzea, José Francisco de Moura e das Três-Ilhas não cruzavam com forasteiros, casando-se os primos com suas primas, segundo o costume das tribos de Israel, do qual seguiam certos preceitos. Todos em S. José de Rio Preto em meado do século passado, tratavam-se por primos.

- “É a velha Sião, dizia abundantes vezes o saudoso Francisco Bernardino aos estrangeiros, que bondosamente hospedava, referindo-se a S. José’. [...]

A lavagem dos cadáveres antes do enterramento era preceito religioso, ao contrário do que se dava em toda Província do Rio⁵⁸.

A fala acima permite perceber que a comunidade mantinha hábitos comuns aos grupos israelitas imigrantes, como os enlaces endógenos e os rituais de tratamento dos mortos. As pesquisas realizadas no cemitério da referida localidade, bem como nos arquivos eclesiásticos de Mariana e Juiz de Fora, não permitiram avançar em uma pesquisa mais sólida e consistente sobre os judeus naquela localidade, muito embora seja de extrema relevância mencionar tais relatos neste trabalho, não só pela proximidade com Juiz de Fora, mas também para mostrar que, provavelmente, foi a realidade de vários lugares que, infelizmente, não conseguiram preservar tais memórias, que foram se diluindo com o tempo e com a incorporação da cultura cristã, que era hegemônica.

O município de Juiz de Fora foi alcunhado como “Princesa de Minas” por sua forte relação com a Corte imperial instalada no Rio de Janeiro, e, posteriormente, como “Manchester Mineira”, dado o seu forte caráter industrial e comercial que se

⁵⁷ Chefe do poder executivo, equivale ao atual cargo de Prefeito.

⁵⁸ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p.403.

assemelhavam às atividades prementes da cidade inglesa de mesmo nome, se destaca por sua diversidade étnica e cultural. Elevado à categoria de Vila, no mês de maio de 1850, através da Lei Estadual nº 472, Juiz de Fora não tardou a se inserir no projeto modernizador engendrado pela aristocracia imperial a partir das transformações urbanas que ocorriam nas grandes capitais europeias, como Paris, Londres e Berlim⁵⁹.

Por ter sido fundada já durante o declínio aurífero nas minas, a produção cafeeira foi eminentemente a principal fonte de renda das elites detentoras de terras⁶⁰. Tendo por força motriz a mão de obra de negros escravizados, a economia juiz-forana permitiu o grande acúmulo de capitais, o que permitiu a projeção do município para entre as principais cidades mineiras tendo, inclusive, sido cotada para sediar a nova capital estadual, que deixou de ser Ouro Preto e se tornou Belo Horizonte.

Parte significativa do capital proveniente da produção cafeeira sustentou uma série de projetos de organização estrutural da malha urbana de Juiz de Fora, que prezava tanto pelo embelezamento, quanto por sua salubridade. Deste modo, ao longo de meio século de existência enquanto municipalidade, grandes empreendimentos foram realizados em prol de melhoramentos da condição de vida dos cidadãos: a construção da Câmara Municipal (1853); a Casa de Caridade (1854); o Cemitério Municipal (1864); o Banco do Crédito Real (1889); o Colégio Metodista Granbery (1889); a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889); a Organização do Serviço de Higiene Municipal (1892); o Colégio Academia de Comércio (1894); a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900).

Por meio dessas instituições ora mencionadas, é possível entender que houve uma movimentação da população no sentido de pensar em mecanismos de capacitação ao trabalho, o que pode ser visto através dos colégios que eram destinados à formação de intelectuais e trabalhadores técnicos, muitos dos quais formados nos chamados “Grupos Escolares”.

A salubridade, muito em voga na segunda metade do século XIX, se intensificou com o advento da bacteriologia no último quartel dessa centúria, caindo por terra as contendas geradas pelas divergências científicas pautadas no embate entre a teoria

⁵⁹ GOODWIN Jr, James William. **A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888.** LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997. p.121-124.

⁶⁰ PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930).** 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

miasmática e a teoria do contágio⁶¹; assim, a Casa de Caridade, que posteriormente viria a se tornar a Santa Casa de Misericórdia, buscou socorrer os desvalidos e os necessitados, que por muito tempo tiveram tão somente este estabelecimento para o amparo da pobreza e das doenças⁶². Por outro lado, a Sociedade de Medicina e Cirurgia (SMCJF) reuniu a intelectualidade médica que agia no sentido de intervir no espaço público e privado através de seus postulados, cada vez mais presentes nos debates da Câmara Municipal, que era revertido em legislações sanitárias, tendo como fruto a criação da Diretoria Municipal de Higiene e a Liga Mineira contra a Tuberculose, apesar de terem naturezas distintas (pública e privada, respectivamente), agiam em conjunto em prol de melhorias na qualidade de vida da população⁶³.

O cemitério municipal, por fim, além de representar um espaço fúnebre, era também um local de disputas sociais, materializadas por conflitos de diversas naturezas: local onde eminentes famílias ostentavam os seus faustosos túmulos e mausoléus trabalhados em mármore e bronze, enquanto anônimos eram colocados em sepulturas rasas que, por muitas vezes, eram descobertas durante as chuvas da cidade, expondo corpos em putrefação que ficavam à mercê de cães, urubus e transeuntes que passavam pelas proximidades⁶⁴; espaço onde a medicina e seus representantes triunfavam sobre os

⁶¹ A teoria miasmática, amplamente difundida e aceita até o século XIX, entendia que as doenças e demais contaminações surgiam por meio do contato com os miasmas, emanções pútridas liberadas por organismos em decomposição e/ou insalubres. Por sua vez, a teoria do contágio, que dividia espaço entre os “miasmáticos”, entendia que as doenças eram transmitidas através do toque, por venenos que se instalavam no corpo doente. Para mais aprofundamento no tema, ver: CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. Trad. Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶² Duas pesquisas recentes abordam a relação da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e a sua população. Ambas trabalham momentos distintos da historiografia local, mas que em muito contribui para oferecer um panorama das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da cidade. Para entender a instituição ao longo do Império, ver: OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016. Para ver o processo de desenvolvimento e os enlances sociais durante a Primeira República, ver: FONSECA, Maciel Antonio Silveira. **Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897 - 1927)**. 2018; 113f. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2018.

⁶³ Para saber mais acerca das dinâmicas estabelecidas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, bem como os projetos implementados pelos seus membros, ver: LANA, Vanessa. **Uma associação científica no interior das Gerais: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006. Sobre a instalação da Liga Mineira contra a Tuberculose, os seus desdobramentos e a sua relação com o desenvolvimento de Juiz de Fora, ver: FONSECA, Maciel Antonio Silveira. **Filantropia e Saúde: a Liga Mineira Contra a Tuberculose: 1900 - 1948**. In: ANPUH Brasília 2017 - XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

⁶⁴ Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Fundo: República. Sepultamentos Cemitério Municipal. 08 de janeiro de 1889.

preceitos religiosos e supersticiosos acerca das doenças e suas respectivas formas de contágio, culminando na secularização do cemitério⁶⁵; local de disputas religiosas, sobretudo pela hegemonia da religião dominante (o catolicismo), que travava embate com outras religiões que gradativamente tomavam espaço na cosmopolita Juiz de Fora⁶⁶. Isso porque:

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora tinha uma estrutura econômica dinâmica e autônoma, pois já tinha se constituído como polo aglutinador e centralizador das atividades na Zona da Mata mineira. Nesse momento de transição para o capitalismo, a cidade representava um centro comercial que se formou, sobretudo, a partir do mercado interno. Já no período após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização já havia formado um parque industrial com importância suficiente para gerar sua própria demanda e ampliar sua capacidade. Mais uma vez, Juiz de Fora estava apta a modificar e diversificar sua estrutura, fazendo com que a cidade consolidasse, cada vez mais, o status de polo urbano⁶⁷.

É neste cenário de efervescência social, com a dinamização da mão de obra escravizada que, gradativamente, foi dando espaço a grupos de diversas etnias e nações europeias fugidas da fome e das crises sociais em seus países, que Juiz de Fora foi dotado de um emaranhado de raízes culturais provenientes de diversos cantos do globo. Ademais, o município deixou de ser predominantemente agrícola para diversificar a sua produção, incorporada ao aparato industrial que vinha sendo disseminado no Brasil oitocentista.

A historiografia local juiz-forana já foi contemplada com o estudo acerca de alguns tipos de imigrações já consolidadas no imaginário local: italianos, alemães, portugueses, sírios, libaneses, espanhóis, franceses e muitos outros que buscaram a promissora “Manchester Mineira” para fugir das agruras que sofriam em seus territórios⁶⁸. Entretanto, um importante grupo étnico que se fez presente na consolidação

⁶⁵ Para mais informações acerca da dinâmica do Cemitério Municipal de Juiz de Fora e todas as relações estabelecidas entre os seus agentes administrativos, ver: COSTA, Fernanda M. Matos. **A morte e o morrer em Juiz de Fora** – Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) Deptº de História – UFJF, 2007.

⁶⁶ Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Fundo: República. Sepultamentos Cemitério Municipal. 08 de janeiro de 1889.

⁶⁷ GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Direitos Sociais em Perspectiva: Segurança, Sociabilidade e Identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872 – 1930)**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. pp. 60-61.

⁶⁸ Atualmente, a produção acadêmica sobre a imigração em Juiz de Fora atende a grupos de diversas nacionalidades. Para entender algumas imigrações em Juiz de Fora, abarcando diversas nacionalidades, ver: BORGES, Célia Maia (org.). **Solidariedades e Conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000. Para a imigração italiana em específico, ver: FERENZINI, Valéria Leão. **A “Questão São Roque”: devoção e conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora, 2010. Para um entendimento acerca da imigração da comunidade árabe e de sírios e libaneses, ver:

do território mineiro é, por muitas vezes, invisibilizado pela historiografia: os grupos semitas, compostos, sobretudo, por judeus franceses e de alguns países do leste europeu.

Por meio da atuação dos grupos judaicos que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, e, especificamente, em Juiz de Fora, é possível perceber que tiveram uma expressiva participação no desenvolvimento do comércio local, sobretudo com a implementação da venda das joias e demais artigos de luxo oriundos da efervescente Paris que vivenciava a faustosa *belle-époque*. É justamente a partir dessas trocas de experiências que o município, na ocasião timidamente se inserindo nos moldes do capitalismo europeu, abraçou novas dinâmicas de sociabilidades, tendo como protagonista os grupos étnicos de origem judaica.

Os primeiros indícios da presença judaica em Juiz de Fora foram registrados pelos memorialistas Egon e Frieda Wolf, na obra *“Os Judeus no Brasil Imperial”*. Na obra foi dedicado um capítulo inteiro sobre Minas Gerais, cabendo destaque às atividades de judeus franceses no comércio e nas indústrias de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, dentre as quais foram salientadas as seguintes firmas: Alexandre Levy & C. (1861), Jacob Abraham & Filho (1864), Holden & Bennaton (1871) e Samuel Irmãos & C. em (1871), conforme já ambientamos nos tópicos anteriores.

Inicialmente pautadas nas atividades exportadoras, essas firmas se destacavam pela diversidade dos produtos ofertados à população, os quais variavam desde pedras preciosas a grãos de café. Contudo, o mais destacado deste período foi o francês Salomão Levy, joalheiro influente na região e dono de um significativo patrimônio que durante anos, abasteceu a cidade com insumos da relojoaria, joalheria e utensílios de alfaiataria. Igualmente, sua esposa Zoreth Levy, foi amplamente mencionada nos jornais da época, desempenhando múltiplos papéis no magistério local, lecionando desde aritmética, caligrafia, desenho até língua portuguesa.

Este primeiro contingente de judeus em Juiz de Fora teve origem nas regiões francesas da Alsácia e Lorena e acessaram o Brasil a partir de interpostos comerciais estimulados pelo império brasileiro, vindos principalmente como partes de uma mão de obra não braçal, mas como comerciantes autônomos. Dentro da historiografia judaica, estes grupos são frequentemente mencionados como judeus que buscaram sua emancipação contra um ritmo de vida judaica mais conservadora, deixaram suas vilas e

seus pequenos shtetls⁶⁹, para aventurarem nas grandes cidades. As famílias oriundas dessa região povoaram diversas localidades do Brasil. Para além de Juiz de Fora, alguns deles se dirigiram para o Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém e outras cidades da região amazônica. Tal afirmação pode ser observada na fala da professora Eva Blay, ao afirmar que:

Ainda no século XIX a região [amazônica] recebeu judeus provenientes da Alsácia e da Lorena, regiões da França. Duas explicações existem para o processo migratório alsaciano. A primeira afirma que quando a França foi derrotada pela Alemanha em 1870 muitos judeus alsacianos, rejeitando tornarem-se alemães, “subiram” para Paris, foram para o sul do país e alguns vieram para o Brasil. Vidal-Nacquet discorda, afirmando que os judeus alsacianos eram discriminados pela maioria católica e protestante e, por esta razão, foram para outras partes da França ou emigraram visando tornarem-se “iguais”. As duas explicações não são mutuamente excludentes. De Ingwiller, Alsácia, vieram os Levy⁷⁰.

Os judeus da Alsácia e Lorena eram distintos dos demais grupos judaicos de seus países vizinhos e mesmo com as restrições comuns que historicamente lhes foram impostas, como a não aquisição de grandes porções de terras, o não ofício de algumas profissões, o acesso restrito a educação formal e até mesmo a restrição da prática livre da religião judaica, participaram da criação, em 1860 na cidade de Paris, da *Alliance Israélite Universelle*, ou Aliança Israelita Universal⁷¹. Uma das principais atribuições era a de capacitar jovens judeus para o crescente mercado de trabalho, ensinando-lhes ofícios que variavam desde a alfaiataria até o manuseio de produtos químicos, além de uma ampla atuação política que buscava a defesa dos direitos humanos, já que por longos períodos, muitos países da Europa impregnavam-se de movimentos antijudaicos que estabeleciam severas políticas restritivas e que minувava qualquer possibilidade de crescimento econômico da população judaica.

⁶⁹ Segundo o dicionário judaico de lendas e tradições, shtetl significa “cidadezinha” ou “aldeia”. “O shtetl foi o principal centro demográfico dos ashkenazim no séc. XIX, e sua língua franca era o ídiche, que os judeus chamavam de mame loschen, a ‘língua mãe’. [...] O shtetl dispunha de alguns esquemas de assistência social para dar apoio aos que estivessem em situação particularmente difícil. Esperava-se que todos contribuíssem para a caridade”. Ver: UNTERMAN, Alan. Dicionário judaico de lendas e tradições. Tradução: Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1992, pp. 246-247.

⁷⁰ BLAY, Eva Alterman. O Brasil como destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 96.

⁷¹ Associação criada em 1860, em Paris, com o objetivo de prestar apoio aos imigrantes. Segundo Ethel Mizrahy Cupersmid, a Aliança Israelita Universal é uma “organização que tinha (sic) como objetivo a defesa dos direitos dos judeus onde quer que se vissem (sic) ameaçados e a difusão da educação e dos ideais ocidentais entre as comunidades judias menos emancipadas”. Ver: CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. **Judeus entre dois mundos**: Primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961). Belo Horizonte, MG: Marketing Aumentado, 2013, não paginado.

A Aliança Israelita Universal, foi responsável por formar homens e mulheres e os deixarem aptos para desempenharem trabalhos autônomos em seus países de origem ou para seus futuros destinos. A instituição expandiu suas ideias entre toda a população judaica fixada em países francófonos, tanto que mais da metade da população judaica de países como Marrocos, Tunísia e partes da Líbia e do Egito, formaram futuramente o grupo de imigrantes judeus que acessaram o Brasil logo que o imperador Don Pedro II abriu as portas do país para estimular as relações comerciais com a França e territórios sob sua administração. Para a Rachel Mizrahi, a Alliance Israélite Universelle foi responsável por desenvolver um movimento de solidariedade universal. Isso porque:

Os dirigentes da Alliance atuando em várias regiões propuseram-se pela educação salvar as massas judias, vítimas da fraqueza física e moral provocada pela opressão, miséria e ignorância no Oriente Médio. Embora a finalidade essencial da Alliance fosse elevar e emancipar as populações judaicas, a instituição, quando aceitou crianças de todos os credos, foi pioneira em prefigurar as transformações socioeconômicas dois países onde se situou. Elementos da elite muçulmana chegaram a frequentar suas escolas⁷².

A pesquisa de mais de 450 pedidos de nacionalização organizadas pelos Wolff, deram substância para a criação do livro “Processo de Naturalização de Israelitas” que entre os anos de 1831 e aproximadamente até 1899, deferiram e reconheceram os pedidos de naturalização de mais de 400 homens e de algumas poucas mulheres, onde mais da metade eram descritos como súditos do Marrocos, originados de cidades como Tanger, Mogador, Tetuam e Casablanca e que posteriormente se fixariam em cidades como Rio de Janeiro, Santos e no interior do estado do Para como Breves, Itacoatiara, Obidos e posteriormente em Belém e Manaus⁷³.

Então, conforme foi anteriormente apontado, a presença judaica em Juiz de Fora teve sua marca no terceiro quartel do século XIX, mesmo período em que a região se desmembrou do município de Barbacena e foi elevado à categoria de Vila autônoma. Deste modo, é completamente possível dizer que a cultura judaica não somente vislumbrou a gênese do município, como também participou de forma ativa nesse processo de consolidação enquanto cidade.

⁷² MIZRAHI, Rachel. Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 49.

⁷³ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Dicionário Biográfico IV**. Processos de Naturalização de Israelitas – Século XIX. Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1987.

2.2 Klienteltshik, joalherias e outros negócios: a assimilação de judeus em Juiz de Fora e o estudo de caso da família Levy

Quase todos os judeus franceses vieram da Alsácia. A maioria veio por causa da guerra de 1870 que anexou as Alsácia à Alemanha. Tem os Kahn, os Born, os Metzger, os Cahen, os Weil, os Loeb... tem muita gente que de memória não saberia dizer. Os franceses foram logo aceitos aqui, tanto que eles progrediram rapidamente – alguns tiveram uma posição econômica muito boa. Muitos se assimilaram, mas muitos simplesmente não ficaram religiosos, como o meu pai por exemplo – também não ficou religioso. Mas sempre se consideram judeus, sempre se mantiveram e fizeram questão de educar os filhos como judeus⁷⁴.

O excerto acima narrado pelo filho de imigrantes judeus de origem francesa, Roger Levy, em 1996, descreve uma realidade comum a esses indivíduos: ambos vinham da região da Alsácia, até então território francês, e muitos deles, ao chegar no Brasil, assimilaram a cultura local. Isso permite dizer, por exemplo, que embora se considerassem judeus e se empenhassem em manter vivas as suas tradições, aspectos marcantes de sua religiosidade foram se esvaindo. Tal como foi o caso de Roger Levy, cujos pais se instalaram em São Paulo na década de 1910, ocorreu algumas décadas antes em Juiz de Fora, por volta de 1870, com outra família Levy, também oriunda da Alsácia.

As fontes então levantadas, indicam que os judeus pioneiros a se instalarem em Juiz de Fora foram os membros da família Levy, oriundos da região da Alsácia, na França. Suas atividades comerciais giravam no entorno da comercialização de pedras preciosas, especificamente nos trabalhos de joalheiros e ourives. Cumpre destacar, novamente, que Juiz de Fora surgiu em 1850 e, portanto, não gozou diretamente das benesses trazidas pela exploração do ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, cujo declínio é datado por volta do ano de 1800, dando início à produção cafeeira, que foi o principal elemento de riqueza da região⁷⁵.

O icônico memorialista juiz-forano, Paulino de Oliveira, em sua obra “História de Juiz de Fora”, chama a atenção para as informações registradas por Inácio Gama, em 1914, acerca da presença judaica nos primórdios de fundação da cidade. Tal assunto é trazido à tona ao mencionar que:

⁷⁴ FREDENSON, Marília. (org.). **Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Pp.51-52.

⁷⁵ PIRES, Anderson José. **Cafê, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)**. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 34.

“Em 1884, agosto, quando acompanhei meu pai Ernesto Velasco Nogueira da Gama, que vinha para aqui exercer o cargo de escrivão de órfãos [...] A estalagem do Ferreira era ponto de jantares e ‘lansquinet’, mais frequentada por gente da cidade; a do Chico Luiz, de preferência procurada por viajantes, principalmente pela pequena colônia de mascates franceses-judeus, segunda imigração que tivemos, pois aqui, como em todo o Brasil, entre os estrangeiros predominavam os portugueses”.⁷⁶

A empresa da família Levy levava o nome de “Alexandre Levy & C.”, e se pautava, inicialmente, nas atividades exportadoras de grãos de café para a Europa. No mesmo sentido, trabalhavam com o comércio das pedras preciosas, ofício este que foi legado a Samuel Levy, que expandiu as atividades familiares para o comércio de secos e molhados, na empresa cujo nome foi registrada como “Samuel, Irmãos & C.”.

É possível dizer que o núcleo familiar de Samuel Levy foi o mais proeminente e emblemático da família, fator que motivou a sua escolha para fundamentar esta pesquisa. Soma a isso o fato de ter abundantes informações nos jornais sobre a família, ao menos durante um recorte temporal que corresponde às décadas que marcaram a transição do século XIX para o século XX (décadas de 1870 a 1910). Abaixo, Egon e Frieda Wolff apontam sobre uma doação realizada por Samuel Levy, em Juiz de Fora, para o contexto da guerra franco-prussiana, que durou alguns meses entre julho de 1870 e maio de 1871.

Um Samuel Levy doou 10\$000 em Juiz de Fora para as vítimas da guerra francesa [franco-prussiana], sem que haja outra informação que confirme a sua residência nessa cidade. Pode ser que estivesse de passagem deixando o seu óbolo por ocasião da coleta. Como mencionado em outro lugar, houve donativos de Samuel Levy em Petrópolis e Itu, onde era agente arrecadador, fazendo menção as folhas cariocas de vários outros deste nome⁷⁷.

Por meio de buscas no jornal “*O Pharol*”, foi possível identificar outros membros da família, a exemplo de Nephtaly Levy⁷⁸, Simão Levy, Salomão Levy⁷⁹ e Zorete Levy⁸⁰. Todos eles, já atuantes em Juiz de Fora na década de 1870, reforça a ideia que já estavam instalados na cidade quando Samuel Levy realizou a doação mencionada no excerto acima. Zorette Levy, por exemplo, já no ano de 1878 foi anunciada nas páginas d’*O*

⁷⁶ OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953. p. 21.

⁷⁷ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Judeus no Brasil imperial**. Uma pesquisa nos documentos e no noticiário carioca da época. Centro de Estudos Judaico, Universidade de São Paulo. 1975. p. 501.

⁷⁸ Também grafado como Nephtaly, Nephtali, Naphtali, Naphtalin Levy.

⁷⁹ Também grafado como Salomon, Solomon Levy.

⁸⁰ Também grafada como Zorette, Zorrete, Zorete, Zoreti Levy.

Pharol como professora de diversas disciplinas no Colégio Nossa Senhora da Conceição, nas turmas de instrução primária⁸¹.

O próprio uso da memória coletiva permitiu construir uma noção arraçoada da chegada dos Levy em Juiz de Fora. Isso porquê no dia 28 de novembro de 1905, foi lançada a nota de falecimento de Salomão Levy, importante comerciante de joias da cidade, informando a sua morte no dia anterior, 27 de novembro. Dentre as descrições da nota, foi mencionada a data aproximada em que chegou à cidade, como pode ser visto abaixo:

Faleceu ontem, às 7 horas da noite, nesta cidade, **onde residia há mais de 30 anos** com importante relojoaria e bijuteria, o sr. Salomão Levy. O finado tinha 57 anos de idade, era natural de Alsácia Lorena e casado com a exma. Sra. D. Zoretti Levy, de cujo consórcio deixa cinco filhos. Contava grande número de amizades em nosso meio social, a que a notícia do seu falecimento, certo, causará consternação (grifo nosso)⁸².

Ou seja, se, em 1905, Salomão Levy residia há mais de 30 anos na cidade, por meio de um cálculo matemático de menor complexidade é possível inferir, portanto, que antes do ano de 1875 já estava instalado em Juiz de Fora. Portanto, ao observar a relação entre os espaços e os sujeitos, o possível perfazer a identidade local, ou parte dela, levando em consideração a complexa rede de tramas e emaranhados que compõem as dinâmicas sociais. Para o caso de Salomão Levy, mesmo que involuntariamente, tendo sido o primeiro a ocupar o túmulo comprado para a família, iniciou um processo de monumentalização da identidade de uma cultura étnica e representativa, em um espaço, até então, dominado por outros valores que sobrepujam os diferentes. Nas palavras de Françoise Choay: “Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança.”⁸³

Para fins de registro e para o melhor entendimento acerca da trama familiar dos Levy em Juiz de Fora, foi realizado um estudo sobre os seus membros na cidade. O objetivo foi o de entender as redes de sociabilidades entre os pares (imigrantes israelitas) e entre os demais grupos sociais. As buscas foram realizadas em dois periódicos – Jornal

⁸¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 08 de dezembro de 1878.

⁸² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 28 de novembro de 1905.

⁸³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006. p.18.

“O Pharol” e “Jornal do Commercio” -, bem como em cartórios cíveis, a fim de consultar as certidões de óbitos. Por fim, bibliografias que poderiam fornecer tais subsídios.

Os critérios de escolha, tanto dos periódicos quanto das demais fontes, foram baseados em dois principais fatores: o tempo, tendo em vista o prazo para concluir a dissertação de Mestrado, e os limites impostos pela Pandemia provocada pela COVID-19, que teve início em março de 2020. Isso fez com que o acesso à diversas fontes fosse reduzido, embora não tenha impedido o desenvolvimento da pesquisa, certamente reduziu um pouco as possibilidades de expandir.

Abaixo, portanto, consta a tabela (tabela 3) com os nomes mais recorrentes da família. São eles:

TABELA 3 – Descendência da família Levy em Juiz de Fora

Patriarca/Matriarca	Descendente	Descendente	Cônjuge	Filho/filha
“Madame Jacob Abraham” ⁸⁴ e Jacob Abraham ⁸⁵	Alexandre Levy (Casou com Estephania/Stephanie Levy) e Nephtaly/Nephetale Abraham ⁸⁶	Nephtaly Levy (Neto) (07/10/1869 – 05/07/1935)	D. Maria Eugênia de Rezende (21/04/1875 – 15/07/1951)	Hugo de Rezende Levy ⁸⁷ (26/04/?? – 12/01/1956)
				Julieta Levy (28/08/?? - 1973)
				Odette Levy (04/09)
				Edmundo Rezende Levy (25/11/? - 1978)
				Iris Maria Rezende Levy (28/12/?? - 1942) - Mulher
				Iris Levy (26/12) - Homem
				Violeta de Rezende Zimmerman Levy (03/02/1902)
				Alice de Rezende Levy (1906)

⁸⁴ Em reportagem do dia 06 de junho de 1891, o jornal O Pharol lança uma nota de falecimento, em Paris, da “madame Jacob Abraham”, avó da esposa de Salomão Levy. Portanto, avó de Zorette Levy.

⁸⁵ Em nota do dia 17 de julho de 1902, no jornal O Pharol, assinala que o sr. Jacob Abraham faleceu em Paris, naquela data, aos 82 anos de idade, tendo residido por vários anos em Juiz de Fora onde trabalhou como comerciante.

⁸⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 24 de fevereiro de 1878.

⁸⁷ Hugo se tornou médico. Foi enviado, em 1918, em missão ao Senegal, onde se constatou a pandemia da Gripe Espanhola.

		Julieta Levy (08/11) (Neta)		Sem informações
		Augusto Levy (12/08) (Neto)		Sem informações
		Bertha Levy (16/02) (Neto)		Sem informações
		Affonso Levy (12/03) (Neto)		Sem informações
		Gastão Levy (23/05) (Neto)		Sem informações
		José Levy		Residia em Fribourg, França, mas nasceu no Brasil.
		Zorette Levy (28/10) (Neta)	Salomão Levy	Fany Levy (20/03)
				Ana Levy/Annita Levy (23/03)
				Martha Levy (20/04)
				Simão Levy (30/04)
				Alexandre Levy (13/05)
				Anselmo Levy (03/05)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da plataforma “Family Search” e dos jornais “*O Pharol*” e “*Jornal do Commercio*”.

Algumas considerações precisam ser feitas acerca da tabela acima mencionada. As fontes mencionaram outros nomes da família Levy na cidade, muitos dos quais bem próximos daqueles ora mencionados. Entretanto, não descreve o nível de parentesco.

Existe também uma possível inconstância em relação ao número de filhos do casal Zorette e Salomão Levy. Ainda, alguns membros da família foram identificados através da sua data de aniversário, que figurava na coluna social dos jornais. Por meio dessas informações, foram aventados seis nomes de filhos entre o casal. Contudo, na notícia da morte de Salomão, publicada em 28 de novembro de 1905, foi dito que o mesmo deixou cinco filhos. A hipótese mais provável para tal informação é que um dos filhos pode ter morrido neste ínterim, muito embora não tenha sido noticiado nos obituários dos jornais.

Em outros casos foram encontradas bastante informações, embora sem permitir estabelecer um vínculo de parentesco. É o caso, por exemplo, de Alexandre Levy, que foi um importante comerciante de joias na cidade. Já no ano de 1878 seu nome figura dentre os doadores para as obras na Igreja Matriz de Juiz de Fora, bem como os nomes de outras

figuras de prestígio da cidade. Teve participação ativa na vida econômica e cultural da cidade, sendo em 1884 membro de uma das comissões nomeadas para a realização do festejo carnavalesco, ocasião em que representou a zona referente à Rua da Imperatriz ⁸⁸. É importante ressaltar que, através da plataforma digital “Family Search”, foi possível encontrar os nomes de Alexandre Levy e Stephanie Levy como pais de Zorette, Nephtaly e os demais irmãos. Entretanto, não constam informações mais robustas, como datas de nascimento e/ou óbito, o que dificulta a confirmação da veracidade da informação. O recorte abaixo, aponta para um evento de liquidação de fim de ano em sua empresa, no dia 04 de dezembro de 1884:

FIGURA 6 – Recorte do Jornal “O Pharol” - Liquidação de fim de ano

— Quinta-feira 4 de Dezembro de 1884 —

JOIAS

GRANDE LIQUIDAÇÃO DE FIM DE ANNO

DE

Joias, brilhantes, correntes, relogios de prata, ouro, etc., etc.

ALEXANDRE LEVY

resolveu vender, para liquidação de fim de anno, um grande sortimento que possui de joias e relogios de todas as qualidades, por preços muito reduzidos.

Exemplo :

Brincos fantasia, 1,500 pares, a	1\$500
Brincos fantasias, compridos, a	4\$000
Relogios de prata, cylindro, de dar corda pelo pé, a	12\$000
Relogios de prata, ancora, de dar corda pelo pé, a	15\$000
Correntes de plaqué fino, a	5\$000
Correntes de prata, a	3\$000

Rua da Imperatriz

JUIZ DE FORA

(1264—3)

Fonte: Jornal *O Pharol*. 04 de dezembro de 1884. Hemeroteca Digital.

No dia 28 de abril de 1888, às vésperas da abolição da escravidão no Brasil que viria a acontecer 15 dias depois, Alexandre Levy deu carta de liberdade ao seu escravizado de nome Gil. Pouco tempo depois, no mês de junho, é anunciado um leilão com todos os seus móveis, assinalando que havia se mudado de Juiz de Fora. A data certa

⁸⁸ Atual rua Marechal Deodoro da Fonseca, já mencionada como ponto de comércio dos imigrantes judeus e sírio-libaneses.

de sua morte não foi divulgada. Entretanto, em reportagem do dia 19 de agosto de 1905, sua viúva faz um requerimento à Câmara, solicitando a dispensa da cobrança de um imposto. Por se tratar o texto de “a viúva de Alexandre Levy”, fica claro que nessa data ele já havia falecido.

Outros nomes, com passagens mais efêmeras pelos veículos de comunicação, foram os seguintes: José Levy, que no dia 30 de setembro de 1882 foi aprovado no Atheneu Mineiro; Augusto e Luiz Levy foram aprovados, no dia 20 de dezembro de 1883, no recém-construído Instituto H. Machado; Estephania Levy foi mencionada no dia 08 de julho de 1884, doando um cartucho de finas amêndoas como prenda para um leilão em favor do “Club Luzo-Brazileiro” e, no ano seguinte, doou um “rico par de brincos” para leilão em favor da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora; em 29 de dezembro de 1886, é mencionado o nome de Carlos Levy, que fazia aniversário no mesmo dia que Alexandre Levy; Simão Levy, muitas vezes mencionado, inclusive possuía sociedade com Nephtali Levy, com o nome de “Simão & N Levy”. Sobre Simão, é mencionado o nome de sua mãe, que no dia 06 de maio de 1900 havia falecido na cidade de Metz, na França, antiga capital de Lorena. Seu nome era d. Paulina Levy; Francisco Levy foi admitido no Colégio Granbery, no dia 28 de março de 1911.

Acerca de outros nomes, mesmo constando na tabela 3, acima mencionada, não ficou definidas as suas atuações na cidade. É importante destacar que muitos deles participavam ativamente da vida social da cidade, tanto na condição de comerciantes de joias e pedras preciosas, quanto trabalhando como agentes filantrópicos, doando generosas quantias para instituições de caridade, como a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Mendigos⁸⁹. É o que pode ser visto na tabela abaixo:

TABELA 4 – Instituições para as quais a família Levy prestava auxílio – Séc. XIX

Nome da Instituição	Membro da Família	Ano de Doação	Donativos
Igreja Matriz	Alexandre Levy	12/09/1878	50\$000
Subscrição/Caridade	Alexandre Levy	24/11/1878	45\$000
Igreja Matriz	Alexandre Levy	17/03/1881	10\$000

⁸⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. São muitos os anos em que Samuel Levy figurou no jornal praticando filantropia por meio de subvenções a instituições de acolhimento e de assistência a pobres e desvalidos, principalmente entre as décadas de 1870 e 1880. Ver reportagem de 08 de julho de 1884, quando é ofertada a doação de um anel de ouro para ser leiloado em prol de causas beneficentes.

“Club União Luzo-brazileiro”	Estephania Levy Salomon Levy Nephtali Levy	08/07/1884	Cartucho – Amêndoas Anel de ouro Frasco de azeitonas
Sociedade Beneficente de Juiz de Fora - SBJF	Zorette Levy	12/08/1885	Par de brincos com pedras finas
SBJF	Estephania Levy	19/08/1885	Par de brincos
Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora - SCMJF	Salomão Levy	11/03/1890	20\$000
“Asylo de Mendigos”	Salomão Levy	10/10/1890	20\$000
SBJF	Nephtali Levy	07/06/1891	Broche de Ouro
Asylo de Mendigos	Zorette Levy	13/06/1891	Duas pulseiras de prata
Asylo de Mendigos	Fany Levy	14/12/1892	Duas xícaras douradas
Congregação do Santíssimo Redentor	Simão e Nephtali Levy	05/05/1895	50\$000
Capela Nossa Senhora do Rosário	Simão e Nephtali Levy	16/06/1895	50\$000

Fonte: Levantamento do autor a partir do jornal “*O Pharol*”.

A tabela acima (4) aponta tão somente para os donativos que foram publicados no jornal “*O Pharol*” ao longo do século XIX. Isso não significa, por exemplo, que a participação da família Levy nas causas filantrópicas se limitou às informações constantes na tabela. Em outras fontes documentais, como é o caso do “Jornal do Commercio”, foi possível encontrar menções sobre esses donativos, que foram recorrentes. Outro ponto importante para destacar é que essa participação ativa na comunidade continuou também no século XX, em suas décadas iniciais, como é o caso do donativo feito por Salomão Levy à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, no dia 05 de dezembro de 1901, na vultosa importância de 100\$000⁹⁰.

Desse modo, foi na filantropia que a família Levy se viu em uma ampla rede de sociabilidades no final do século XIX, encontrando solo fértil na crescente Juiz de Fora,

⁹⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 05 de dezembro de 1901.

o que permitiu dividir espaço no comércio local e também nos eventos de grandes projeções que eram destinados aos membros das elites econômicas e sociais. Tal fator também permitiu que fossem estabelecidas dinâmicas com outros comerciantes de origem judaica na cidade, muitos dos quais, estavam envolvidos em atividades categorizadas como capitalistas ou em quaisquer outras voltadas ao comércio e às negociações de bens de consumo, como a produção do café em fazendas nas proximidades da cidade. É o caso, por exemplo, da família Moretzsohn, que pode ser confirmado no ocorrido do dia 19 de setembro de 1902, quando foi noticiado o cortejo fúnebre da matriarca da família, D. Maria Moretzsohn e, dentre os amigos íntimos que acompanharam o cortejo, constava o nome de Salomão Levy⁹¹.

Ainda, Salomão Levy incentivava a venda de porta em porta de seus produtos, que eram compostos por joias e materiais trabalhado em ouro, com ou sem pedras preciosas e que atendiam às diversas condições financeiras dos clientes⁹². O pagamento poderia ser feito em prestações previamente acertadas, ou em à vista, o que difundiu a prática prestamista na cidade. Sobre tal fenômeno, muito comum e recorrente na comunidade judaica, Fania Fridman assinala que:

A venda de porta em porta, *klienteltshik* em ídiche, era um ofício que empregava cerca de 30% dos judeus que chegavam ao Brasil sem ocupação definida. O prestamista atuava nos subúrbios vendendo tecidos, produtos de armarinho, artigos de cama, mesa e banho, roupas prontas, incluindo ternos, além de móveis e joias⁹³.

Embora nesta seção da dissertação, a priori, tenha sido utilizado como exemplo a família Levy enquanto agentes do comércio local, foram encontrados diversos outros registros que apontam para uma série de famílias israelitas que trabalhavam nos diversos setores da economia local e regional, com ênfase nas atividades comerciais. Assim, por meio dessas trajetórias comuns que aproximam as diversas narrativas individuais dos imigrantes, a autora Eva Alterman Blay entende não ser possível que tais histórias ouvidas sejam resumidas em uma única história haja vista o fato de descrever uma trajetória “internamente diferenciada, mas compondo um conjunto com limites definidos⁹⁴”.

⁹¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 19 de setembro de 1902.

⁹² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. Dia 07 de maio de 1895, 2º página.

⁹³ FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p.45.

⁹⁴ BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila. Org. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 26-27.

Pensado nisso, foi elaborada a tabela abaixo (5), assinalando a presença de diversos comerciantes de origem judaica em Juiz de Fora durante o século XIX.

TABELA 05 - Registros de comerciantes judeus em Juiz de Fora no século XIX

NOME	DATA DE REGISTRO EM FONTES	OCUPAÇÃO
David Moretzsohn	1871	Banqueiro
Luiz (Ludwig) Moretzsohn	1871	Negociante
Ezequiel Moretzsohn	1871	Negociante
Augusto Moretzsohn	1883	Comerciante
Meyer Moretzsohn	X	X
Felix Samuel	X	X
Cerf Levy	1861	Comerciante
Samuel Levy	1870	Comerciante
Alexandre Levy	1861	Capitalista
Leon Hirsch	1871	X
Simon Caim	1871	X
S. Leopoldo Wolff	1871	X
David Haas	1871	X
Mayer Weill	1871	X
Jacob (Jacques) Abraham	1857	Exportador
Nephtali Abraham	1857	Exportador
Joseph Nathan	X	X
Mechel Pasternak	X	X
Joseph Bloch	1877	X

Fonte: Levantamento do autor, baseado nas obras do casal Wolff e do jornal “*O Pharol*”.

É importante apresentar, também, algumas das empresas identificadas no mesmo período, sendo elas:

TABELA 6 - Empresas e comércios de judeus em Juiz de Fora

NOME DA EMPRESA	DATA	ATIVIDADE PRINCIPAL
Samuel Irmãos & C.	1871	Secos e Molhados/Joias
Holden & Bennaton	1869	Exportadora/Estrada
Alexandre Levy & C.	1861	Exportadores/Ourivesaria
Olive da Cruz & C.	1883	Grãos de Café
Jacob Abraham & Filho	1864	Joalheria/ Exportação de Café/ Importação de produtos franceses
Casa Felix	1925	Conveniência

Fonte: Levantamento do autor, baseado nas obras do casal Wolff e do jornal “*O Pharol*” e entrevistas com pessoas que viviam na década de 1940 e seus descendentes.

A tabela 6 nos mostra que o perfil do comerciante judeu em Juiz de Fora sofreu algumas alterações. Se, inicialmente, os produtos lançados no mercado estavam relacionados às pedras preciosas e os grãos de café, conforme foi uma constante no século XIX, por sua vez o século XX foi marcado pela ascensão das lojas de conveniência, muitas das quais trabalhavam com artigos de luxo importados que eram destinados às famílias economicamente abastadas da cidade. Os itens podiam variar desde binóculos a papéis e tintas, que compartilhavam os requintes das modas parisienses⁹⁵.

Eva Blay chama a atenção para quando se fala em imigrantes de origem judaica no Brasil. Segundo a autora, existe a presença de um qualificativo que antecede a condição de “imigrante”, imbricado de forma difusa no imaginário do país de origem. É o caso, por exemplo, da família Levy. De origem francesa, não necessariamente eram mencionados como “imigrantes franceses”, mas eram apontados como “israelitas franceses” ou “franceses de origem israelita” conforme amplamente divulgado nas reportagens do jornal “*O Pharol*”⁹⁶.

Sobre o processo de assimilação das famílias judaicas em Juiz de Fora, é curioso perceber que, ao menos no século XIX, não houve qualquer rede institucionalizada para a assistência aos seus pares. Ao contrário, conforme já foi exposto anteriormente, foi comum perceber a participação das famílias judaicas na prestação de auxílio e ajuda mútua em causas sociais, muitas das quais relacionadas à Igreja Católica. É o caso dos

⁹⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. “O Pharol”. 17 de março de 1881.

⁹⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 04 de dezembro de 1912.

donativos realizados em favor de obras e ampliação da Igreja Matriz de Juiz de Fora, ou da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em ambos contando com significativas quantias oriundas das famílias judaicas residentes na cidade. Para Blay:

Historicamente os judeus construíram, ao longo do tempo e em diferentes países, instituições para garantir a sobrevivência física, cultural e religiosa. Esta rede de instituições constituiu a base da comunidade judaica nos países de origem. Os imigrantes e as gerações posteriores tanto puderam mantê-las, ampliá-las ou reduzi-las⁹⁷.

No caso de Juiz de Fora, embora as fontes acessadas permitam dizer que, em um primeiro momento, não houvesse uma rede de instituições voltada à assistência e auxílio dos imigrantes de origem judaica na cidade, foi possível descobrir que existia uma ajuda entre os pares, de forma pessoal, não institucionalizada. É a situação que pode ser vista na reportagem intitulada “Simão & Levy e o sr. A. Gabirobertz”, do dia 07 de maio de 1895. Trata-se de uma contenda entre Simão e Nephtali Levy que emprestaram mais de dois contos de réis em joias para que o “colega de longa data”, sr. Alfredo Gabirobertz, trabalhasse como vendedor ambulante. Entretanto, Alfredo havia deixado a companhia “Simão & Levy” por muito tempo sem prestar contas, motivo pelo qual os empresários publicaram uma nota no jornal “O Paiz”, no dia 20 de abril de 1895, indagando sobre a procedência do comerciante. O mesmo, respondeu ao jornal “*O Pharol*”, dizendo que a atitude dos empresários foi leviana, ao expor uma possível conduta tomada pelo vendedor. No fim, os Levy saíram no prejuízo por conta da má fé com que A. Gabirobertz aparentemente agiu. Tal situação mostra como era constituído o comércio de “porta em porta”, no final do século XIX, em serviço por comissão⁹⁸.

As relações de solidariedade entre os imigrantes, em alguns casos, transcendiam os limites religiosos ou geográficos. É o que pode ser observado na entrevista concedida para a elaboração deste material, o intelectual quase nonagenário, Jacob Pinheiro Goldberg, que nasceu em Juiz de Fora na década de 1930. Filho de pais imigrantes oriundos da Polônia, Jacob menciona um caso em específico envolvendo o patriarca da família Arbex⁹⁹. Quando Luís Goldberg, seu pai, chegou em Juiz de Fora, ouviu falar de um sírio/libanês instalado à rua Marechal Deodoro da Fonseca¹⁰⁰, que tinha uma loja de

⁹⁷ BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila. Org. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 28.

⁹⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal *O Pharol*. 07 de maio de 1895.

⁹⁹ Provavelmente se trata de Abdo Selim Arbex.

¹⁰⁰ Também chamada vulgarmente de “turcolândia”, é o ponto central de Juiz de Fora onde se concentrou os imigrantes de origem sírio-libanesa na cidade. Em sua grande maioria, trabalhavam com a venda de

tecidos, para quem foi pedir mercadorias para revender. Prontamente, o proprietário da loja se colocou à disposição para oferecer o amparo necessário ao sr. Goldberg. Segundo a narrativa de Jacob, havia uma boa relação entre as duas comunidades.

Inclusive, por meio dos materiais encontrados, foi possível entender o processo de diluição dessas primeiras famílias judaicas em Juiz de Fora. Talvez pela falta das estruturas institucionalizadas, como as sinagogas e cemitérios voltados exclusivamente aos grupos judaicos, ou pela falta de um grupo mais robusto de membros nessa comunidade, fato é que muitas famílias passaram por um processo de hibridização cultural, por meio dos casamentos entre indivíduos cristãos. No bojo da família Levy, tida aqui como paradigma, foi possível destacar alguns casamentos interreligiosos com membros proeminentes da sociedade.

É o caso do enlace entre Fanny Levy e Miguel Colucci, filho de Affonso Colucci, abastado comerciante de joias na cidade e imigrante italiano. O casamento entre Miguel e Fanny foi um evento de grande pompa na cidade, tendo por padrinhos dos noivos Pedro Polycarpo de Almeida, Madame Maria Suyeux e Braz Brando, ambas figuras de grande projeção social em âmbito regional. Fanny, filha de Zorette e Salomão Levy, ambos comerciantes de joias, consolidou um relacionamento entre duas famílias que participavam ativamente da vida cultural na cidade. Affonso Colucci, por exemplo, foi um dos fundadores da importante Societa Italiana Umberto Primo, que congregava os inúmeros imigrantes italianos da cidade¹⁰¹. O casamento foi ricamente noticiado nos jornais, como é o caso do dia 09 de maio de 1908, no jornal *O Pharol*. Abaixo, anúncio sobre a relojoaria e ourivesaria da família Colucci.

tecidos e aviamentos. O termo, embora sem conotação pejorativa, faz alusão a este grupo de imigrante, sem se preocupar de fato com as suas origens. Para melhor entender as origens da comunidade árabe de Juiz de Fora, ver: CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno da. **Primos em Minas**: processos de construção identitária na comunidade árabe de Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

¹⁰¹ TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979. p. 20.

FIGURA 7 – Publicidade da relojoaria Colucci.



Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal “O Pharol”. 13 de março de 1910.

Outro importante enlace foi o realizado entre Nephtali Levy e Maria Eugênia de Rezende, quando a mesma completou 18 anos de idade. Maria Eugênia foi uma abastada herdeira da cidade. Filha de Augusto Eugênio de Rezende e Amélia Augusta de Rezende, foi neta de José Ribeiro de Rezende, o Barão de Juiz de Fora (1808-1888). Em seu tronco genealógico, acumula parentesco com parte significativa dos “Barões do Café”, como é o caso do Barão do Retiro, Conde de Prados e o Barão de Rio Novo. No próprio “O Pharol” do dia 27 de novembro de 1900, foi lançada reportagem falando sobre um seleto grupo de participantes que estiveram presentes nas festividades íntimas da Baronesa de Rio Novo, dentre os quais se encontravam Nephtaly e Maria Eugênia.

O casal participou ativamente da vida social da cidade. Doaram uma grande extensão de terra no Morro da Gratidão, para a Irmandade de São Roque¹⁰² a fim de que fosse construída a capela para o santo orago, o que foi feito no ano de 1903. Nephtaly Levy, além de sócio da ourivesaria¹⁰³, trabalhou como comissário de café, representante comercial da “Companhia Geral de Seguros Marítimos e Terrestres”¹⁰⁴, superintendente

¹⁰² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 01 de maio de 1907.

¹⁰³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 14 de setembro de 1895.

¹⁰⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 22 de dezembro de 1904.

geral da Sociedade de Pecúlios por Mutualidade “A Redemptora”¹⁰⁵ e fiscal da Câmara Municipal de Juiz de Fora¹⁰⁶. Desse enlace, cabe destaque ao filho Hugo de Rezende Levy, que reforçou a sociabilidade da família por meio do esporte, quando se tornou atleta na Associação Atlética, criada em fevereiro de 1911¹⁰⁷. Hugo se doutorou pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro e, logo quando se formou, foi enviado à França para oferecer suporte médico ao exército, em 1918, que combatia na Primeira Guerra Mundial. O ano, inclusive, foi marcado pela eclosão da pandemia de influenza, também chamada de “Gripe Espanhola”, que dizimou milhões de vidas ao redor do planeta. Sobre a Missão de Hugo Levy:

A missão médica brasileira

Tenente Hugo Levy

Esteve ontem na cidade, em visita de despedida à sua digna família e numerosos amigos, o nosso distinto conterrâneo tenente dr. Hugo Levy, nomeado para fazer parte da missão médica brasileira que segue para a guerra. O jovem e estimado médico seguiu pelo noturno de hoje para o Rio, pois a missão deve embarcar sábado para Marselha, no vapor “*La Plata*”.

Ontem à noite, em casa da excelentíssima família Levy, houve uma reunião íntima de amigos do talentoso moço, que dele se foram despedir.

Desejamos ao dr. Hugo Levy todas as felicidades na honrosa missão de que quis fazer parte, procurando contribuir, corajosamente, para a eficiência da nossa colaboração na grande guerra¹⁰⁸.”

Por fim, reforçando as redes de sociabilidades estabelecidas pela família, é de suma importância apresentar o casamento de Annita Levy com o escritor João Pereira Barreto. Filha de Salomão e Zorette Levy, Annita¹⁰⁹ foi uma jovem que frequentou os círculos abastados da cidade, por estar inserida em uma família dotada de importantes vínculos sociais e um significativo capital econômico. Jovem, protagonizou uma infeliz tragédia que foi amplamente noticiada em nível nacional, ao ser assassinada com um tiro no olho, estando grávida, pelo próprio marido.

João Pereira Barreto nasceu na cidade de Estância, no Sergipe, no dia 13 de janeiro de 1874¹¹⁰ e morreu na capital, Aracaju, no dia 07 de agosto de 1926¹¹¹. Foi autor da obra “Selvas e céus”. Foi cunhado do político e intelectual Sílvio Romero, com quem mantinha forte relação no Rio de Janeiro. Em visita a Juiz de Fora, Barreto procurou o escritor

¹⁰⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 07 de novembro de 1912.

¹⁰⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 14 de setembro de 1906.

¹⁰⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 15 de fevereiro de 1911.

¹⁰⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 08 de agosto de 1918.

¹⁰⁹ Também referida como “Anete”, “Anna” e “Nanete” nas reportagens.

¹¹⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 04 de dezembro de 1912.

¹¹¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Correio da Manhã (RJ), 10 de agosto de 1926.

Belmiro Braga, a fim de transmitir cumprimentos de Romero, com quem Belmiro também tinha boas relações. Por sua vez, Belmiro Braga tinha laços de proximidade com a família Levy, ocasião em que Barreto pediu para que lhe apresentasse a jovem Annita Levy. Em pouco tempo, Barreto e Levy estavam noivos, sendo o casamento realizado no dia 22 de junho de 1912, com a cerimônia civil efetuada na residência da noiva¹¹².

Em seguida, se mudaram para Niterói, em função do serviço que Barreto prestava na Câmara dos Deputados na então capital, o Rio de Janeiro, como redator dos debates. Desde o princípio do casamento, o escritor se mostrava agressivo e ciumento, o que resultava nos constantes espancamentos da esposa¹¹³. Desde o casamento até o assassinato, passaram somente cinco meses. Inclusive, quando Annita Levy foi assassinada, estava grávida de quatro meses. Barreto foi submetido a três tribunais do júri, sendo que no primeiro foi condenado como réu e, após recorrer, tiveram dois outros julgamentos, que o inocentaram, pois “O jury reconheceu que Barreto commettera o crime em estado de embriaguez e em completa privação de sentidos”¹¹⁴.

¹¹² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 25 de junho de 1912.

¹¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 07 de dezembro de 1912.

¹¹⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal O Pharol. 16 de março de 1916.

FIGURA 8 – Reportagem sobre o assassinato de Annita Levy



Fonte: Jornal "A Noite". 03 de dezembro de 1912. Disponível na Hemeroteca Digital.

Esta seção da dissertação, portanto, se ocupou em descrever, apresentar e analisar a presença judaica em Juiz de Fora, desde os seus primórdios. Tendo como primeiro registro a presença de Jacob Abraham que ganhou notoriedade por ser um importante exportador de grãos na cidade, logo na década de 1860. De sua descendência, nasceu Alexandre Levy, que deu continuidade ao trabalho do pai, se expandindo para a importação de joias. Construiu, assim, uma rede de sociabilidades que permitiu a assimilação da família com a elite local.

A escolha da família Levy se deu, principalmente, pela abundância das fontes. Existiam, como mencionado, outras famílias de origem judaica na cidade, contudo, pouquíssimas foram as fontes e registros deixados para a posteridade. Bem como foi apresentado também, em função da gradual assimilação com a cultura local e a "diluição" social ocasionada pelos casamentos "mistos" – com pessoas não-judias - fez com que uma parte da tradição se perdesse da memória e da oralidade do povo.

As dinâmicas sociais estabelecidas por meio de grupos associativos foram uma importante alternativa para a manutenção dessa memória e identidade, ainda hoje presentes nos poucos remanescentes das famílias que chegaram em Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX. É o que será debatido na próxima seção da dissertação, ao ser trabalhada a mudança de perfil do imigrante, motivada por questões sociais diversas às que foram trabalhadas até aqui.

CAPÍTULO 3 – MÚLTIPLAS FORMAÇÕES EM DIFERENTES ESPAÇOS: AS COMUNIDADES JUDAICAS DE BELO HORIZONTE/MG, NILÓPOLIS/RJ E CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

As comunidades judaicas interioranas – formadas geralmente por imigrantes da Europa oriental – tiveram seu apogeu nos três decênios seguintes à Primeira Guerra Mundial.

Depois de constituir famílias, os filhos crescendo, desejando estudar, foram procurar as universidades nas grandes cidades. As filhas casaram-se e foram para as metrópoles, e os pais seguiram para ficar perto delas e dos netos¹¹⁵.

O texto introdutório deste subitem chama a atenção para um processo vivenciado pelas cidades interioranas escolhidas como locais de instalação dos imigrantes judeus: a evasão das gerações seguintes. Tal processo foi o responsável pela decadência de diversas comunidades, não se restringindo somente às cidades dos interiores, embora fossem elas as mais afetadas por esse fenômeno.

Muito embora o objeto central desta dissertação seja a experiência judaica em Juiz de Fora, entendemos ser necessário trazer para o debate a realidade de três municípios com traços semelhante: Belo Horizonte/MG, Nilópolis/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ. São municípios política e geograficamente distintos, mas que apresentaram traços semelhantes, guardadas as devidas proporções, ao que aconteceu em Juiz de Fora. Com isso, pretende-se entender em que medida determinados fenômenos foram restritos ao âmbito local ou se tomou maiores proporções, atingindo marcas regionais.

Para a elaboração deste subitem, foram utilizadas três importantes obras como paradigmas: sobre a presença judaica em Belo Horizonte, foi utilizado o livro da autora Ethel Mizrahy Cuperschmid intitulado “Judeus entre dois mundos: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922 – 1961)”¹¹⁶. A obra, que é um desdobramento da dissertação de mestrado da autora, traz à luz a temática da imigração judaica na então recém-criada capital mineira¹¹⁷, a partir da década de 1920. O trabalho contou com um robusto material de entrevistas coletado entre as décadas de 1980 e 1990,

¹¹⁵ WOLFF. CAMPOS, 1986, p. 17.

¹¹⁶ CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. Judeus entre dois mundos: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922 – 1961). 1ª edição. Belo Horizonte: Marketing Aumentado, 2013

¹¹⁷ Belo Horizonte foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897, sob a justificativa de estar em local mais salubre e organizada do que a anterior capital estadual, Ouro Preto. O dispositivo legal regulatória da transferência de capital foi a Lei Nº 3, de 17 de dezembro de 1893, que transferiu a sede do Governo Estadual para Belo Horizonte, além de criar a Comissão Construtora formada por técnicos responsáveis pelas obras. Para melhor entender o processo, é possível consultar o sítio virtual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), disponível na rede mundial de computadores através do link a seguir: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1832/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

em sua maioria, entre os migrantes e filhos de migrantes que vivenciaram o apogeu – e a queda – das comunidades judaicas que se instalaram na promissora cidade.

Todo o arcabouço de entrevistas coletadas está, segundo a autora, no Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM) localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. O seu interesse e o seu acesso ao material teria sido fruto de um estágio realizado pela autora entre os anos de 1994 e 1995 na instituição.

Sobre Nilópolis/RJ, a obra de referência utilizada foi o livro memorialístico de autoria de Esther London, publicado em 1999 e intitulado “Vivência judaica em Nilópolis”¹¹⁸. Na segunda metade do século XIX a região ainda era composta por uma única fazenda produtora de café, mas após parte significativa dos escravizados ter sido dizimada em uma epidemia do cólera, e somado ao perfil industrial assumido no final do período monárquico brasileiro, a fazenda entrou em vertiginoso declínio.

A partir de 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, os proprietários da região contrataram engenheiros para lotear os terrenos e vender a prestações módicas, tornado o lugar ainda mais atrativo, tendo em vista a sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, então capital brasileira. Em 1921 o povoado deixou de se chamar São Mateus (nome da antiga fazenda) para homenagear o presidente Nilo Peçanha: assim, surgiu o nome Nilópolis¹¹⁹. Somente em 1947 se emancipou do município de Nova Iguaçu, por meio da Lei estadual nº 67, art. 7º do Ato das Disposições Transitórias que trata da efetiva emancipação de Nilópolis¹²⁰.

Sobre o município de Campos dos Goytacazes/RJ a obra de referência utilizada foi “Campos – ascensão e declínio de uma coletividade”, produzida pelo casal de memorialistas Egon e Frieda Wolff¹²¹. Sua fundação remonta aos primórdios da invasão portuguesa no atual território brasileiro. Após diversas investidas malsucedidas contra os povos originários que viviam na região, os Goytacazes, em 1677 grupos de exploradores portugueses conseguiram se estabelecer no local, fundado a chamada “Vila São Salvador dos Campos”¹²².

¹¹⁸ LONDON, Esther. Vivência judaica em Nilópolis. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

¹¹⁹ Ibidem, pp. 26-27.

¹²⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS. História da cidade. Resumo histórico. 1901-2008. Disponível em: <<https://nilopolis.rj.gov.br/municipio/historia-da-cidade/resumo-historico-1901-2008/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

¹²¹ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos – ascensão e declínio de uma coletividade. Rio de Janeiro: Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1986.

¹²² Idem, ibidem, pp. 5-6.

Em função da sua prosperidade econômica oriunda da massiva produção de açúcar, foi elevada à categoria de cidade no ano de 1835, por meio da Lei Estadual nº 06, de 28 de março daquele mesmo ano¹²³. Pouco depois, em 1837, foi instalada a linha férrea, o que tornou o município um grande polo econômico e industrial, contando com um grande contingente de engenhos de cana-de-açúcar e uma forte elite latifundiária, responsável pela implantação de um projeto de modernização na localidade.

Ao longo desses breves parágrafos introdutórios que contextualizaram as três cidades, conseguimos perceber um perfil de similaridade entre elas: regiões dotadas de prosperidade econômica, próximas a grandes centros urbanos e suscetíveis às modernizações no contexto da *belle époque*¹²⁴. Enquanto essas cidades brasileiras ofereciam a prosperidade, as famílias judias europeias e asiáticas ainda sofriam por sanções draconianas que impossibilitava o amplo acesso a direitos políticos, econômicos e culturais. Era uma combinação ideal para tornar o espaço mais atrativo aos olhos daqueles que buscavam por melhores oportunidades de subsistência.

A pesquisadora Rachel Mizrahi, ao analisar e “reconstruir” o passado das comunidades judaicas do Oriente Médio no Rio de Janeiro e São Paulo contextualiza uma Europa devastada por conflito sociais e devastadora em relação às políticas antissemitas. Sobre essa relação e a escolha do Brasil como destino, a autora afirma que:

Apesar da emancipação ocorrida nos países europeus do século XIX, os [judeus] asquenazis passaram por difíceis momentos e, questionados em seus direitos políticos, sociais e religiosos, emigraram. As famílias judias que chegaram ao Brasil em fins do século XIX e começo do XX, procedentes de vários países europeus, guardavam, de forma comum, além da religião e tradições, a discriminação, desterrós e deportações de seus países de origem.

¹²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campos dos Goytacazes. Histórico. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>>. Acesso em 10 out. 2023.

¹²⁴ A chamada Belle époque foi o período compreendido entre os anos de 1871 e 1914. Respectivamente, o recorte marca a ocasião em que a guerra franco-prussiana chegou ao fim e o início da Primeira Guerra Mundial. Nesse ínterim, o mundo ocidental vivenciou um grande otimismo, materializado por meio das transformações tecnológicas provenientes da indústria em ascensão, além do processo de modernização das cidades. Tecnologias como telégrafos, telefone, iluminação a gás e/ou energia elétrica, navio à vapor, estrada de ferro, refinamento do petróleo e muitas outras inovações criaram a falsa ideia de que a humanidade se tornaria próspera e sem conflitos. Tal otimismo caiu por terra quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial e as nações beligerantes incorporaram essas novas tecnologias para promover a destruição em massa. É importante ressaltar que as mais significativas transformações da humanidade ocorreram nesse momento, como foi o caso medicina, microbiologia e sanitário, o que aumentou a qualidade e expectativa de vida da população. Essa perspectiva é abordada na recém-defendida tese de doutorado no PPGH-UFJF por Maciel Fonseca. Para melhor entender esse movimento, ver: FONSECA, Maciel Antonio Silveira. Urbanização, saúde pública e sanitário: a luta contra a tuberculose em Juiz de Fora (1882 – 1941). 349 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2023.

No mesmo período, o esfacelamento do Império Otomano provocou a saída de [judeus] sefardis e judeus-orientais do Oriente Médio para a América¹²⁵.

Isso demonstra que, antes mesmo do perfil de imigração impulsionado pelas duas Grandes Guerras, grandes levas de imigrantes deixaram os seus países fugindo de perseguições, fome, guerra e outras motivações discriminatórias. Ao analisar o fluxo da imigração judaica contemporânea para São Paulo, a professora Eva Alterman Blay apresenta dados significativos e minuciosos que demonstram a procedência desses imigrantes, em grande parte, oriundos da Europa Oriental¹²⁶.

É importante destacar que não somente do Oriente Médio e da Europa Oriental tiveram fluxos de imigrantes. Na obra do casal Wolff intitulada “Judeus nos primórdios do Brasil República”, os autores também mencionam os judeus alsacianos, muitos dos quais fugidos após a anexação dos territórios franceses pela Alemanha após vencer a guerra franco-prussiana, em 1871¹²⁷.

Apesar disso, antes mesmo da referida guerra, em Juiz de Fora, o casal identificou a presença do comerciante Alexandre Levy, em 1861 que, como veremos no capítulo seguinte, foi o precursor de uma das famílias judaicas melhor noticiada na cidade. Rachel Mizrahi, também confirma a chegada dos judeus alsacianos para o Brasil nas últimas três décadas do século XIX, os quais foram trabalhar no comércio de joias e artigos finos¹²⁸. Como de fato, foi o que ocorreu em Juiz de Fora, tendo a família Levy trabalhado no ramo da joalheria e relojoaria.

Justamente em meio a esses cenários de efervescência política, econômica e social o município de Campos dos Goytacazes se modernizou, implantando usinas, indústrias e a linhas férrea; Minas Gerais deixou de lado a obsoleta e colonial cidade de Ouro Preto e elegeu Curral del Rey, que posteriormente viria a se chamar Belo Horizonte, como sua nova capital, esbanjando ares da modernidade republicana que se queria implantar na sociedade; e Nilópolis, geograficamente próxima à então capital federal, transformou uma decadente região cafeeira em um atraente centro residencial que poderia ser pago a preços

¹²⁵ MIZRAHI, Rachel. Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 58.

¹²⁶ BLAY, Eva Alterman. O Brasil como destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, pp. 33-41.

¹²⁷ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Judeus nos primórdios do Brasil República visto especialmente pela documentação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Israelita H. N. Bialik. Centro de Documentação, 1977, pp. 189-190.

¹²⁸ MIZRAHI, Rachel. Op. Cit., p. 57.

médicos em prestações “a perder de vista”, como disse Esther London. Isso atraiu diversos imigrantes, dentre os quais, os de origem judaica.

Ao falar da formação das comunidades judaicas no Brasil como todo e em Belo Horizonte, em específico, Ethel Mizrahy Cuperschmid afirma que “a comunidade judaica de Belo Horizonte é quase tão antiga quanto a própria cidade. Os primeiros judeus na Capital mineira foram os sefardim, ou seja, de judeus de origem oriental”¹²⁹. Isso reflete o contexto de rearranjos sociais pelo qual estava passando a política mineira que, somado ao desejo de prosperar, fez com que os imigrantes se empenhassem em ocupar os espaços deixados pelas elites dominantes.

FIGURA 9 – Localização de Belo Horizonte, em Minas Gerais¹³⁰



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2018. Disponível na wikipedia.

¹²⁹ CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. Op. Cit., não paginado.

¹³⁰ A Prefeitura de Belo Horizonte disponibiliza o acesso de mapas do município e das suas respectivas regiões administrativas, todos eles devidamente escalonados, com recortes detalhados e com apontamentos sobre a ocupação do território com maior apuração técnica. Optamos por utilizar uma imagem que, embora condizente com a realidade, fosse menos técnica e mais objetiva, já que o objetivo é ser ilustrativa, somente. Contudo, para caso tenha maior interesse no aprofundamento dos mapas, os mesmos podem ser acessados pela rede mundial de computadores, através do link a seguir: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhgeo/galeria-de-mapas>>. Acesso em 20 out. 2023.

Entender essas dinâmicas ainda são desafiadoras para quem decide pesquisar a historiografia sobre a imigração judaica fora do contexto colonial e, quando no contexto republicano, fora do tradicional eixo São Paulo/Rio de Janeiro/Rio Grande do Sul. Foi justamente nesse sentido que Ethel Mizrahi asseverou:

A historiografia sobre os judeus no Brasil republicano, por sua vez, pode ser caracterizada por duas linhas básicas, que são, respectivamente, estudos de personagens judeus e sua contribuição para o progresso do país e estudos sobre as comunidades judaicas mais numerosas, ou seja, as do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul¹³¹.

Para o processo de assimilação na sociedade belo-horizontina, muitos imigrantes participavam de grupos e associações frequentadas não somente pelos seus pares de desterro, como também em associações religiosas. É o caso de Arthur Dieudonné Haas. Judeu de origem sefaradim, foi um dos fundadores da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, além de introduzir diversas inovações tecnológicas na sociedade, como a máquina de escrever, o moinho à vento e o automóvel da Ford. Além disso, fez parte do Conselho Deliberativo da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que é uma associação eminentemente católica onde as relações de poder, simbólicos ou não, eram estabelecidas¹³².

Um processo quase imediato para a instalação dos imigrantes na cidade foi a institucionalização comunitária. Buscar criar espaços e agremiações para congregar os pares, seja para fins religiosos, culturais e/ou recreativos, permitia que as redes de sociabilidade fossem expandidas e acolhessem um número expressivo de pessoas. As principais instituições que acompanham a trajetória de vida judaica são aqueles referentes às tradições de passagem, como o bar mitzva, casamentos e sepultamentos. Para dar conta de suprir a necessidade desse aparato, deveriam ser criados os cemitérios, sinagogas e escolas. Sobre a construção desse espaço social, Pierre Bourdieu afirma que:

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Criadas no final do século XV, por Dona Leonor de Portugal, as Irmandades da Misericórdia, que controlavam as Santas Casa de Misericórdia, eram – e ainda são – compostas por uma reduzida elite política e econômica nos territórios colonizados por Portugal, onde, inclusive, ainda mantém a Irmandade da Misericórdia com um forte protagonismo nas decisões do Estado, ainda que de forma indireta e não tão explícita. Para melhor entendimento da dimensão política, cultural e econômica das Santas Casas de Misericórdia, ver: FONSECA, Maciel Antonio Silveira. *Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897 – 1930)*. 113 f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, 2018. Para se ter uma dimensão do poder das Misericórdias no contexto do Império Português, o que inclui as suas antigas colônias, ver: SÁ, Isabel Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500 – 1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Construir o espaço social, essa realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes, é ao mesmo tempo possibilitar a construção de classes teóricas tão homogêneas quanto possível da perspectiva dos dois principais determinantes das práticas e de todas as propriedades que daí decorrem¹³³.

Os grupos de imigrantes, entretanto, não eram homogêneos. Essa informação foi muito bem lembrada pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro ao prefaciар a já mencionada obra de Rachel Mizrahi. Para Carneiro, a imigração judaica é um fenômeno múltiplo e segue fluxos culturais distintos, balizados a partir das vivências e culturas de particular de cada localidade, ainda que compartilhem o fato de serem judeus¹³⁴. E é justamente por essa falta de homogeneidade, ou melhor, pela dificuldade em lidar com as diferenças, é que as comunidades judaicas de Belo Horizonte encontraram o seu declínio.

Ethel Cuperschmid, por meio da sistematização e análise dos depoimentos fornecidos pelos mais antigos membros da comunidade judaica belo-horizontina, registrou diversas situações que contribuíam para fomentar rivalidades e dissabores entre os grupos. A começar pelo idioma: uns falavam o ídiche, e somente ele, enquanto outros não sabiam. Isso dificultava o convívio na medida em que as preces não eram compreendidas por parte do grupo.

Outro fator apontado por Cuperschmid foi a constante divergência ideológica entre os grupos. Isso porque, quando imigravam, as pessoas já traziam consigo os seus posicionamentos e modos de ver e viver a coletividade. Como resultado, assumiam posições mais enérgicas em determinados contextos, o que gerava rugas nas relações. Segundo apontou a autora:

Esses ‘partidos’ ou grupos ideológicos refletiam algumas das maneiras de pensar importadas do mundo europeu, e, transpostas para o Brasil, transformaram-se, em alguns casos, em violentos confrontos onde eram debatidas diversas concepções que buscavam uma sociedade ideal e uma humanidade melhor. Desse modo, é correto dizer que o imigrante judeu, além da sua esperança e vontade de vencer na vida, trazia consigo também o seu ‘partido’ ou facção dentro dos quais haviam ideologias radicais nem sempre diretamente ligadas ao mundo judaico¹³⁵.

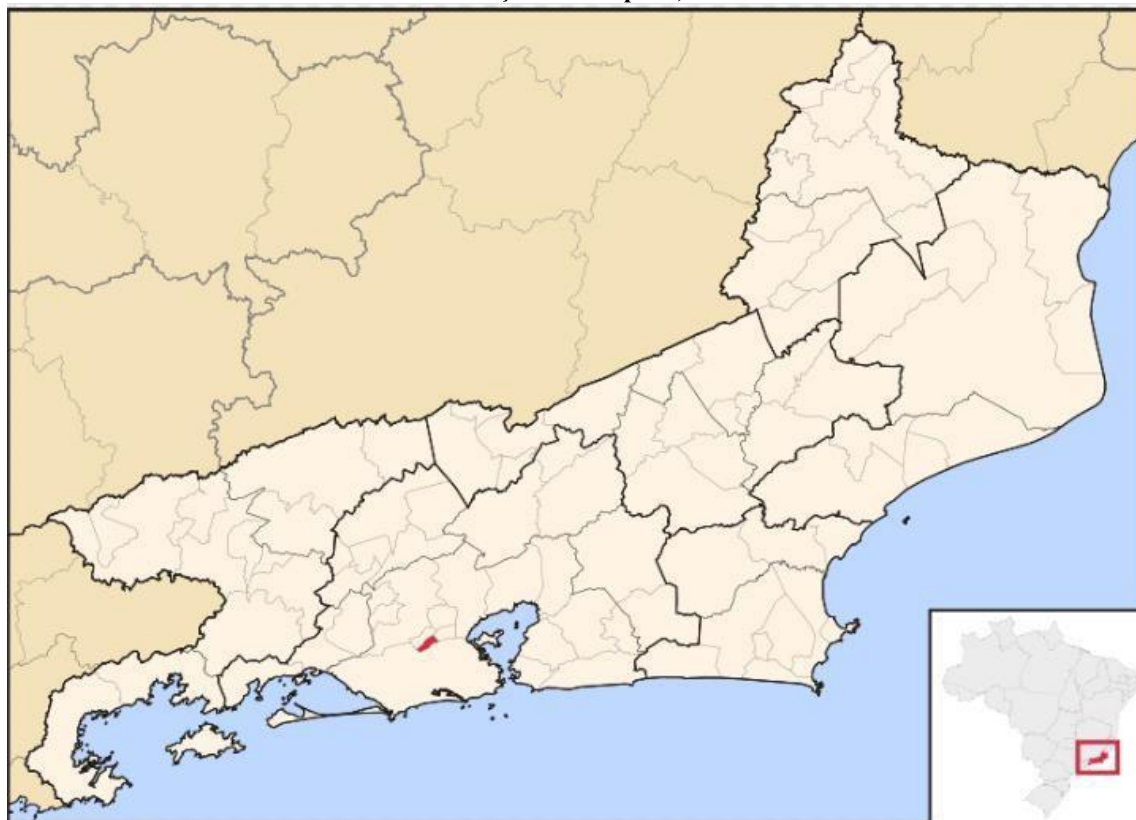
Em Nilópolis/RJ, conseguimos observar algumas semelhanças a partir das descrições narrativas estruturadas por Esther London.

¹³³ BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP. Papyrus, 1996. 5ª reimpressão, 2016. p. 24

¹³⁴ MIZRAHI, Rachel. Op. Cit., p. 17.

¹³⁵ CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. Op. Cit., não paginado.

FIGURA 10 – Localização de Nilópolis, no Rio de Janeiro¹³⁶



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006. Disponível na Wikipedia.

Nascida em Ostrowiec, na Polônia, veio para o Brasil no ano de 1935, ocasião em que contava com 19 anos de idade. Viveu na cidade até o ano de 1952, quando obteve a sua formação em Direito e em Ciências sociais pela UERJ e UFRJ, respectivamente.

Observadora atenta às transformações ocorridas na crescente Nilópolis, Esther London contribuiu para o processo de institucionalização da vida judaica na cidade, através dos aparatos comunitários que reuniam as pessoas. A heterogeneidade de grupos judaicos também pode ser observada na realidade nilopolitana. Isso pode ser reflexo do múltiplo processo de imigração judaica para o Brasil, naquilo que a autora convencionou chamar de “levas”, que foram sete, conforme a tabela abaixo (tabela 7) esquematizada a partir dos seus relatos.

¹³⁶ No sítio virtual da Prefeitura de Nilópolis não foram encontrados mapas detalhados ou outras informações cartográficas do município, inclusive, nem mesmo no plano diretor. Encontramos um mapa estatístico do município, disponibilizado na rede mundial de computadores pela página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O material concentra muitas informações e não cumprem com o papel de ser ilustrativo, como é a nossa pretensão de que o seja. Para acessar o referido documento, ver: < https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rj/nilopolis_v2.pdf>. Acesso em 20 out. 2023.

TABELA 7 – Características das levas de imigrantes judeus no Brasil

Leva	Período	Características
Primeira	Colonial brasileiro, nos primórdios da ocupação americana pelos europeus exploradores (século XVI)	Vindos no contexto de expulsão de Portugal, por Dom Manuel I, e da Espanha, pelos Fernando de Aragão e Isabel de Castela, os “reis católicos”.
Segunda	Ocupação holandesa no Nordeste (1630-1654)	Fugitivos das perseguições religiosas, podiam manifestar a sua religiosidade, sem a necessidade de se converter.
Terceira	Independência do Brasil (1822)	Judeus oriundos do Marrocos, seguindo para a região amazônica onde trabalhavam como mascates e no processo de extração da borracha.
Quarta	Guerra franco-prussiana (1870)	Judeus franceses, oriundos das regiões Alsácia-Lorena. Tinham bom domínio do comércio de joias e tecidos finos.
Quinta	Transição do século XIX para o XX	Oriundos do leste europeu e da Ásia, são os judeus que fugiram das perseguições da Rússia czarista e das regiões vizinhas, como Ucrânia, Bessarábia, Polônia e Lituânia.
Sexta	Início do século XX	Imigração promovida pela associação filantrópica <i>Jewish Colonization Association</i> – ICA ¹³⁷ . A associação adquiriu terras no sul do Brasil e na Argentina, destinadas ao acolhimento de colonos para povoar a região e manter as tradições judaicas.
Sétima	A partir da década de 1930	Trata-se de pessoas fugidas das perseguições e do extermínio em massa institucionalizado na Europa nazifascista, antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Elaboração do autor a partir da obra de LONDON, Esther. Op. Cit., pp. 31-36.

Outro autor amplamente utilizado nas pesquisas da imigração judaica e que realizou um importante trabalho de análise desse fenômeno no Brasil, foi Nachman Falbel. Logo no início da obra, o autor aponta a dificuldade de se criar uma periodização sistematizada do contexto de imigração judaica no país. Nas palavras do autor: “no Brasil devemos observar, antes de tudo, que até agora não se estabeleceu uma periodização da

¹³⁷ O processo de colonização do sul do Brasil e de parte da Argentina encabeçado pelo Barão de Hirsch através da *Jewish Colonization Association* no início do século XX, foi amplamente descrito na obra de Marcos Feldman, prefaciada pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro. A ligeira ocupação do espaço por imigrantes judeus e o seu igualmente rápido declínio, podem ser vistos na seguinte obra: FELDMAN, Marcos. *Memórias da Colônia de Quatro Irmãos*. São Paulo: Maayanot, 2003.

história dos judeus que facilitasse e permitisse sistematizar o seu estudo”¹³⁸. Como forma de contornar essa provável lacuna, o autor propõe a divisão abaixo, que segue o critério de acontecimentos mais decisivos na vida dos judeus no Brasil. É o que pode ser visto na tabela 8.

TABELA 8 – Periodização da imigração judaica no Brasil

Período	Subperíodos	Características
Período Colonial (1500-1808)	1500-1595	Estabelecimento dos cristãos-novos no território, até a chegada da Inquisição.
	1595-1624	Segunda visitação da Inquisição e o início da conquista holandesa.
	1624-1654	Período de domínio holandês no Brasil, ocasião em que foi permitida a livre expressão da religião judaica.
	1654-1774	Expulsão dos holandeses e destruição das comunidades judaicas. Instauração da perseguição aos cristãos-novos pela Inquisição e Pombal.
Período Imperial (1808-1889)	1808-1822	Abertura dos Portos e a consequente liberdade religiosa. Judeus do território africano começaram a vir para o Brasil.
	1822-1848	Primórdios da imigração judaica até a formação da primeira comunidade organizada, a Associação Israelita Cuemilut Hassadim no Rio de Janeiro.
	1848-1889	Imigração dos países da Europa Ocidental e Central, em função das revoluções até a Proclamação da República do Brasil.
Período Republicano (1889-atualmente)	1889-1904	Marcado pelo processo de colonização de 1891 e o início da <i>Jewish Colonization Association</i> no Rio Grande do Sul.
	1904-1914	Início da colonização ICA, em 1904, e a colonização agrícola promovida no interior de São Paulo.
	1914-1933	Grande fluxo imigratório da Europa Oriental e a formação das instituições comunitárias no país.
	1933-1945	Judeus fugindo do nazifascismo, além das transformações internas do Brasil em relação ao acolhimento de judeus; integração cultural da segunda geração de imigrantes.
	1945-1957	Imigração do pós-guerra e formação do Estado de Israel. Imigração do Egito e Hungria; queda da ditadura de Getúlio Vargas; desenvolvimento econômico e social após a Segunda Guerra Mundial.

¹³⁸ FALBEL, Nachman. Judeus no Brasil: estudos e notas. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008, p. 23.

	1957-Hoje	A nova comunidade e o ingresso de novos imigrantes vindos de países da América Latina e de outros lugares.
--	-----------	--

Fonte: levantamento do autor a partir da obra de Falbel. Ver: FALBEL, Nachman. Op. Cit., pp. 26-27.

Esses marcos temporais são importantes para entender os processos de estabelecimento dos grupos de imigrantes e a formação da vida social desses agentes. Em que pese o caso de Nilópolis, a institucionalização da vida comunitária teve início na década de 1920, pouco tempo depois do loteamento da região. Segundo Esther London, naquele momento já existiam reuniões de grupos de judeus locais, que eram realizadas nas suas casas, tendo em vista não existir sinagogas até então. Tal situação foi superada pouco tempo depois, com a criação de uma sinagoga, uma escola e um centro comunitário, o que tornou a cidade atrativa para outros imigrantes judeus já estabelecidos em localidades menores das adjacências¹³⁹. Nilópolis se tornou atrativa, pois:

Era uma cidadezinha onde os judeus gostavam de morar e se sentiam em casa. Facilidade de comunicação em ídiche, lojas de proprietários judeus que muitas vezes, nas tardes livres, tornavam-se pontos de encontro de amigos e conhecidos, centrais de informações e intrigas. Um comportamento humano tipicamente comum em pequenas cidades do interior¹⁴⁰.

E a autora demonstra que, apesar de ser um atrativo, as instituições em formação, por contar com o apoio voluntário e financeiro de alguns agentes, não era incomum o surgimento de tensões e conflitos. As disputas envolviam não somente o controle das instituições, como também estavam atreladas às visões políticas, que eram diferentes. Sionistas, socialistas e aqueles que preferiam se abster de tecer opiniões políticas, representavam o cenário de conflitos e tensões. Segundo a autora:

Na época, qualquer comunidade em crescimento, especialmente as judaicas, geravam um grupo de líderes voluntários que dirigiam as instituições e com isso, sentiam-se privilegiados e superiores aos demais. Não era fácil, no entanto atingir esse status. Condições sociais invisíveis estavam sempre presentes: riqueza, inteligência, boa oratória e coragem de enfrentar a todos, se necessário¹⁴¹.

Apesar de todas essas tensões, por quase 70 anos a comunidade judaica de Nilópolis se manteve firme. Parte desse sucesso pode ser atribuído à criação da Escola

¹³⁹ LONDON, Esther. Op. Cit., pp. 36-38.

¹⁴⁰ LONDON, Esther. Op. Cit., p. 40.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p. 43.

Israelita S. Na-Ski, que complementava a educação básica dos jovens através das matérias ali lecionadas, a saber: ídiche, hebraico, Torá e história judaica. Esse foco ajudou a manter firme o sentimento de pertencimento, ainda que, gradativamente, as gerações seguintes fossem se diluindo cultural e socialmente o judaísmo na cultura hegemônica, eminentemente cristã.

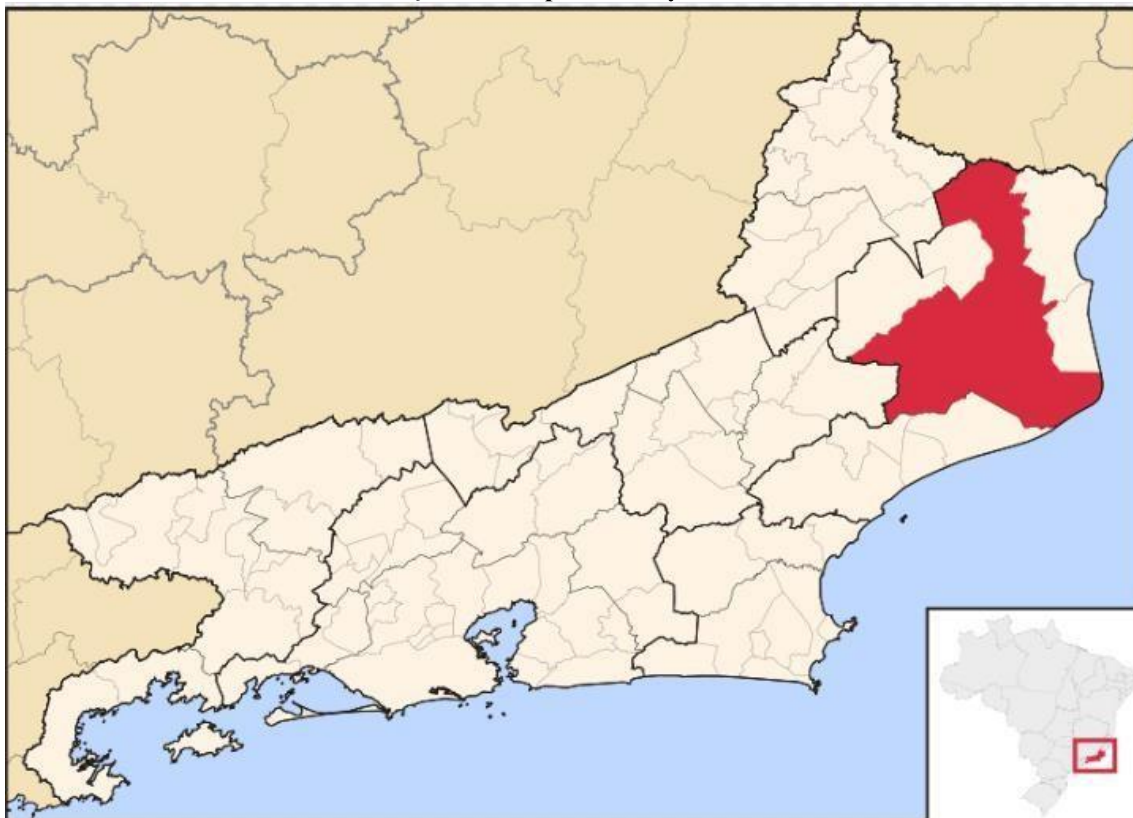
A dinâmica social da comunidade judaica de Nilópolis também contava com as agremiações onde as pessoas se reuniam e desenvolviam as suas redes de solidariedade. Para a juventude, existia o Clube Macabi, que foi o responsável por unir diversos casais da comunidade, além de promover o esporte, a educação física, bailes e as relações com outros clubes de outras cidades, principalmente da capital, Rio de Janeiro; para as mulheres que praticavam a filantropia e assistência àqueles que necessitassem de apoio moral e material, existia a *Woman's International Zionist Organization* (WIZO), lá fundado na década de 1940; o Teatro Ídiche, que foi criado na década de 1930, que educava a comunidade na cultura judaica através das peças propostas, além de integrar a comunidade por meio dos atores e atrizes que atuavam para a manutenção e funcionamento do grupo.

Contudo, a comunidade chegou ao fim. “Nilópolis foi como um cometa na constelação do céu judaico, que brilhou com força no Estado do Rio de Janeiro e como todos os cometas, apagou-se deixando um rastro vivo na história judaica do Brasil”¹⁴². Para além das constantes situações de conflitos e disputas políticas e/ou pelo controle institucional, a comunidade enfrentou um fenômeno muito comum de evasão das segundas gerações e seguintes, seja para grandes centros urbanos, como as capitais, seja para outros países, até mesmo para a terra dos seus antepassados. Este é um cenário um pouco diferente daquele observado nas grandes capitais, como muito bem foi pontuado pela professora Eva Blay ao apresentar dados de 2009 demonstrando 24 sinagogas registradas no município de São Paulo, embora o censo tenha registrado o Cemitério Israelita do Butantã como sinagoga¹⁴³.

Não muito diferente das duas experiências de imigração aqui apresentadas, em Belo Horizonte e Nilópolis, o município de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro também vivenciou os seus altos e baixos no que diz respeito à história judaica brasileira.

¹⁴² LONDON, Esther. Op. Cit., p. 103.

¹⁴³ BLAY, Eva Alterman. Op. Cit., p. 210.

FIGURA 11 – Localização de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro¹⁴⁴

Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006. Disponível na Wikipedia.

Conforme já mencionado, o casal Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911-2008) dedicaram parte significativa das suas vidas para a sistematização de fontes documentais pautadas principalmente em recortes de jornais e entrevistas com imigrantes judeus, com o ápice da produção entre as décadas de 1970 e 1980. Polonês e alemã, respectivamente, fugiram para o Brasil na década de 1930, perseguidos pelos nazistas e se esquivando da morte iminente. Chegando no Brasil, se instalaram definitivamente no Rio de Janeiro, onde estabeleceram as suas redes de sociabilidade que permitiram ao casal o acesso às fontes que ainda hoje são basilares na pesquisa da história da imigração judaica contemporânea no país. Ambos foram membros do aclamado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo sido bem-recepcionados pela intelectualidade brasileira e igualmente deixado contribuições importantíssimas para a posteridade.

O município de Campos, que já possuía uma trajetória de atividade econômica pautada na produção açucareira, foi beneficiada com o advento da industrialização e com

¹⁴⁴ Para ter acesso a uma visão mais detalhada do município com as devidas regiões administrativas, é possível acessar o banco de mapas do município disponíveis na rede mundial de computadores, especificamente no sítio virtual da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. São os mapas do plano diretor do município, que podem ser acessados através do link: < <https://www.campos.rj.gov.br/mapas-municipais.php>>. Acesso em 20 out. 2023.

a implantação da linha férrea no país. Sua produção econômica entrou em um apogeu que se refletiu na concentração de capital no município, o que permitiu a implantação de melhorias urbanas e impulsionou a qualidade de vida. Resquícios desse momento áureo ainda podem ser observados pela cidade, por meio das suntuosas edificações em estilo eclético que legitimavam o poderio econômico e político das elites que controlavam os meios de produção¹⁴⁵.

Justamente nesse cenário de grande efervescência comercial, circulação de produtos e abertura de espaço de trabalho, é que Campos se tornou ainda mais atraente aos olhos dos imigrantes judeus. A cidade já era conhecida por caixeiros viajantes israelitas, como é o caso mencionado pelos Woff do comerciante Samuel Abraham, que em 1839 já havia registrado viagens para o município. Também foram apresentados indícios de que existiam famílias judaicas que lá residiam, como é o caso do francês Mordoche da Costa que lá morreu, aos 64 anos, no dia 29 de novembro de 1856¹⁴⁶.

Contudo, segundo o casal pesquisador, foram os imigrantes judeus franceses quem mais visitavam Campos, tendo alguns deles, inclusive, se estabelecido no local e trabalhado no comércio, sobretudo o de joalheria e relojoaria. Fato é que é uma incógnita chegar a um número preciso ou aproximado sobre quantos judeus moravam em Campos, pois somente nos recenseamentos oficiais das décadas de 1940 e 1950 é que a religião foi incluída no tópico. Os relatos coletados pelos pesquisadores possuíam algumas divergências entre si e entre os dados oficiais.

Segundo Cecília Kaufman, quando da chegada do seu pai em Campos, em 1926, existiam 45 famílias, enquanto na data do seu casamento, em 1941, existiam aproximadamente 20 famílias. Por sua vez, Jacob Levin, que chegou em 1929, apresentou a estimativa entre 35 e 40 famílias. Ao contrário de Luís Iokilevitch, que nasceu em 1929 e relatou que seu pai havia dito que na ocasião existiam 73 famílias. Adolfo Svaiter, que chegou em 1934, afirmou ter existido entre 60 e 65 famílias na ocasião. Já os dados IBGE,

¹⁴⁵ Este cenário pode ser vislumbrado através dos bens remanescentes e que hoje foram patrimonializados pela população campista. Essa temática foi muito bem explorada na pesquisa de José Luís Maciel Puglia, da qual resultou na dissertação de mestrado onde o autor analisa o processo de declínio histórico do patrimônio arquitetônico do município. O trabalho está ricamente ilustrado com esses bens, que vale a pena ser visto a título de ilustração e o material se encontra disponível na rede mundial de computadores. Ver: PUGLIA, José Luís Maciel. O declínio histórico do patrimônio arquitetônico de Campos dos Goytacazes. Dissertação (mestrado em planejamento regional e gestão de cidades). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/dissertacao-final-puglia.pdf> >. Acesso em: 05 nov. 2023.

¹⁴⁶ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos – Ascensão e declínio de uma coletividade... Op. Cit., p. 06.

apontavam para a existência de um total de 157 judeus no ano de 1940, enquanto no ano de 1950 o censo apontou para um total de 167, número relativamente baixo¹⁴⁷.

Dentre as diversas interpretações que podem ser dadas a essas divergências quanto aos números e outros dados, entendemos ser fruto de uma política que não se preocupou em registrar devidamente as pessoas que aqui chegavam ou a fornecer um amparo material, por menor que o fosse. Portanto, vemos essas ausências como denúncias à sociedade brasileira, que não se limitou a negligenciar os grupos subalternizados, como também. Como bem pontuou Fábio Koifman, o projeto de embranquecimento da população brasileira entre o século XIX e XX promoveu uma abertura para a imigração sem precedentes. Esse, de modo algum, seria um problema, não fosse o aparente descaso do poder público brasileiro se abria para a chegada de determinados imigrantes, sem se preocupar em oferecer um arcabouço que valorizasse minimamente a sua cultura, identidade e traços comunitários. Segundo Koifman:

A vasta historiografia produzida a respeito do assunto indicou que a política imigratória liberal fez com que o Brasil adotasse por muitas décadas, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma prática de completa abertura e incentivo à imigração. Entre as principais preocupações das elites dirigentes e dos governos estava “o fim de preencher os espaços vazios do nosso território” e o branqueamento da população¹⁴⁸.

A realidade campista demonstra que, a princípio, os imigrantes judeus não estavam inclinados ao processo de miscigenação. Muitos vinham com os seus familiares ou se estabeleciam primeiro para conseguir custear a chegada de familiares e/ou pretendentes que compartilhassem a cultura. Isso não impedia, contudo, que fossem aceitos e integrados na sociedade de Campos.

A língua foi apontada como uma barreira inicial para os imigrantes, muitos dos quais chegaram no município para trabalhar como mascates. Mas, com o passar do tempo e com a com a necessidade de falar dos imigrantes e o interesse de ouvir da população nativa, o arranjo social foi se consolidando e a os imigrantes tiveram uma boa aceitação pelos residentes, conforme apontam os depoimentos apresentados por Egon e Frieda Wolff, como os de Miguel Lerner e Jaime Birman, que salientaram o fato da região ser

¹⁴⁷ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., pp. 11-13.

¹⁴⁸ KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 27.

fortemente católica e praticamente, mas tolerante e acolhedora, diferente do que era visto nos seus países de origem¹⁴⁹.

A criação de um aparato institucional em Campos para acolher os imigrantes e manter a cultura judaica foi logo posta em prática, na medida em que a população de israelitas crescia, embora algumas tivessem sido efêmeras. É o caso da escola judaica, cuja existência só pôde ser comprovada a partir do relato de Cecília Kaufman, que lá chegou em 1926. As aulas, segundo Kaufman, eram realizadas em casa de família, inicialmente, pois não existia um salão. Era ensinada a religião em ídiche. Tanto a escola quanto o professor eram subvencionados pela ICA e, fato interessante, é que o professor Josias Isaias Gerstner, que também atuava como *choihet*¹⁵⁰, posteriormente se mudou para Nilópolis, possivelmente para se estabelecer na escola de lá¹⁵¹.

Pouco tempo depois provavelmente no início da década de 1930, a escola encerrou as suas atividades, segundo o relato de Benjamin Chonchol, pois a subvenção cessou. Além disso, afirmam os Wolff que “a existência de uma escola judaica em Campos não é de conhecimento geral daqueles que chegaram a partir da Segunda Grande Guerra”¹⁵². O que demonstra não ter havido uma continuidade no ensino, já que a procura era baixa e a subvenção tornou-se inexistente, já que “depois do término da escola, contratou-se professores para ensinar o ídiche, mas eles não duravam muito tempo, talvez pela diminuição de alunos, motivada pela migração dos pais para o Rio, especialmente”¹⁵³.

Existe importante diferença em relação à Nilópolis no que diz respeito às institucionalizações dos espaços: diferente do primeiro município, em Campos existiu, e ainda existe, um cemitério israelita. O fato chamou a atenção e, inclusive, provocou espanto no casal pesquisador, tendo em vista que somente em capitais é que se construíam cemitérios israelitas, dado o maior volume e fluxo de imigrantes ou famílias já instaladas.

No decorrer dos últimos sessenta anos passaram por Campos mais de cem famílias de israelitas. Uma ficaram pouco tempo, meses, anos, migraram. De algumas ninguém guarda mais lembrança.

¹⁴⁹ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., p. 81.

¹⁵⁰ Segundo o dicionário judaico de lendas e tradições, o *shoichet*, ou *shechitá*, vem do hebraico e significa “matança”. Trata-se do “método de abate ritual de animais e aves (sic) que consiste em passar rapidamente uma faca na parte da frente da garganta. A *shechitá* é prescrita pelas leis dietéticas para que a carne seja considerada *Kosher*. É realizada por um *magarefe* treinado, ou *shochet*, que deve ser um judeu adulto do sexo masculino, credenciado por uma autoridade rabínica com um certificado de fidedignidade”. Ver: UNTERMAN, Alan. Dicionário judaico de lendas e tradições. Tradução Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp. 241-242.

¹⁵¹ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., p. 139.

¹⁵² Idem, *ibidem*.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 141.

Isso é a estória corriqueira do Brasil interiorano do século XX e não mereceria maior destaque se não fosse pelo fato que Campos possui – desde 1920 – um cemitério israelita, fato singular para uma cidade que não seja capital de Estado¹⁵⁴.

Não se sabe ao certo a origem do cemitério, nem como foi adquirido ou por quem tenha sido adquirido. As pessoas entrevistadas forneceram quatro versões diferentes sobre a possível origem do cemitério: uma delas aponta pela suposta ascendência cristã-nova do então prefeito, Pereira Nunes e que por isso teria concedido, em 1922, o cemitério para os imigrantes; uma segunda versão fala sobre uma suposta nora judia que o mesmo prefeito teve e, para atender a um pedido do seu filho Adão Pereira Nunes, teria feito tal concessão; a terceira versão diz que a concessão foi feita pelo prefeito em função da sua admiração pelos judeus; a quarta versão, que foi confirmada por uma segunda fonte, diz que o terreno foi doado por Simão Nadler e destinado à construção do cemitério. A única certeza que se tem é a de que a sepultura mais antiga é de um jovem que teria morrido afogado, chamado Mário Waizman, em 27 de agosto de 1924¹⁵⁵.

Um importante elemento da vida cultural judaica é a sinagoga. O espaço é destinado ao encontro da comunidade e tem por objetivo, para além das manifestações religiosas, o encontro entre os correligionários, que poderiam fazer a leitura da Torá ou tratar der assuntos de interesse da coletividade. Segundo é apresentado no Dicionário Judaico de lendas e tradições: “um judeu estava proibido de viver em uma cidade em que não tivesse uma sinagoga, também usada como abrigo para viajantes, que sempre encontrariam lá um lugar para dormir, num banco vago ou num canto qualquer”¹⁵⁶.

Em Campos, existem indícios de ter havido mais de duas sinagogas sem que, contudo, fosse apresentada uma data certa. É sabido, a partir dos relatos de Jacques Malamud, que já na década de 1930, quando chegou ao local, já existia uma sinagoga, onde havia uma vida social e religiosa bem intensa. A existência de uma segunda sinagoga fez com quem se acirrassem os ânimos entre grupos divergentes que buscavam maior protagonismo nas atividades institucionais. Inclusive, parte da contenda se dava em função dos diferentes pensamentos políticos e o sionismo, juntamente com os seus defensores, rivalizou com aqueles não tão afeitos à ideologia¹⁵⁷.

¹⁵⁴ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., pp. 01-02.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 21.

¹⁵⁶ UNTERMAN, Alan. Dicionário judaico de lendas e tradições. Tradução Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 250.

¹⁵⁷ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., p. 145.

Entre as muitas idas e vindas dos grupos que vivenciaram as sinagogas de Campos, chegou o momento do declínio. Com a evasão das gerações seguintes para o Rio de Janeiro e demais localidades, o falecimento de alguns membros-chave para a manutenção da vida institucional e as rupturas das redes por conta de divergências políticas, chegou um momento em que faltava o *minian*¹⁵⁸ para a realização das rezas. Os relatos dos remanescentes na obra dos Wolff, que foi elaborada em 1975, demonstravam que as festividades mais emblemáticas passaram a ser realizada nas casas dos mais velhos, que não podiam ou não queria se deslocar para as capitais mais próximas¹⁵⁹.

No que diz respeito às associações de auxílio mútuo, observamos que Campos teve uma ampla atividade. Uma das principais associações foi a Sociedade União Israelita de Campos. Fundada em 1929 por um grupo de imigrantes israelitas preocupados em prestar solidariedade material aos seus correligionários necessitados. O perfil do imigrante judeu que ia para Campos era de alguém empobrecido, mas muito afeito ao trabalho. Isso fez com que as associações judaicas de auxílio tivessem maior número de pessoas trabalhando voluntariamente ou organizando meios de arrecadar fundos e subsídios para oferecer aos mais necessitados.

Esse fenômeno do assistencialismo atrelado aos processos de imigração é lido pelo pesquisador Roney Cytrynowicz como a evidência de uma contínua imigração que afetou as grandes capitais do país, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o autor:

A ação das entidades assistenciais comunitárias (locais e internacionais, além de entidades como uma cooperativa de crédito), junto às habilidades e conhecimentos profissionais dos imigrantes e às oportunidades objetivas de trabalho na cidade, resultaram em uma combinação que definiu a inserção social e econômica. O modelo de comunidade estabelecido em São Paulo é semelhante ao do Rio de Janeiro e de outras Capitais¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Segundo o dicionário judaico de lendas e tradições, o termo *minian*, que em hebraico significa “contagem”, é o “quórum de dez judeus do sexo masculino com mais de treze anos de idade que constitui a comunidade mínima necessária para atos públicos de culto e para a leitura do Sefer Torá. Em situações em que é difícil reunir o quórum completo, costuma-se contar como décimo homem um menino, mesmo antes de seu bar mitzvá, que tenha nas mãos uma bíblia hebraica”. Ver: UNTERMAN, Alan. Dicionário judaico de lendas e tradições. Tradução Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp. 176-177.

¹⁵⁹ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. Campos... Op. Cit., pp. 146-147.

¹⁶⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. Instituições de assistência social e imigração judaica. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/YQSfGprKR8Lybch49JK5S3H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 out. 2023, pp. 170-171.

A partir dessa afirmação do autor, podemos pensar além: tal modelo pode ter se expandido para além das grandes capitais, justamente como forma de capitanear associados e estender a região de domínio dos seus dirigentes. Associações internacionais como a WIZO e Froien Farain podiam ser encontradas tanto em grandes cidades quanto em cidades menores, como foram os casos de Campos e Nilópolis, aqui trabalhados, ainda que, em todos esses casos mencionados, fossem relativamente baixo o número de participantes, o que justificou a efemeridade dessas agremiações. Em Juiz de Fora, objeto central desta dissertação, não foi diferente, conforme passaremos a discorrer nos tópicos adiantes a partir de agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as considerações que devem ser tecidas neste trabalho. A primeira delas é de que ainda existe muito o que ser explorado sobre a temática. A proposta inicial de saber se existiu uma imigração judaica em Juiz de Fora permitiu que fosse aberto um leque de outras possibilidades para perguntas a serem preenchidas, em diversos âmbitos da historiografia: historiografia brasileira, historiografia juiz-forana, historiografia da imigração e historiografia da imigração judaica, todas temáticas que são muito caras para o entendimento da construção da identidade brasileira, orgulhosamente ostentada como única.

A confecção deste trabalho permitiu ampliar a visão de mundo e conhecer uma ampla rede de sociabilidades com pessoas oriundas dos fenômenos de imigração judaica contemporânea. Através dessa rede, foi possível perceber as múltiplas facetas da imigração e dos imigrantes, oriundos de diversos países e que estão longe de entoar uma voz uníssona em relação à cultura judaica.

Evocando novamente a fala da professora Eva Blay, “a ausência da história dos judeus na historiografia brasileira e de sua presença na formação do Brasil reflete e fortalece preconceitos e ignorância. O judeu é em geral uma figura desconhecida”.¹⁶¹ Não somente aquiesço com essa fala, como também ressalto que ela vale, inclusive, para nós, judeus. Descobri um universo até então desconhecido, com os diversos matizes de identidades, mesmo já sabendo que existiam grupos judaicos distintos, de países diferentes, com tradições diferentes... é tudo muito diferente quando mergulhamos nas pesquisas realizadas nas últimas décadas.

O Brasil vai muito além da fórmula étnica repetida à exaustão, quase de forma leviana, do branco europeu que se misturou com negro escravizado e com o indígena subjugado. Adotar esse pensamento como verdade absoluta invalida toda uma trajetória de grupos que participaram ativamente no processo de construção do Brasil e não se encaixam nessa tríade étnica. É sabido que os processos de resgate e valorização da memória passam por escolhas e apagamentos. Mas, é nosso dever enquanto remanescentes dar voz àqueles que não podem mais ser ouvidos.

Foi observado em um primeiro momento que, nas décadas finais do século XIX, Juiz de Fora se mostrou um espaço promissor para se estabelecer: uma cidade próspera,

¹⁶¹ BLAY, Eva Alterman. O Brasil como destino: Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 21.

com um grande contingente de capital circulando, ao passo em que os processos de modernização e de industrialização assinalava a presença de um grande mercado consumidor, motivo pelo qual os comerciantes israelitas se destacaram por trazer artigos de luxo do cenário europeu, como é o caso da família Levy que, vindos diretamente da França, trouxeram uma série de aparatos e apetrechos para serem vendidos às elites locais. Sua riqueza acumulada podia ser vista nas vultosas doações feitas para ações caritativas, como a Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Mendigos, Associação Beneficente e, até mesmo, para obras na Igreja Matriz.

A transição da circulação do capital na cidade foi percebida quando os comerciantes diversificaram os seus produtos oferecidos. Inicialmente trabalhando com a exportação de grãos de café, os Levy incorporaram joias e ourivesaria dentro do seu arcabouço de produtos. Na aurora do século XX, a mesma família passou a investir na compra de notas no Banco Nacional ou, até mesmo, propor a criação do chamado Banco de Crédito Operário em Juiz de Fora.

Juntamente com um novo perfil de comércio no advento do século XX, novas políticas de imigração foram adotadas pelo Brasil, muitas das quais, em desfavor do imigrante judeu. Seja por motivações antissemitas, seja por propostas de criação de um nacionalismo que via nas comunidades que dificilmente assimilavam a cultura brasileira um perigo em potencial, ainda assim muitos judeus se instalaram em Juiz de Fora e desenvolveram uma ampla rede de clientela e de sociabilidades, estando presentes no gosto da grande elite e, também, das camadas mais populares, através de produtos que atendiam a todos os públicos e todos os bolsos.

REFERÊNCIAS

AMJF. Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Fundo: República. Sepultamentos Cemitério Municipal.

ANOREG. Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (ANOREG/SP). ARPEN/SP – **A influência da fala no registro do nome e a retificação por erro evidente**. Publicado em 16 set. 2021. Disponível em: <<https://www.anoregsp.org.br/noticias/70201/strongarpensp-a-influencia-da-fala-no-registro-do-nome-e-a-retificacao-por-erro-evidentestrong>>. Acesso em 10 jun. 2022.

Arqshoah. Arquivo Virtual. **Iconografia**. Hermann Mathias Görden. Disponível em: <<https://arqshoah.com/iconografia/5758-ico-1393-hermann-mathias-goergen>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Arquivo da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”. Juiz de Fora.

BALABRAM, Débora; GOBBI, Helenice. **Padrão de Mortalidade da comunidade judaica de Belo Horizonte no século XX**. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 52, p. 409-412, 2006.

BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila. Org. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BN. **Biblioteca Nacional** – Hemeroteca Digital. Jornal “O Pharol”, “Correio da Manhã”, “A Noite”.

BORGES, Célia Maia (org.). **Solidariedades e Conflitos**: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Trad. Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALVO, Júlia. **Entre fazer a América e construir a cidadania**: os judeus em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2014. 265 f.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; ROSA, Mariana Antão de Carvalho. **Cada sepultura, uma história**: arte tumular e Patrimônio no Cemitério de Conceição da Boa Vista, Recreio-MG. Revista Memória em Rede, pelotas, v. 14, n. 26, Jan/Jun 2022.

COSTA, Fernanda M. Matos. **A morte e o morrer em Juiz de Fora** – Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) Deptº de História – UFJF, 2007.

CHERMONT, Lucia. **Revista aonde vamos?** Rede ideológica e institucional. Cadernos de Língua e Literatura Hebraica. Universidade de São Paulo. N. 20, 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno da. **Primos em Minas: processos de construção identitária na comunidade árabe de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. **Judeus entre dois mundos: Primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte (1922-1961)**. Belo Horizonte, MG: Marketing Aumentado, 2013.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

FÁBIO, Fabiana Gomes. **Judeus em Óbidos-PA: imigração, história e ressignificação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade. Santarém: UFOPA, 2019. 128 f.

FAERMANN, Martha Pargendler. **A promessa cumprida: histórias vividas e ouvidas de colonos judeus no Rio Grande do Sul (Quatro Irmãos, Baronesa Clara, Barão Hirsch e Erebangó)**. Porto Alegre: Metrópole, 1990.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERENZINI, Valéria Leão. **A “Questão São Roque”: devoção e conflito**. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora, 2010.

FONSECA, Maciel Antonio Silveira. **Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897 – 1927)**. 2018; 113f. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2018.

FONSECA, Maciel Antonio Silveira. **Filantropia e Saúde: a Liga Mineira Contra a Tuberculose: 1900 - 1948**. In: ANPUH Brasília 2017 - **XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

FREDENSON, Marília. (org.). **Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872 – 1930).** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

GOLDBERG, Jacob Pinheiro. **Entrevista concedida por Jacob Pinheiro Goldberg,** no dia 14 de abril de 2021 a Washington Francisco Londres.

GOODWIN Jr, James William. **A modernidade como projeto conservador:** a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888. LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

KAUFMAN, Tânia Neumann. **Passos Perdidos, História Recuperada:** a presença judaica em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2000.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O Jornal como fonte histórica:** a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no interior das Gerais:** A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no Império:** Direitos, restrições e processo de naturalização. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2018.

MILAGRES, Lucas Henrique Dias. **Impactos do nazismo em Juiz de Fora.** Legislação repressiva contra imigrantes alemães durante o Estado Novo. Juiz de Fora: Editor Editora Associada LTDA, 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)**. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

STONE, Lawrence. **The past and the presente revisited**. Routledge, 1987.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Trad. Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Judeus no Brasil imperial**. Uma pesquisa nos documentos e no noticiário carioca da época. Centro de Estudos Judaico, Universidade de São Paulo. 1975.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Sepulturas de israelitas II**. Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas. Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983.